

# A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição  
da IVª Internacional (CORQI)

O Comité Internacional do CORQI  
reuniu-se em Paris (1 a 3 de novembro de 2018)

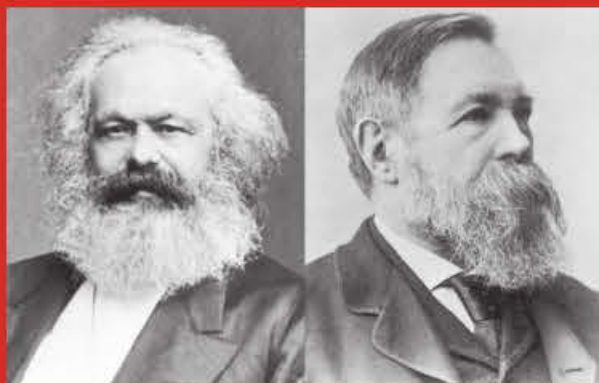
Relatório, discussão e documentos adoptados



**Devemos Ser Ambientalistas?**

Marxismo  
e ambiente

"Em nada o nosso domínio da natureza se assemelha ao de um conquistador(...). Todo o nosso domínio dela consiste em podermos — prerrogativa que nos põe à frente de todas as outras criaturas — conhecer as suas leis e aplicá-las com critério." (Engels, *Dialéctica da Natureza*)



## Índice

Apresentação	página 3
O Comité Internacional do CORQI reuniu-se em Paris (1 a 3 de novembro de 2018)	
Relatório apresentado ao Comité Internacional do CORQI	página 4
Discussão do Comité Internacional	página 14
Documentos	página 24
Correspondência da IVª Internacional	
Zimbabwe: O Imperialismo dita a sua lei ao novo governo	página 27
Análise	
Grã-Bretanha: Há dois anos a vitória do voto <i>Leave</i>	página 28
Devemos Ser Ambientalistas? Marxismo e ambiente	página 34
A Nossa História	
Saiu o número 79 dos <i>Cahiers du mouvement ouvrier</i>	página 41

## *A Internacional*

Revista do Comité de Organização pela  
Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)  
Director de publicação: Daniel Gluckstein  
Editor: Réveil ouvrier  
67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)  
Tiragem: 3 000 exemplaires  
CPPAP : 0618 G 93127

## Aviso

*A Internacional* é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

## O Comité Internacional do CORQI reuniu-se em Paris em 1, 2 e 3 de novembro de 2018

**A** segunda conferência internacional do Comité de Organização pela Reconstituição da IV<sup>a</sup> Internacional (CORQI), reunida em novembro de 2017, constituiu, com base nos documentos adoptados, um Comité Internacional composto por representantes das organizações e grupos filiados no CORQI, assim como por convidados permanentes (leia-se n' *A Internacional*, nº 8). Um ano depois, realizou-se, nos dias 1, 2 e 3 de novembro de 2018, a primeira reunião deste Comité Internacional, em Paris, presenciada por camaradas de trinta e um países (Afeganistão, Alemanha, Azânia/África do Sul, Bélgica, Benim, Bielorrússia, Brasil, Canadá, Chile, Coreia, Estado Espanhol, Estados Unidos, França, Grécia, Haiti, Hungria, Índia, Itália, Marrocos, México, Palestina, Paquistão, Peru, Portugal, Roménia, Rússia, Suíça, Togo, Tunísia, Turquia, Zimbabwe). Tiveram escusa camaradas de quatro países

(Bangladesh, Burundi, Grã-Bretanha, Sérvia). A reunião foi possível graças a uma campanha financeira realizada à escala internacional, que permitiu o seu autofinanciamento integral, bem como pela mobilização de mais de cento e dez camaradas da secção francesa, que se encarregaram de todas as tarefas práticas necessárias.

Decidimos publicar neste número d' *A Internacional* amplos extractos do relatório político apresentado, um artigo que reproduz a discussão e principais decisões do Comité Internacional e, ainda, os documentos adoptados.

Por falta de espaço, retomaremos no próximo número a rubrica "Correspondências d' *A Internacional*", realizada a partir de extractos dos jornais em que participam os militantes e organizações do CORQI.

**A redacção**

## ● RELATÓRIO INTRODUTÓRIO

# Relatório apresentado ao Comité Internacional do CORQI (excertos principais)

Caros camaradas,

**E**sta é a primeira reunião do Comité Internacional (CI), constituído há um ano, e, para introduzir a discussão, é preciso fazer uma selecção. Não é minha intenção tratar de todos os problemas com que nos defrontamos. Tomarei como ponto de partida o que acaba de acontecer no Brasil, já que esses acontecimentos põem em evidência, de certa maneira, o significado da decisão que tomámos em fevereiro de 2016 de constituir o CI.

Há menos de quarenta anos, num movimento muito poderoso, a classe operária brasileira, soerguendo-se da longa noite da ditadura militar, constituiu um autêntico partido de classe, em condições que, embora inéditas, baseado, como parcialmente fora, em elementos ligados ao sindicalismo integrado, rompiam, ainda assim, com essa mesma integração. A classe operária brasileira constituía o partido que, com o nome de Partido dos Trabalhadores (PT), iria unir no seu seio todas as correntes históricas do movimento operário, incluindo a nossa. Na esteira deste Partido dos Trabalhadores viriam mais tarde a constituir-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT), organizações populares e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST).

Esta sublevação operária e esta organização de base classista iriam contribuir para a queda da ditadura militar, inscrevendo-se num ciclo mais amplo que abateria, à escala continental, ditaduras sangrentas na Argentina, no Chile e no Uruguai.

Quarenta anos mais tarde, quem acaba de ser eleito presidente da República é um saudoso da ditadura militar. Um saudoso que não esconde as suas referências. A sua palavra de ordem é: “*O Brasil acima de tudo*”. Ele reivindica a vontade de exterminar os “vermelhos”, os “radicais”, os “extremistas”, e de permitir que as forças repressivas disparem à vista e assassinem quem quer que não seja do agrado da ordem estabelecida.

### **Uma derrota sem combate infligida à classe operária brasileira**

Teremos mais adiante ocasião de olhar de novo para o significado da situação actual no Brasil. Bolsonaro ser um saudoso do fascismo não significa que o fascismo tenha sido instaurado no Brasil. São duas coisas diferentes. A classe operária sofreu uma derrota sem combate, mas não foi esmagada. Mantém enorme potencial de luta e de resistência. Eu diria que

os combates maiores ainda estão para vir. Não obstante, no imediato, o que houve foi uma derrota sem combate, e a nós, militantes da IVª Internacional, interessa extrair o significado profundo do facto.

Este significado profundo traz-nos à essência do programa da IVª Internacional, que, recorde, se inicia com a afirmação de que o regime capitalista há muito ultrapassou o limite a partir do qual já só pode apodrecer. O programa afirma que as forças produtivas da humanidade deixaram de crescer e que, sem revolução proletária no próximo período, a humanidade fica condenada a afundar-se na barbárie e, ainda, que isso só foi possível por força da traição das velhas direcções do movimento operário. “*A frente popular abre caminho ao fascismo*”, diz o *Programa de Transição*, e é por isso que a questão central é a da construção do partido revolucionário, tanto à escala internacional como nacional.

### **A política de frente popular abriu caminho a Bolsonaro**

No Brasil, a política de frente popular abriu caminho a Bolsonaro. A política de frente popular é a política por intermédio da qual o PT, construído e edificado pela classe operária, no poder durante treze anos (2003-2016), em todos os domínios subordinou a sua política ao imperialismo, ao regime podre da propriedade privada dos meios de produção e, até, às instituições herdadas da ditadura militar.

Se bem que, como dissemos, a classe operária brasileira tenha arrancado a liberdade e, até certo ponto, a democracia, o PT no poder nunca pôs em causa tudo o que sobrava das instituições da ditadura. Incluo nisto o exército, a polícia militar, o aparelho da justiça e as leis anti-operárias e anti-sindicais. No poder, o PT, longe de realizar a reforma agrária, que milhões de camponeses sem terra esperavam com impaciência, deixou os grandes proprietários fundiários continuarem a assassinar os camponeses sem terra e destruiu não se sabe quantos milhões de quilómetros quadrados da Amazónia, no único fito de satisfazer as necessidades de uma exploração mais lucrativa das terras. No poder, o PT não só não renacionalizou, como prosseguiu a política de privatização, especialmente dos recursos petrolíferos e gasosos, mormente do Pré-sal. Abriu caminho à privatização da Petrobras. E esta política — e bem se poderia aumentar o rol, o que o camarada do Brasil poderá decerto fazer, se o entender necessário — desarmou a classe operária.

Apesar dos poderosíssimos e repetidos movimentos

de centenas de milhares, as direcções do PT e da CUT transformaram-se não em factor de organização e resistência da classe, mas em estado-maior da desmoralização, desorganização e desarticulação da classe.

E quando, por intermédio das suas correias de transmissão no Brasil, o imperialismo americano decidiu dar uma volta ao torniquete porque as coisas não estavam a andar suficientemente depressa nem a chegar suficientemente longe e resolveu que era altura de cortar a cabeça ao PT, ele lançou a ofensiva em nome da luta contra a corrupção, que acabou com Lula atirado para a prisão e o PT privado do direito de designar o seu próprio candidato às eleições.

Camaradas, falo nisto porque foi coisa debatida, mas a questão não é saber se Lula era ou não corrupto. Talvez fosse. Para a classe operária, não é aceitável discutir no terreno abstracto de “corrupção ou não corrupção”. Não vai ser um Trump adepto do Ku Klux Klan, que fez fortuna em condições de incrível opacidade, a vir pregar “moral” às organizações operárias!

No ponto de vista da IVª Internacional, evidentemente inimiga da corrupção e da podridão do regime burguês, nós consideramos que os aderentes do Partido dos Trabalhadores têm direito a designar o seu próprio candidato.

A única razão por que o imperialismo quis proibir a candidatura nada tinha que ver com corrupção. Tinha que ver com ser preciso calar a voz organizada da classe operária. E a direcção do PT aceitou-o. Aceitando-o, desarmou a classe operária brasileira. Tudo acabou na vitória de Bolsonaro.

Camaradas, para além da situação no Brasil, a questão que se nos levanta é a seguinte: são estes acontecimentos no Brasil uma particularidade brasileira ou reflexo, em forma brasileira, de uma tendência geral hoje operante em todos os continentes?

Refiro-me à tendência da classe operária e das massas oprimidas para construir, edificarem e defenderem as suas próprias organizações, por um lado, e à tendência do imperialismo para querer destruí-las, por outro, assim como, por fim, à tendência das direcções para actuarem como auxiliares do imperialismo, abrindo caminho à derrota da classe operária.

Opera esta tendência em todos os continentes, ou não? Opera, sim. É ela que faz com que seja nossa obrigação afirmar que não haverá IVª Internacional reconstituída sem que todas as suas secções se invistam, a todos os níveis, na ajuda à construção de autênticos partidos revolucionários, independentes de todas as formas de frente popular e de subordinação ao imperialismo. Consideráveis são as pressões neste sentido dentro do movimento operário.

### Quais são as principais lições da revolução alemã de 1918?

Dá-se o caso de nos estarmos reunindo a poucos dias do centésimo aniversário da revolução alemã de novembro de 1918. O camarada Jean-Jacques Marie, membro da Tendência Comunista Internacionalista (TCI), anima, com outros, uma revista histórica chamada *Les Cahiers du mouvement ouvrier*, lançada em conjunto com militantes soviéticos, nomeadamente o historiador trotskista Vadim Rogovin, há vinte anos. O último número destes *Cahiers du mouvement ouvrier* é

consagrado à revolução alemã. Lamento que a revista não esteja disponível noutras línguas. Mesmo assim, aos camaradas que lêem francês recomendo que a leiam.

Neste número, vários artigos nos rememoram o seguinte: a revolução alemã que eclodiu no dia 9 de novembro de 1918 foi poderosíssima. Em dois dias, o país encheu-se de conselhos operários e de soldados. A bandeira vermelha flutuava sobre Berlim. Como um dos artigos evoca, a potência do movimento era tal, que ninguém ousava não se reclamar do socialismo. Até os mais consumados reaccionários se convertiam em poucas horas ao socialismo e à bandeira vermelha. Até aqueles que viriam a trair a revolução começaram por proclamar a “*República dos Conselhos Operários*”. Era considerável o poderio do movimento. No entanto, acabou esmagado.

O esmagamento da revolução alemã surtiu consequências incalculáveis, ao isolar a revolução russa, funcionando como incentivo à degenerescência burocrática e à vitória do estalinismo. Assim como surtiu consequências muito significativas para a própria classe operária e povo alemães. Toda a gente entende que o destino da Alemanha e da humanidade teria levado uma grande volta se a classe operária, em se apoderando do poder, tivesse sido capaz de mantê-lo. Não faltou ao proletariado nem coragem revolucionária, nem audácia, nem espontaneidade, nem dirigentes eméritos e experimentados, a começar por Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, assassinados no dia 15 de janeiro de 1919.

Faltou uma coisa apenas: um partido. Rosa Luxemburgo partilhava, em muitos aspectos, as posições de Lenine sobre o imperialismo e contra a traição da IIª Internacional. Liebknecht foi um dos primeiros a propor que os conselhos operários se constituíssem e tomassem o poder. Porém, eles não haviam construído um partido. Só proclamaram um partido no último momento, nos últimos dias da revolução, como uma espécie de conglomerado de diferentes grupos heterogêneos que não estavam habituados, não tinham tradição de trabalhar juntos, de se implantarem, de agruparem os operários. No momento decisivo, a ausência do partido permitiu à social-democracia traidora abafar a revolução.

### Em vésperas de uma nova grande crise

Assim, camaradas, aprendamos com as lições do passado. A nossa responsabilidade é responder a uma só pergunta: construir o quê e construir como? Esta reunião do CORQI será útil não se trazer uma resposta única a todos os aspectos que esta pergunta reveste, mas sim se permitir colher elementos de resposta, parciais que sejam, à pergunta, ainda que o consiga só para algumas das nossas secções, se não o puder para todas.

No nº 11 d’*A Internacional*, pus à discussão um artigo sobre o significado da reproclamação da IVª Internacional no ponto de vista da construção do partido hoje. Muitos camaradas leram o artigo, deram contribuições. Esquematizando, poderá resumir-se o problema em três pontos:

O primeiro é o lembrar que, quando reproclamámos a IVª Internacional, em 1993, fizemo-lo com base numa análise da situação do capitalismo mundial, da >>>

## ● RELATÓRIO INTRODUTÓRIO

>>> qual concluímos pela pertinência da análise de Lenine n' *O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo*. O capitalismo atingiu um estágio em que, incapaz de desenvolver as forças produtivas, sobrevive unicamente à custa do recurso maciço ao desenvolvimento parasitário e especulativo e, portanto, à destruição maciça das forças produtivas como meio de sobrevivência do regime de propriedade privada dos meios de produção.

Desde então, temos tido amígdadas ocasiões de voltar ao assunto, não sendo porventura útil estar aqui a desenvolver longamente a realidade desta situação hoje, a realidade das guerras que se generalizam, desmembrando nação atrás de nação, da barbárie banalizada no Iraque, na Síria, no Afeganistão e em partes inteiras da África. É a realidade que se materializa nas tais “migrações” maciças e forçadas, que atravessam o Mediterrâneo, que tentam atravessar a América do Sul e Central em direcção à América do Norte, da miséria que alastra, da diminuição da esperança de vida, inclusivamente no continente europeu.

Como tão-pouco há necessidade de indicar, só para pegar num dado quantitativo, que a bolha especulativa inchou hoje mais do que na véspera da crise das *subprimes*: os activos dos dez maiores bancos do mundo são 20% superiores aos activos acumulados dos dez maiores bancos de há dez anos. Na altura, os capitalistas sossegavam-se, dizendo: “*Too big to fail*” (1). Não tardou nada, foi tudo por aí abaixo, e então disseram: fizemos asneira, há que evitar esta concentração capitalista extrema, é melhor repartir o perigo.

Dez anos depois, há mais 20% na capitalização dos principais bancos. A Apple ultrapassou o nível do bilião (um milhão de milhões) de dólares de capitalização bolsista. A dívida mundial representa 3,5 vezes o PIB mundial. Os biliões de dólares derramados pela Reserva Federal em nome do “*quantitative easing*” foram direitos para a especulação, tal como os 80 mil milhões despejados todos os meses pelo Banco Central Europeu (BCE), seis anos a fio. Lembrem-se que, com o “*quantitative easing*”, se supunha conseguir relançar a economia, relançar a produção...

Há uma semana, em França, um jornal reaccionário explicava que a inflação imobiliária numa cidade como Paris, onde os preços aumentaram 55% nestes últimos anos, é consequência directa do “*quantitative easing*”. Por palavras simples, o dinheiro despejado pelo BCE nos bancos e que os capitalistas não conseguem valorizar produzindo mercadorias, colocam-no eles nos sectores mais seguros ou menos incertos, como o imobiliário, fazendo, assim, com que os preços do imobiliário numa cidade como Paris trepem mais de 50%.

Toda a gente anda a anunciar que a bolha especulativa vai rebentar de um momento para o outro. Nessa altura, o esquema de 2008 repetir-se-á em pior. Bancos, instituições financeiras e moedas afundar-se-ão. E, é claro, os governos em funções exigirão ainda mais sacrifícios da parte da classe operária e dos trabalhadores. O que alimenta a bolha especulativa que vai inchando de dia para dia? A pilhagem e a destruição dos nossos regimes de segurança social, dos nossos regimes de aposentação, a redução dos salários e das pensões em virtude dos ataques a todas as regulamentações operárias.

Estas medidas são tomadas indiferentemente por governos de direita e de “esquerda”, pois todos se

submetem ao imperialismo. Poderá, deste modo, cada camarada aqui presente ilustrar com a situação no seu próprio país a afirmação de que a sobrevivência do regime capitalista só se pode fazer à custa do desenvolvimento das forças de destruição, da destruição maciça da principal força produtiva, a força de trabalho do proletário.

Nenhuma reforma para relançar a produção, seja de que tipo for, resolverá isto. Se o keynesianismo tivesse futuro, ao fim de um século já se teria visto. Tudo rabulice, mentiras. Sempre que aparece alguém a pretender introduzir uma nova política para gerir o capitalismo, acaba por se encarregar dos piores ataques contra a classe operária, venha ele da “extrema esquerda”, como o Syriza na Grécia, ou da extrema-direita, como Salvini em Itália.

O segundo elemento identificado quando da reproclamação da IV<sup>a</sup> Internacional era o da actualidade do seu programa, especialmente das suas palavras de ordem: a luta pelo governo operário e camponês, pela frente única operária, pela ruptura das organizações operárias com a ordem burguesa. Acabamos, uns e outros, por observar que, se não se puser o problema da luta pelo governo operário e camponês, da ruptura com as instituições do imperialismo, se não se construírem partidos nesta base, não se permite à classe operária subtrair-se à política dos aparelhos.

### Como se tem manifestado a tendência para a recomposição do movimento operário com um novo eixo?

O terceiro aspecto, o mais importante, é a questão do factor subjectivo. Em 1993, explicávamos que a classe operária lutava. Em 2018, continua a lutar. Tem uma capacidade de resistência extraordinária. Depara-se, porém, com a política das suas direcções; daí a necessidade, dizíamos, de reproclamar a IV<sup>a</sup> Internacional e de conseguir inseri-la nos processo de recomposição do movimento operário com um novo eixo. Foi quanto a este ponto, e apenas este, que fui levado a abrir uma reflexão, na contribuição apresentada n' *A Internacional*.

1993 era dois anos depois de a URSS se desfazer e quatro anos passados da queda do Muro de Berlim. Na altura dizíamos que, embora houvesse processos enormes de decomposição — entre eles, a desarticulação da URSS, que não era um processo qualquer —, surgiam também, contraditoriamente, elementos de recomposição do movimento operário com um novo eixo, que iriam assumir a forma da decantação de grupos, organizações e tendências às quais devíamos ser capazes de nos ligarmos, o que punha todo o problema da conferência mundial aberta, do Acordo Internacional, etc.

Isto fez com que viéssemos a considerar, se bem que nunca o tivéssemos escrito desta maneira, que segmentos inteiros saídos da crise dos partidos comunistas, dos partidos socialistas, das organizações nacionalistas pequeno-burguesas, fariam um movimento para a esquerda, tornando possível uma junção com eles.

Considerando a situação nos termos em que se tem desenvolvido nos últimos vinte e cinco anos, não foi assim que as coisas se desenrolaram.

(1) “Grande demais para falir”.

Não há nada de grave ou de desonroso em dizer que um dado aspecto de um prognóstico não se verificou. É deveras o dever de um marxista confrontar a cada momento o desenvolvimento real com aquilo que se considerara possível.

Que desprendimentos houve de segmentos inteiros do movimento operário para a esquerda, nestes últimos vinte e cinco anos? Tenho um exemplo para vos dar que, apesar de todas as suas limitações, é indiscutível: o que aconteceu na África do Sul depois de Marikana. A ruptura na COSATU pôs sectores significativos e expressivos do movimento sindical à procura de um sindicalismo independente da coligação tripartida no poder, dominada pelos estalinistas, e da reconstituição de organizações baseadas na classe. No entanto, mesmo este processo tem os seus limites, estorvado por algumas limitações políticas.

Se, além deste, os camaradas puderem dar outros exemplos, discutamo-los. Eu não vejo mais. Além de que, depois dos anos noventa, deixou de haver fenómenos como os que se tinham visto na etapa anterior, por exemplo no caso do Brasil, ou a constituição dos sindicatos independentes na Coreia do Sul nos anos oitenta, ou outros fenómenos desse género. E deixou de os haver muito simplesmente porque a decomposição das velhas organizações se orientou cada vez mais para a direita. Todos os antigos partidos estalinistas do Leste da Europa forneceram os piores privatizadores e destruidores da propriedade estatal. Os dirigentes dos PCs e PSs de massas de outros países internaram-se muitíssimo pela subordinação à destruição capitalista. Assim, na Itália, o principal PC da Europa Ocidental desapareceu pura e simplesmente.

Não terem ocorrido desprendimentos em massa deste género não equivale a não terem ocorrido processos de recomposição da classe operária com um eixo novo. Só que eles têm tomado formas diferentes.

Tomam, em particular, a forma do que está acontecendo dentro do próprio movimento da classe operária, onde novas gerações de lutadores que se situam no terreno da luta de classes, estejam ou não organizados, procuram o caminho da luta e da revolução. O nosso dever é identificar, nas formas que são específicas a cada país, onde e como tais processos se manifestam e, sobretudo, como nos inserimos nós neles.

### Construir o quê e como

É claro que as situações são extremamente diferentes de um país para o outro. Ainda assim, se tivesse que resumir, a valia da nossa discussão parece-me estar no seguinte: seja qual for o tamanho das nossas secções e a situação específica dos nossos diferentes países, temos o dever de definir, *em primeiro lugar*, uma orientação estratégica; *em segundo lugar*, palavras de ordem; *em terceiro lugar*, que esta estratégia e estas palavras de ordem se orientem para a construção, *em quarto lugar*, que se exprimam num órgão de imprensa regular, *em quinto lugar* que se traduzam por iniciativas práticas e, *em sexto lugar*, que se inscrevam na luta de classes viva tal como ela é em cada país.

Sustento que nenhum de nós pode responder seriamente às tarefas preceituadas pelo Programa da IVª Internacional sem se submeter à disciplina de reflectir numa proposta de orientação estratégica, em palavras de ordem, na política de construção, no órgão de imprensa, nas iniciativas práticas e nas formas de inserção na luta de

classes viva. Esqueçam um único destes aspectos e terão, conforme o caso, uma intervenção real, mas para-sindical, ou então propaganda geral pelo trotskismo isolada da luta de classes, ou ainda afirmação sectária sem ligação ao movimento operário. O nosso dever é encarar esta questão estratégica como um todo.

Tivemos, na semana passada, uma discussão na direcção nacional da secção francesa, em que perguntámos a nós próprios, como secção da IVª Internacional, qual havia de ser a nossa contribuição para esta reunião do CORQI. A nossa resposta foi: é claro que a nossa contribuição pode consistir em textos, discursos, mas, no fim de contas, a nossa principal contribuição para a discussão é a conferência de delegados que realizámos há dez dias, no dia 20 de outubro, numa localidade dos arredores de Paris. Porquê?

Nas últimas semanas e meses, temos discutido o nosso balanço como secção francesa. Globalmente, temos feito progressos. Todos os meses há mais militantes a pagar quotas; de semana para semana, há mais jornais vendidos. O Partido Operário Independente Democrático (POID), de que somos membros, vai progredindo. As nossas iniciativas, campanhas, comícios, têm sido coroados de êxito. No entanto, e é este “no entanto” que é o mais importante, os aparelhos continuam imperturbavelmente a trair a classe operária. Nós somos capazes de explicar porquê. Somos, porém, capazes de ajudar os trabalhadores a começarem a construir instrumentos que lhes permitam vencer esses obstáculos? Até agora, a resposta a esta pergunta tem sido que não.

### Ajudar os trabalhadores a começarem a construir os instrumentos necessários para vencer os obstáculos

A partir do mês de maio passado, passámos, por isso, a perguntar: como havemos de dar um passo nesse caminho? Nós somos senhores de um acervo teórico. Pedimos aos militantes para lerem e, nalguns casos, relerem alguns textos de Trotsky escritos em 1935-36, altura em que amadurecia em França a crise revolucionária e em que os militantes trotskistas eram pouquíssimo numerosos. Trotsky aconselhou-os assim: na grande vaga de greves que está a começar, a marcha dos acontecimentos só se pode desenvolver em direcção à revolução ou em direcção ao fascismo. A organização revolucionária, acrescentava Trotsky, deve apoiar-se no movimento grevista actual para se ligar aos operários em luta. Noutros textos, dizia: o problema não é ser uma organização pequena, pois uma organização assim pode-se desenvolver muito rapidamente no decurso de processos revolucionários. O problema é que, para se desenvolver, é preciso encontrar as formas de organização. Evoca então os “comités de acção”, portanto comités políticos que reúnam os trabalhadores nas empresas, que reúnam não “*todos os trabalhadores*”, mas “*as massas em luta*”, no objectivo de “*quebrar a resistência anti-revolucionária dos aparelhos*”. A nossa pergunta era: como havemos de avançar nesta direcção em França? Tem havido greves, embriões de delegados de serviços, de comités de greve. No entanto, pelo menos até agora, os aparelhos têm conseguido barrar estes processos, impedir a greve geral e deixar fragmentar as greves.

## ● RELATÓRIO INTRODUTÓRIO

>>> Propusemos, pois, a constituição daquilo a que chamámos “comitês unitários”, pegando numa questão central: o ataque do governo aos regimes de aposentações. Pusemos à subscrição um apelo, que até ao momento já recolheu um pouco mais de 20.000 assinaturas. Fixámos um objectivo. No dia 25 de agosto, dissemos: queremos, em dois meses, constituir comitês unitários em 150 empresas do país, com militantes que não sejam membros da nossa corrente, que sejam do Partido Comunista, da France Insoumise, do Partido Socialista, que estejam sindicalizados em sindicatos diferentes ou não estejam sindicalizados, mas que tenham uma característica: a de não aceitarem a ameaça do governo de destruir as aposentações e de entenderem a necessidade do compromisso na preparação da acção de classe e, portanto, da unidade para a acção de classe para derrotar o governo.

Estes comitês unitários opõem-se evidentemente à política dos aparelhos. O governo pretende destruir os regimes de aposentação. As direcções das organizações sindicais em França olham para o lado e participam na concertação com o governo. A CGT, por exemplo, não diz uma palavra sobre as aposentações no seu jornal mensal de outubro. A outra central sindical operária, a Force ouvrière, de que mais adiante se voltará a falar, está sendo sujeita a uma ofensiva de destabilização, em que a CCI participa, que acaba por paralisá-la. É aí, pois, que está o obstáculo. Se o governo conseguir levar a sua ofensiva até ao fim, os 42 regimes de aposentação existentes no país ficarão destruídos. O novo sistema que os substituirá será um “sistema por pontos” à americana, que fará com que ninguém possa aposentar-se antes dos setenta e cinco anos a não ser com uma pensão de miséria. Os funcionários, por exemplo, perderão entre 25 e 30% do seu nível de pensão actual.

### **Os trabalhadores terão que impor a unidade, e nós organizamo-nos para ajudá-los a impô-la**

Ante um ataque desta gravidade, as direcções das organizações falam de outra coisa. Que havemos de fazer? Camaradas, embora seja modesto, nós tínhamo-nos proposto constituir, em dois meses, 150 comitês unitários e conseguimos constituir 151, em 151 empresas. Tínhamos dito entre 200 e 250 delegados, e houve 223. De 151 comitês, 134 enviaram delegados, vindos nalguns casos de centenas de quilómetros de distância participar na conferência que se desenrolou no dia 20 de outubro. Entre eles, houve militantes que não estão na IVª Internacional, que não estão no POID, mas que tomaram a palavra: houve 42 intervenções na conferência. Partilhassem ou não as nossas opiniões políticas, o que eles disseram foi que não podemos deixar o governo fazer o que quer. Temos que organizar, organizar, organizar. Não podemos ficar à espera que as direcções sindicais o façam. Somos pela unidade com os sindicatos, mas essa unidade são os trabalhadores que a têm que impor, nós organizamo-nos para ajudar os trabalhadores a imporem-na.

Estes 223 delegados adoptaram um novo apelo, baseado no anterior, que vai mais longe. O apelo diz: se o governo não nos deixar alternativa, o que é preciso preparar é a greve geral. Nós não apelamos à greve geral nós próprios, mas abrimos a perspectiva. Os delegados disseram: somos 150 comitês, convocamos uma nova conferência para o dia 2 de fevereiro, e nela há-de haver 250 comitês, com

mais 100 empresas. Estamos construindo o aparelho político da luta, pois a única saída é a luta de classes, e a luta de classes põe o problema da unidade, e a unidade põe o problema de submergir o obstáculo dos aparelhos, e isso, só a classe operária poderá consegui-lo. Enquanto vanguarda revolucionária, construímo-nos ajudando os trabalhadores a construir o seu próprio aparelho político para a frente única.

Ora bem, é isto que trazemos para discutir na conferência do CORQI. Não por ser um modelo, nem um sucesso absoluto; há, é claro, muitos outros problemas com que a secção francesa se debate; uma coisa, porém, observámos: primeiro, esta conferência tinha uma especificidade diferente das nossas conferências anteriores, era mais jovem, mais feminina e mais representativa das camadas mais exploradas da classe operária.

Não considerámos, portanto, que só tinham autorização para intervir os chefes sindicais experimentados. Claro que havia chefes sindicais experimentados na conferência, e ainda bem que havia. Contudo, o que nos norteia não é principalmente o nível na hierarquia sindical, mas a capacidade para dar expressão ao que é insuportável para as massas na política do governo. E quanto mais se “desce”, maior é a força com que se manifesta a rejeição do insuportável, com a potência revolucionária que é a necessária.

Foi por isso que, se repararam na fotografia de *La Tribune des travailleurs*, a tribuna que tivemos era muito jovem, composta por jovens delegados sindicais, homens e mulheres, jovens trabalhadores, ferroviários, trabalhadores em saúde, professores, inspectores do trabalho, trabalhadores do sector privado. A segunda coisa em que nós reparámos foi que quem quis intervir não foi para se queixar. E não porque muitos deles não estivessem em situação difícilíssima, mulheres com empregos precários que acabavam de perder, mães que já não tinham maneira de ganhar a vida. Mas elas não estavam lá para se queixarem. Não estavam lá para pedir compaixão. Estavam lá porque representavam comitês que as tinham mandatado. Estavam lá, portanto, determinadas a baterem-se. Estavam lá por se sentirem legitimadas para se baterem.

Assim, camaradas, esta é a maneira em que temos procurado responder à pergunta de como construir-nos, inserindo-nos na luta de classes. Muitos dos camaradas que intervieram na conferência haviam, aliás, participado ultimamente em greves, manifestações e piquetes de greve. É uma geração de lutadores que se ergue. A média de idade rondava os vinte e cinco, trinta, quarenta anos no máximo, sem terem as derrotas do estalinismo a pesar-lhes nos ombros. Debatem-se com as condições da exploração em toda a sua brutalidade, e todos nós sabemos como as leis da exploração alimentam igualmente as leis da resistência à exploração. Esta jovem geração não tem alternativa senão resistir à exploração. Nem aceita que dirigentes sindicais e dirigentes políticos corrompidos lhes digam que não se pode fazer nada. Procuram o caminho da luta. A nossa responsabilidade como IVª Internacional é de lhes dizer: vamos organizar juntos os grupos políticos que se vão dirigir às massas para lhes permitir



forçar os portões da barragem que os aparelhos montaram.

Até onde chegaremos? Não sei. O mais longe possível. Mas uma coisa é certa: fazendo isto, estamos a construir o partido. Reparámos quantos camaradas entraram na conferência com certas reservas: “*Vamos lá ver o que vocês querem fazer.*” “*Vocês não estarão a fazer concorrência aos sindicatos?*” “*Olho para o vosso partido com uma certa desconfiança.*” Ou então: “*Não tenho a certeza que me interesse ler o vosso jornal.*” Ora, ao saírem da conferência, muitos deles pediram para aderir ao partido ou assinaram o jornal. Compreenderam, portanto, na prática, o que é uma política revolucionária autêntica.

Assim, camaradas, enquanto secção francesa, é isto que trazemos para a discussão e, portanto, para crítica. É desta maneira que estamos, pelo menos, a tentar responder na prática aos problemas que se colocam. Acho que é esta discussão que temos que fazer para cada uma das secções.

É a questão de saber o que havemos agora de fazer no Brasil.

É a discussão que temos de continuar sobre a Itália. Os camaradas italianos apanharam uma paulada quando o novo governo tomou posse. Tomar posse um governo, com uma espécie de profascista como Salvini, o ministro do interior, e os populistas do “Movimento 5 Estrelas”! Os camaradas italianos perguntaram: o que é que está a acontecer? E depois, pela sua própria experiência, explicaram que, quando se parte de um ponto de vista de classe, as coisas esclarecem-se e ordenam-se. Só que colocam um grande problema: os estalinistas e sociais-democratas conseguiram a proeza de conseguir que deixasse de haver na Itália um único partido político que se reivindicasse da classe operária. Isto, num país onde, há trinta anos, o Partido Comunista Italiano ainda tinha um milhão de militantes. Já não há nem um. Fundiram-se e diluíram-se em partidos diversos e variados. De que modo hão-de os nossos camaradas italianos, organizados à volta do seu jornal, dar mais um passo? Como se há-de formular a pergunta de como criar condições para um autêntico partido da classe operária? Que iniciativas, que laços com a luta de classes, que laços com o que se está a passar nos sindicatos?

Questão próxima desta está posta na Azânia/África do Sul. Os camaradas relataram uma série de processos em curso na Azânia/África do Sul. Como nos havemos de inserir nesses processos com a orientação de lutar por um Partido dos Trabalhadores Negros? Como exprimi-la? Qual a relação com o jornal? Estas são algumas das questões concretas a que temos que dar resposta.

Li a contribuição dos camaradas do Paquistão acerca das consequências da intervenção imperialista, que está empurrando o país para o desmembramento e a precipitá-lo cada vez mais na guerra. Há resistência com expressão no plano sindical. Que formulação política se há-de dar? Não sei, mas temos que discuti-lo.

### Questões de orientação política com que todos nos debatemos

Isto depara-nos, portanto, com questões de orientação política. Há questões de orientação política que são específicas de cada país e há outras mais gerais. Queria citar algumas destas.

A ofensiva contra o movimento operário assume, em toda a parte, a forma daquilo a que chamamos corporativismo, a tentativa, portanto, de integrar as organizações sindicais no aparelho de Estado. Aqui em França, neste momento, chamam-lhe “concertação”, noutros países os nomes são outros. Mas todos estamos confrontados com o mesmo.

Na ofensiva corporativista, há, contudo, um elemento que se encontra em todos os países, que é a questão do ambiente.

Para começar, os marxistas não ficaram à espera de ninguém para analisar que o capitalismo, ao destruir a principal força produtiva — a força de trabalho —, estava, do mesmo passo, a destruir a natureza envolvente. Escreveu Marx: o capitalismo esgota, pelo seu próprio desenvolvimento, as duas fontes de toda a riqueza: o homem e a natureza. Por conseguinte, a classe operária, que luta para salvar a humanidade, é a única capaz de salvar a humanidade e, conseqüentemente, o ambiente da humanidade, dela indissociável.

Coisa diferente é a existência, desde há uma trintena de anos, de uma corrente política chamada corrente “ecologista” ou “política ambientalista”. Corrente esta que separa a questão do ambiente da questão da humanidade, formulando a defesa da natureza ou a defesa do planeta como coisas em si. Deste modo se opondo à sobrevivência da humanidade e, sobretudo, tirando-lhe todo o carácter de classe.

Há hoje uma espécie de união sagrada. Toda a gente tem que comungar numa mesma religião, a religião do “desenvolvimento sustentável”, da “luta contra o aquecimento do clima”, da “salvaguarda da água”, dos animais e sei lá mais do quê, tudo no mesmo plano. Revestindo tudo isto uma forma institucional.

Consideremos a COP, a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre o Aquecimento do Clima (em inglês UNFCCC). É uma instituição da Organização das Nações Unidas (ONU), uma cimeira organizada pela ONU todos os anos. A de Paris, a COP 21, em que foi adoptado o protocolo contra o aquecimento do clima, ficou célebre. A próxima realiza-se em dezembro de 2018 em Katowice, na Polónia. Ora bem, esta COP 21 reuniu os chefes de Estado e de governo de 198 países, mais todas as organizações não governamentais (ONG) que vocês possam imaginar, mais os sindicatos, a Confederação Sindical Internacional (CSI), a Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), etc. Esta gente toda chegou ao acordo de irem todos juntos “salvar o planeta”.

Por exemplo, decidiram, na COP 21, que, daí até 2100, o aquecimento do clima não sofreria um aumento superior a 2 graus. Passaram quatro anos. Todos os especialistas dizem que este objectivo não será alcançado. Porquê? A explicação oficial é porque nós comemos demasiada carne, ou usamos sacos de plástico a mais ou não separamos o nosso lixo — cada um de nós, individualmente.

A verdadeira explicação é que os capitalistas estão dispostos a contemplar tudo o que a gente quiser em matéria de ambiente, de pássaros, de sacos de plástico... desde que isso dê dinheiro. E se não der dinheiro, dizemos: tudo isso são coisas muito sérias, outros que tratem do assunto, que nós temos um negócio para tomar conta.

## ● RELATÓRIO INTRODUTÓRIO

### >>> Não há ambiente acima da luta de classes

Não há ambiente acima da luta de classes. Há uma classe capitalista que está a precipitar a humanidade para o abismo e, com ela, o ambiente da humanidade. E há uma classe operária sujeita a despedimentos, à desregulamentação e à poluição e destruição do ambiente.

Pela nossa parte, temos que encarar estas questões num ponto de vista classista. Temos que rejeitar com firmeza separações, sejam elas quais forem, entre defesa da classe operária e defesa do ambiente. Ao ler, num texto escrito por camaradas, que, na campanha que tem o nome “Contra a mudança do clima na Grã-Bretanha” — portanto, a campanha oficial da COP 21 — é positivo existir, nessa campanha, um grupo sindical, eu, por mim, não concordo. Os sindicatos não têm nada que fazer nessa campanha dirigida pelos capitalistas, dirigida por Merkel, por Macron, pela União Europeia. Os sindicatos não têm nada a fazer numa campanha dirigida pelas multinacionais, as mesmas que destroem o ambiente.

O papel dos sindicatos é defender a classe operária. Se a classe operária for atacada por questões ambientais, os sindicatos têm que defender o ambiente da classe operária, têm que atacar os capitalistas e os governos, que são os responsáveis. A união sagrada em nome do ambiente é a união sagrada pura e simples. Escrever tal coisa num texto da IVª Internacional é apelar aos sindicatos para entrarem no corporativismo em vez de lutarem contra ele. Não concordo. Temos que discutir. Talvez eu não tenha razão. Nós somos uma organização democrática e devemos explicar-nos entre nós. Com efeito, se, em muitos países em que a poluição atinge expressão dramática, nos pusermos a dizer aos trabalhadores: “Confiam nas instituições governamentais e capitalistas”, estaremos a empurrar os trabalhadores contra a parede. Ora bem, é preciso esclarecer. Em França, os nossos camaradas jovens, militantes da TCI, publicaram uma brochurinha sobre estas questões (publicada neste número d’*A Internacional* — NdR). Temos de organizar a discussão na Internacional. Não subsiste dúvida de que a humanidade e o seu ambiente estão sob ameaça de destruição. Então, para impedir a destruição, havemos de confiar nos que andam a destruir? Nunca!

### Pela unidade da classe operária, contra todos os particularismos

Há uma segunda questão com que nos debatemos. Nós somos pela independência da classe operária. Somos, portanto, pela sua unidade. E, sendo nós pela unidade da classe operária, somos contra os particularismos. Se aceitássemos dividir a classe operária segundo preferências, sejam elas religiosas, sexuais ou filosóficas, estaríamos, na prática, a desistir de lutar pela unidade da classe operária e pela sua independência.

Nós, IVª Internacional, somos pela defesa dos direitos democráticos, pela igualdade de direitos. Somos, por exemplo, pela liberdade de pensamento, pela liberdade de acreditar ou não acreditar. Eu, por mim, reivindico o direito de ser ateu. Reconheço, não obstante, o direito de todo o indivíduo a praticar esta

ou aquela religião à sua escolha, sem preferência especial. Se estiverem a discriminar alguém, se estiverem a perseguir alguém por causa das suas convicções religiosas, eu sou por defender incondicionalmente o discriminado e o perseguido. Luto contra a discriminação, pela liberdade, pelos direitos. Se estiverem a discriminar alguém, se estiverem a perseguir alguém por causa de preferências sexuais, eu sou por defender incondicionalmente o discriminado e o perseguido e reconhecer a liberdade de cada um viver a sua vida privada como bem entender. Nós defendemos os direitos, e defendemos a liberdade e a igualdade contra a discriminação, contra a perseguição. Não temos necessidade de nos adaptarmos à moda de falar em “homofobia”, “islamofobia”, etc.

Num texto assinado pelas organizações da IVª Internacional no continente americano — documento, aliás, correcto quanto ao assunto a que é consagrado —, há uma referência de passagem aos “LGTBQ+”. Não concordo. Primeiro, porque LGBTQ+ quer dizer segmentação da classe operária. É a mania de uma moda chegada dos Estados Unidos, mas ela tem um fundo político, que é o dos particularismos extremos, a necessidade de separar por comunidades particulares. A sociedade americana foi fundada pela classe capitalista na base da segmentação absoluta por comunidades particulares: comunidades religiosas, de cada obediência específica; comunidades de origem nacional ou “étnica”, mais comunidades de preferências sexuais ou de outro tipo. Temos que nos recusar a adaptar-nos a esta segmentação.

Opomo-nos a toda a perseguição e discriminação por razões da vida privada ou sexual. Tal como somos contra toda a espécie de discriminação religiosa. Não precisamos de dizer mais nada. Temos que discutir estas questões entre nós. Pela minha parte, considero que devemos afirmar que somos contra os particularismos e pela defesa dos direitos democráticos.

Terceiro aspecto: somos pela defesa incondicional da independência das organizações sindicais. Ora, em todos os países do mundo, tem-se desenvolvido uma coisa a que, em França, temos chamado o “dégagisme” (o “correr com eles todos”) nos sindicatos. A ideia, portanto, de que, correndo com um responsável sindical, se vai resolver todos os problemas. O que, muitas vezes, está realmente por trás disso são operações montadas pelos governos e pelos patrões para destabilizar os sindicatos como organizações operárias. Temos que ser muitíssimo vigilantes. Nós somos pela defesa das organizações sindicais, somos por que elas resolvam os seus problemas internamente. Não somos a favor de o Estado intervir nas organizações sindicais.

### Contra todas as formas de populismo

É preciso, enfim, dizer que somos contra todas as formas de populismo. Pois o que é próprio do populismo é dissolver as fronteiras de classe. Hoje vemo-nos confrontados com um desenvolvimento do populismo na forma de direita e na forma de esquerda. Por exemplo, a forma de populismo com que deparamos em França com *La France insoumise* (França Insubmissa) encontra a sua inspiração em dois ideólogos, um argentino, o outro belga, Ernesto Laclau

e Chantal Mouffe. Temos que trabalhar nesta questão, porque esta ideologia em voga provoca estragos consideráveis no movimento operário. Para vos citar apenas um exemplo: Jean Luc Mélenchon, que é originário da “esquerda”, acaba de declarar, em conferência de imprensa no dia 24 de outubro, que, no pretense braço de ferro entre o governo de extrema-direita da Itália e a Comissão Europeia, é preciso apoiar o governo italiano. Declarou ele que “a identidade nacional francesa é uma identidade republicana que se confunde com a ideia de soberania popular. É por esse motivo que temos evidentemente que tomar partido pelo governo italiano contra a Comissão Europeia.” Apoiar a atitude do governo italiano só por ele dizer não à União Europeia? Seja a que preço for? No entanto, Hitler dizia “não” ao Tratado de Versalhes. E então? Era razão para dizer que era preciso “tomar partido”? Tais são as aberrações em que dá o populismo de “esquerda”. A aberração de dizer: barre-se a chegada dos migrantes a França, posição aliás apoiada pela CCI.

O que nos traz a uma questão de carácter mais geral: a IVª Internacional luta pela independência de classe e, portanto, pela ruptura com o imperialismo.

Há uma reflexão a fazer em várias vertentes, que eu gostaria de evocar na passada. Os camaradas da América do Norte discutem, e muito bem, uma iniciativa para o novo tratado Canadá-Estados-Unidos-México. É muito importante, tanto mais que, como realçam os camaradas do México, ele traz à colação o problema da posição de Obrador, ao tomar posse no dia 1 de dezembro.

Li no texto dos camaradas marroquinos, uma referência ao facto de se estar a dar um retorno ao plano Baker de desmantelamento das nações do Magrebe, o que não é apenas um problema marroquino, tunisino ou argelino, mas um problema global. Que iniciativa podemos nós propor?

Na Europa, estamos confrontados com as eleições europeias. Há uma iniciativa conjunta, para 11 de maio de 2019, de uma concentração europeia com a palavra de ordem “*Esta Europa não é a nossa Europa*”, que temos que discutir enquanto tal.

Trump avança com uma nova iniciativa para o Médio Oriente, baptizada “acordo do século”! O que está em causa é nada menos do que a criação de dois campos de concentração baptizados “solução para a questão palestina”. De que forma tomamos posição nesta matéria? Não devia esta conferência do CORQI adoptar uma declaração sobre a Palestina?

Mais geralmente, está em cima da mesa a questão da luta contra a guerra. Nós, na Conferência Mundial de Mumbai (novembro de 2016), dissemos “contra a guerra, a exploração e o trabalho precário”. Que seguimento dar? Como havemos de conferir ao Comité Operário Internacional todo o lugar que merece? Convém que debatamos que propostas havemos de apresentar aos militantes de todas as tendências associadas ao COI.

Além disto, há uma questão específica acerca da qual temos que continuar a discussão com os nossos camaradas no COI, que é a dos acontecimentos que neste momento se desenrolam na China, com um desenvolvimento genuíno de um movimento operário, de uma junção com um sector da juventude que reivindica o marxismo.

Outra questão em que vamos ter que investir nestes três dias, nas tarefas específicas da IVª Internacional, é a questão das mulheres trabalhadoras e a questão dos jovens.

Tradicionalmente, tomamos iniciativas no dia 8 de março em vários países. Haverá possibilidade de adoptar uma iniciativa comum no dia 8 de março? De acordo, pois são as mulheres face à União Europeia e, além disso, o 8 de março deste ano ocorrerá poucas semanas após o 100º aniversário do assassinato de Rosa Luxemburgo.

Embora o papel de Rosa Luxemburgo no movimento operário e na história não se reduza à luta pela emancipação das mulheres, seja bem mais vasto, ele não deixa de incluir a questão das mulheres. Devíamos reflectir se não se poderia combinar uma homenagem a Rosa Luxemburgo com a actualidade da luta das mulheres pela sua emancipação.

Quanto aos jovens, será possível decidir fazer uma acampamento internacional de jovens da IVª Internacional? Com tudo o que isso implica em termos de campanha financeira, de mobilização, mas um autêntico acampamento internacional? Na juventude, a questão do internacionalismo é um grande elemento de demarcação.

### E o centro revisionista?

Para concluir, duas questões. Primeiro, os camaradas terão reparado que este relatório só evocou pela rama o revisionismo da CCI. Porquê? Porque, na nossa construção, já superámos a etapa em que nos interrogávamos sobre as raízes da crise de 2015. As interrogações eram legítimas. Enfrentámo-las. Respondemos-lhes na Conferência de Turim. Continuámos a discussão na última conferência do CORQI, e parece-me que não sentimos necessidade de nos demarcarmos permanentemente daqueles ex-camaradas. Temos as nossas responsabilidades na luta de classes, temos perguntas a que responder perante os trabalhadores. Essa é a nossa responsabilidade maior.

Não é, porém, que possamos ignorar a actividade deles. Porque não? Porque eles levam a cabo essa actividade em nome do trotskismo. E, em muitos casos, essa actividade realizada em nome do trotskismo é prejudicial à IVª Internacional. Podiam-se dar muitos exemplos, mas vou evocar apenas alguns; na discussão poderemos voltar ao assunto.

Há o que tem estado a acontecer no Estado espanhol, onde os dirigentes do POSI viraram costas à proclamação da República Catalã. Pior, condenaram-na e, no período mais recente, deram apoio crítico ao acordo orçamental entre o Partido Socialista e o Podemos. Acordo este que se enquadra completamente no âmbito da União Europeia. Isto, enquanto o governo Sanchez mantém os dirigentes independentistas catalães na prisão. Chegando, com um cinismo excepcional, a, não tendo a maioria nas Cortes (o parlamento da monarquia), enviar recentemente emissários às prisões para pedir aos independentistas catalães o obséquio de mandarem os seus deputados votarem a favor do governo nas Cortes, para ele ter maioria! Confesso que nunca tinha visto uma situação assim, de irem pedir o voto a quem deixam ficar na >>>

## ● RELATÓRIO INTRODUTÓRIO

>>> cadeia, a fim de permitir ao governo governar... para mantê-los na prisão. E tudo isto tem a cobertura do centro revisionista.

Segundo elemento: nos Estados Unidos, no âmbito das eleições intercalares (“mid-term”), houve um surto à esquerda, em volta e dentro do Partido Democrata: houve quem se apresentasse às eleições com rótulo “socialista”, sem deixar de se manter zelosamente agrilhado ao quadro do Partido Democrata, um dos dois partidos do capital, portanto. A CCI vê nisso, segundo se lê nas colunas das *Informations ouvrières* e de *La Vérité*, uma evolução positiva. Toda a luta que a IVª Internacional tem travado desde sempre para que os sindicatos americanos rompam com o Partido Democrata, para que parem de financiar os candidatos capitalistas com milhões de dólares, para que enveredem pela via de um Labor Party... é toda esta herança do movimento trotskista a ir para o lixo. Os camaradas dos Estados Unidos não deixarão, com certeza, de nos explicar como todos esses candidatos “muito à esquerda” no âmbito do Partido Democrata se têm sempre subordinado à política imperialista, a começar pela guerra, nisso seguindo o exemplo do seu chefe de fila, Bernie Sanders.

O terceiro elemento a dar, no que diz respeito à França, é o da participação activa do centro revisionista na primeira linha da operação que provocou a queda do secretário geral da central sindical CGT-Force ouvrière. O mesmo secretário geral que eles tinham ajudar a eleger seis meses antes. Quando o braço de ferro contra o governo se inicia, constitui-se uma aliança entre a CCI e a ala direita do sindicato para correr com o secretário geral, paralisar a organização sindical, pô-la debaixo da tutela de uma espécie de comité de vigilância composto por duas fracções políticas: quatro membros da fracção ligada ao patronato da metalurgia, três membros da CCI. Toda a imprensa diz que a organização sindical ficou burocraticamente debaixo do controlo de uma aliança entre a ala direita e os “trotskistas”. Esta foi a razão que nos levou a fazer um artigo em *La Tribune des travailleurs* com o tema “Defesa do trotskismo e defesa do movimento operário. O que são e não são os trotskistas”. Nele explicámos que trotskismo não era aquilo; era, sim, o respeito pela independência sindical, era o sindicato não ser confiscado por uma fracção política.

### “Há que saber terminar uma greve”

Há consequências imediatas na luta de classes. Esta semana, são dois dirigentes conhecidos da CCI que, num caso, apelam a parar uma greve e, noutro, a não a começar.

No hospital de uma cidade francesa, Niort, estava a correr uma greve de quarenta e nove dias. O sindicato *Force ouvrière* do departamento é dirigido por um membro da direcção da CCI. Relata a imprensa que esse dirigente apareceu frente à assembleia geral dos grevistas para lhes dizer: a vossa greve já não vai conseguir mais nada. Há uma jornada de luta prevista para 19 de novembro, apelamos a que vocês parem a greve para participarem na jornada de luta de 19 de novembro. Tal declaração acabou em divisão com os outros sindicatos, que, pela parte deles, estavam na greve. Noutro sector, em que está em causa a destruição de 4.000 postos de

trabalho, alguns dos sindicatos decidem organizar uma greve. O sindicato dirigido pela CCI faz uma circular a dizer, e cito: “*Se os ferroviários, sozinhos, não conseguiram fazer recuar o governo, como hão-de os funcionários dos Centros de Emprego consegui-lo sozinhos?*”

Camaradas, isto, aos militantes franceses, traz uma lembrança. Em 1936, quando os estalinistas apoiavam o governo de Frente Popular de Blum (governo de aliança entre o Partido Socialista e o partido burguês radical, apoiado pelo partido estalinista) e tentavam parar a greve geral, o dirigente do Partido Comunista, Maurice Thorez, às ordens de Estaline, disse aos trabalhadores (muitos deles, todavia, militantes do PCF): “*Há que saber terminar uma greve*”. Esta frase ficou gravada no movimento operário francês como labéu do estalinismo. Ora, hoje, é gente que se reclama de trotskista a dirigir-se aos operários para lhes dizer: há que parar com as greves!

Neste ponto vos lerei o que Trotsky escreveu, sem poder imaginar que alguém iria fazer tal coisa em seu nome: “*Há hoje um perigo: que a energia revolucionária das massas, despendida nos solavancos sucessivos de explosões isoladas, acabe por dar lugar à apatia*.” Claro que há sempre um perigo. Trotsky acrescentava, porém, o seguinte: “*Só traidores conscientes ou cérebros obtusos podem acreditar ou fazer crer que se possa manter as massas na imobilidade até ser possível, de cima para baixo, chamá-las à acção*.” E acrescentava ainda: “*As greves, os protestos, as escaramuças na rua, as revoltas abertas, são absolutamente inevitáveis*.” Por outras palavras: a greve dos Centros de Emprego, como a greve do hospital de Niort, são absolutamente inevitáveis.

É o que nós tentamos fazer, ao publicarmos no nosso jornal tudo o que podemos sobre as greves em andamento, mesmo quando isoladas, porque as greves isoladas preparam o movimento de conjunto. Os cérebros obtusos ou os traidores conscientes — ou os dois tipos juntos —, reclamando-se, infelizmente, do trotskismo, dedicam-se actualmente a pará-las e paralisá-las. Isto merece — sem ocupar o centro da nossa atenção — ser evocado, pois é nosso dever defender a bandeira sem mácula da IVª Internacional. E defender esta bandeira sem mácula contra quem, dela se reclamando, promove políticas contrárias aos interesses dos trabalhadores.

Última observação, para concluir: em todas as nossas discussões, vai ser preciso pensar em como haveremos de traduzi-las em termos de organização. Não há dispositivo político possível, se não for traduzido em termos de organização. Nisto, pouco importa o tamanho que a nossa organização tenha.

### Ter um jornal é uma questão central

Por exemplo: ter um jornal é uma questão central. Pode ser um semanário, um mensário, pode ter dezasseis páginas ou ser uma folha frente e costas, pouco importa. Expressarmo-nos, em contrapartida, regularmente, obrigarmo-nos a articular uma posição sobre a situação política faz com que possamos falar com um trabalhador e dizer-lhe: “*Isto é o que o meu partido pensa, isto é o que ele propõe, que te parece?*”

## RELATÓRIO INTRODUTÓRIO ●

Tivemos uma discussão importante na secção francesa. De início, quando lançámos o jornal *La Tribune des travailleurs*, ficámos satisfeitos, a difusão fazia-se. Ao fim de algum tempo, reparámos que todas as semanas havia mais assinaturas do que na semana anterior. Ao princípio, começou por ser uma brincadeira entre nós. Quantos, na semana que vem? Algum tempo depois, deixou de ser uma brincadeira, porque era uma questão política. Já vamos no número 162 de *La Tribune des travailleurs* e (fora os períodos de férias de verão, que são especiais) só conhecemos uma diminuição do número de assinantes uma vez, no número 7. Temos tido, portanto, de maneira contínua, uma progressão ininterrupta, todas as semanas, desde há 150 números, ou três anos.

Ao fim de algum tempo, tivemos uma discussão na direcção nacional da TCI sobre se não haver diminuições era uma obrigação. Seria grave, uma diminuição? Não, claro que não, em si mesma, não seria grave. Discutimos seriamente se haveria uma razão para não poder haver diminuições. Haveria, na

nossa actividade, algum limite que acabasse por se erguer à nossa frente, obrigando-nos a ter menos assinantes do que na semana anterior? Examinámos os parâmetros. Temos recrutado mais militantes trotskistas e mais aderentes ao POID; quem compra o jornal aprecia o seu conteúdo, dizem-no-lo em dezenas de cartas à redacção. A classe operária bate-se apesar das dificuldades, multiplica as greves e, de cada vez que nos apresentamos a uma greve com o jornal, somos muitíssimo bem acolhidos pelos grevistas, que dão entrevistas ao jornal. Há alguma razão para termos diminuições? Acabada a discussão, adoptámos uma resolução que dizia assim: parece-nos que não há nenhuma razão para as assinaturas a *La Tribune des travailleurs* diminuírem, uma vez que seja. Cada semana é um desafio. Não é fácil, mas é uma posição política em matéria de organização, que deriva de uma avaliação da situação e do lugar que nela ocupamos. Parece-me que é correcta. E temos que pôr os problemas nestes termos, em graus diferentes. ●

(Sub-títulos da redacção d'A Internacional)

## ● DISCUSSÃO - DOCUMENTOS

# A discussão do Comité Internacional

Sob a responsabilidade da equipa de redacção d’*A Internacional*, pomos à consideração dos nossos leitores alguns aspectos da discussão e elaboração do Comité Internacional.

## Mais do que nunca, “a crise da humanidade reduz-se à crise da direcção revolucionária”

Na discussão geral que se abriu, baseada no relatório, numerosos camaradas do Comité Internacional ilustraram, partindo de situações continentais ou nacionais, a actualidade daquilo que está no cerne do Programa da IVª Internacional: o fracasso do sistema capitalista, baseado na propriedade privada dos meios de produção (cem anos depois de Lenine ter caracterizado o seu estágio supremo, o imperialismo), e a tremenda decomposição e destruição de forças produtivas dele decorrente põe, mais do que nunca, em relevo a alternativa socialismo ou barbárie. Alternativa ilustrada pelos militantes vindos de países em guerra, conforme referiram camaradas de vários países de África e igualmente do **Paquistão** e do **Afeganistão**, dando conta das “dezenas de milhares de mortos, milhões de deslocados e refugiados”, fruto das intervenções imperialistas e das guerras que delas resultam, desfazendo nações.

No mundo inteiro, nas mais difíceis condições, a classe operária e as massas oprimidas procuram o caminho da luta, procuram desenvolver a sua própria luta de classe. Recordou-o o camarada da **Roménia**, dando o exemplo da manifestação de 7.000 operários do sector mineiro, que, em 2017, se ergueram contra a política de liquidação do sector da energia exigida pela Comissão Europeia e pelo FMI. Na manifestação, um grupo de operários brandia um cartaz que dizia: “*Porque vivemos? Para lutar! Porque lutamos? Para viver!*” Muitos foram os camaradas que evocaram as condições recentes da luta de classes nos seus países. Assim, conforme explicou um camarada dos **Estados Unidos**, “*há alguns meses, quando o Supremo Tribunal proferiu uma sentença desfavorável às organizações sindicais (a sentença dita Janus vs AFSCME), toda a gente, a começar por Trump, proclamou que o movimento operário estava morto e enterrado. Algumas semanas mais tarde deu-se a vaga de greves dos professores, dezenas de milhares dos quais resolveram pôr mãos à obra com os seus sindicatos, Estado após Estado. A vaga de greves prossegue neste mesmo momento*”. Idêntico balanço — em condições muito diferentes — fez o camarada da **Rússia**, baseando-se na poderosa mobilização operária que se iniciou logo que foi anunciada pelo governo Putin, no mês de junho, uma contra-

reforma do regime de aposentações, que muda a idade de aposentação de 55 para 60 anos para as mulheres e de 60 para 65 para os homens. Referindo-se à aplicação de uma “recomendação” do Fundo Monetário Internacional ao governo russo, o camarada observava: “*Esta ofensiva internacional dos capitalistas e das suas instituições também tem como consequência unificar a classe operária e as suas reivindicações à escala internacional*”.

Foi ensejo para que se discutisse o que hoje permite esta ofensiva mundial da classe capitalista contra a classe operária. É, indiscutivelmente, a subordinação ao regime capitalista dos aparelhos que dirigem o movimento operário, assim como a política de acompanhamento e, não raro, de adopção directa dos planos imperialistas por esses aparelhos. Um camarada de **Portugal**, referindo-se à aplicação dos planos de austeridade pelo governo do Partido Socialista apoiado pelos dirigentes do Partido Comunista Português (PCP) e do Bloco de Esquerda (BE), citava, a ilustrá-lo, as declarações do antigo presidente da República portuguesa, Cavaco Silva, em entrevista à rádio TSF (26 de outubro): “*Nunca pensei que o Bloco de Esquerda e o PCP se curvassem tão facilmente a estas realidades*”, pretensas “realidades” essas que consistiam em os aparelhos do PCP e do Bloco de Esquerda aceitarem o quadro definido pelo imperialismo e recusarem-se a romper com as contra-reformas com que se tenta esmagar a classe operária portuguesa, suas conquistas e organizações, em nome das exigências da Comissão Europeia e do FMI. O que traz uma vez mais à colação a afirmação essencial do Programa da IVª Internacional: “*A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direcção revolucionária do proletariado*.”

## Uma ilustração particular: o Brasil

Seguindo o convite do relatório, vários membros do Comité Internacional entraram na discussão dos acontecimentos recentes no Brasil, que ilustram de forma particular esta realidade internacional. É a eleição de Bolsonaro uma viragem da situação no Brasil? É como caracterizá-la, querendo definir as tarefas da vanguarda?

Um camarada da **Brasil** realçou especialmente que a imensa força organizada da classe operária brasileira fora deliberadamente refeeda nos últimos meses. Referia-se, especialmente, aos “*48 milhões de grevistas do dia 28 de abril de 2017, convocados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), contra a política anti-operária do governo golpista de Temer. Tal poderio assustou os dirigentes do PT*”. Referiu-se igualmente aos 30.000 trabalhadores e militantes concentrados, no início de abril de 2018, na sede do sindicato dos metalúrgicos do ABC, a cintura industrial de São Paulo, vindos para defender Lula contra a sua prisão... e à maneira como a direcção do PT tudo fez para os desmobilizar, na continuidade da política de subordinação ao imperialismo materializada em treze anos de governos, primeiro de Lula, depois de Dilma. Ora,

como realçou um camarada de França, o “Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil não nasceu de uma desagregação, foi produto directo do movimento da classe operária brasileira em 1979-1980. O seu colapso político é, por conseguinte, um acontecimento de alcance mundial”.

Esta situação especial deu azo a que o Comité Internacional modificasse a ordem do dia, consagrando um ponto específico à caracterização do momento da situação.

A resolução adoptada por unanimidade em conclusão deste ponto da ordem do dia reza nomeadamente:

“O marxismo parte da realidade, de toda a realidade. Nada é mais estranho ao marxismo do que ignorar as viragens que se vão dando numa dada situação, ou afastar da análise factos que possam infirmá-la, ou sequer dar definições acabadas de processos inacabados. O marxismo exige que se tomem em consideração todos os factos, contraditórios entre si, as tendências progressistas e as tendências reaccionárias, a sua interacção dinâmica, na mira de deles tirar todas as diferentes variantes dos desenvolvimentos futuros e retirar alavancas para a acção e a organização.

O imperialismo estar empenhado numa política de destruição das organizações operárias é um facto. É um facto que a eleição de Bolsonaro se inscreve na continuidade dessa ofensiva, iniciada pelo golpe de Estado de Temer, que representa uma derrota sem combate da classe operária tornada possível pela política pró-imperialista de capitulação da direcção do PT e das suas diferentes componentes durante os treze anos de governos Lula e Dilma. Dos mesmos que, a seguir, foram incapazes de enfrentar a política golpista de Temer e de lutar até ao fim pela candidatura de Lula e que agora se submetem a Bolsonaro.”

### Depois da “derrota sem combate” da classe operária, que fazer?

Uma vez caracterizado o facto de a eleição de Bolsonaro ter sido permitida pela “derrota sem combate” da classe operária brasileira, sobre cujas direcções pesa toda a responsabilidade, o Comité Internacional convidou os camaradas brasileiros a prosseguirem a elaboração sobre as tarefas da vanguarda nesta nova situação.

Acertemos o método empregado na discussão do Comité Internacional, conforme salientado pelo camarada relator na sua resposta: “Pela força das coisas, a relação entre a Internacional e as suas secções não é a mesma que a que pode existir dentro de uma organização nacional. Há um aspecto mais federalista, federativo. Por esse motivo, formulámos, na discussão sobre o Brasil, o que se afigurava necessário, sem, porém, substituir-se à reflexão e às decisões soberanas da secção brasileira.”

Em tal espírito prosseguia a resolução adoptada:

“É uma derrota sem combate. Até onde poderá Bolsonaro ir na sua vontade de instaurar um regime militarizado ou autoritário, porventura fascizante ou semi-fascista? Até onde chegará a desarticulação das organizações ou a sua preservação? Até que ponto e durante quanto tempo ficarão as massas debaixo de choque, a recuar, ou, pelo contrário, tomarão elas balanço para a contra-ofensiva? É impossível responder definitivamente a estas perguntas hoje.

É impossível deduzir uma orientação revolucionária sem responder a estas perguntas e é impossível deduzir uma resposta a estas perguntas sem ser em diálogo constante com

as massas e sem recensear minuciosamente os factos na sua evolução.

Deste modo, o Comité Internacional propõe aos camaradas da secção brasileira que, nas próximas semanas, considerem sua tarefa prioritária elaborar e transmitir pelo menos duas vezes por semana um relatório em três partes:

- recenseamento dos factos políticos, sociais, económicos e institucionais;
- as reflexões dos trabalhadores, as suas reacções, as discussões entre as massas, o diálogo com os trabalhadores, procurando descer ao nível mais baixo possível;
- uma síntese destes factos, diálogos e informações feita pelos camaradas brasileiros.

Esta será a base para, em constante diálogo entre a Internacional e a secção brasileira, partindo dos factos e do estado de espírito das massas, se poder apurar gradualmente a análise e deduzir as tarefas.

A situação no Brasil, com a eleição de Bolsonaro, prende-se directamente com a ofensiva de Trump e do FMI para impor a sua política aos trabalhadores e povos da América do Sul, passando pelas ameaças de guerra contra a Venezuela. Isto exige um esforço do secretariado do CORQI para, em ligação com as secções nacionais, elaborar e levar a efeito uma política anti-imperialista comum para a região.”

### “Libertação de Lula”: uma questão de princípio

A discussão sobre a situação no Brasil deu ensejo a que outra questão surgisse, que, dizendo também respeito ao Brasil, evoca questões do domínio dos princípios da IVª Internacional fundada por Leão Trotsky há oitenta anos.

Enquanto muitas organizações filiadas no CORQI integraram, em todas as suas formas, iniciativas de frente única pela libertação incondicional de Lula (o dirigente do PT e candidato à eleição presidencial por este designado, metido na prisão em abril de 2018 depois de ser condenado sem provas), um camarada do Peru deu conta das suas dúvidas a respeito da palavra de ordem “Libertação de Lula”.

Na resposta, o camarada relator fez questão de explicar: “Vou deitar mão de uma expressão a que muito raramente recorro: parece-me que se está aqui a mexer numa questão de princípio. Passo a explicar:

Admitamos, até, que tudo aquilo de que Lula é acusado é verdade. Terá sido por isso que o imperialismo americano, por intermédio das suas correias de transmissão brasileiras, fez campanha contra Lula para conseguir condená-lo? Seria preciso ser ingénuo para acreditar nisso. Se fosse por uma preocupação moral, terá que se observar que exactamente os mesmos que se põem à frente da carga sobre Lula têm sido condenados por corrupção. Custa, assim, a crer que tenha sido uma preocupação moral da parte deles.

Acho que todos concordamos em que, no ponto de vista do imperialismo, o objectivo tinha que ver com um problema concreto: era preciso partir os rins ao PT, e uma boa maneira de o conseguir era conseguir condenar Lula. Tratava-se, pois, de uma ofensiva contra o PT como partido, como organização constituída pela classe operária enquanto tal

Em tais circunstâncias, a IVª Internacional tem uma posição de princípio intangível, que vos gostaria de recordar: em 1937, 1938, 1939 e 1940, deu-se na IVª Internacional, nomeadamente na sua secção americana, o Socialist Workers Party (SWP), mas não só nele, uma discussão política asperíssima, >>>

## ● DISCUSSÃO - DOCUMENTOS

>>> *que acabou numa cisão que levou atrás dela metade da secção americana. A discussão focava a seguinte questão: somos ou não somos, incondicionalmente, pela defesa da URSS contra o imperialismo?*

*A minoria do SWP avançava com o argumento seguinte: tendo em consideração os crimes abomináveis de Estaline, não se pode separar a questão da defesa da URSS da defesa da política de Estaline e, portanto, não se pode defender a URSS de Estaline.*

*A isto respondia, em substância, Trotsky, cujo filho acabava de ser assassinado por Estaline e cujos companheiros de luta tinham sido todos assassinados por Estaline: se bem que tenha degenerado burocraticamente, a URSS é uma conquista da revolução de outubro. Estaline é o covarde da URSS, não há a mínima dúvida. Porém, quando o imperialismo ataca a URSS, está atacando a propriedade estatal, as conquistas de outubro. Por isso, somos incondicionalmente a favor da defesa da URSS contra Hitler ou o imperialismo americano, sabendo que, ao dizê-lo, nos estamos a pôr no campo do pior dos assassinos, Estaline. Mas isso não quer dizer que estamos apoiando Estaline. Os operários têm que dizer: sim, é preciso liquidar Estaline e o estalinismo, mas é a nós que cabe fazê-lo, não depositamos a mínima confiança em que a burguesia o faça.”*

### “Que não é capaz de defender conquistas antigas, nunca conseguirá fazer novas”

Continuou o relator: *“Creio que era a única posição de princípio aceitável. Trotsky escreveu na altura: “Quem não é capaz de defender conquistas antigas, nunca conseguirá fazer novas.” Quem não fosse capaz de defender a URSS, mesmo dirigida por Estaline, estava a desistir de uma vez por todas de fazer conquistas pela revolução.*

*Não apenas defendeu Trotsky esta posição até ser assassinado em 20 de agosto de 1940, como, quando, em 22 de junho de 1941, as tropas da Alemanha nazi invadiram a URSS, os últimos sobreviventes trotskistas soviéticos que ainda não tinham sido liquidados à metralhadora nos campos dirigiram-se à direcção dos campos, reivindicando a honra de serem libertados provisoriamente para lutar na primeira linha contra o invasor nazi e defender as conquistas de outubro, defendendo a URSS. Reivindicaram, inclusive, o direito de combater, na prática, sob a direcção do comando de Estaline, sem deixarem de lutar para ajudar a classe operária a derrubar Estaline e a burocracia. Alguns deles foram libertados, mandados para a primeira linha da frente, onde caíram pelas balas nazis.*

*Ora, se era correcto defender a URSS apesar de Estaline e contra Estaline e dizer que o destino de Estaline tinha que ser resolvido pelos operários, correcto é dizer que defendemos o PT do Brasil contra o imperialismo, e que o destino da direcção traidora de Lula e consortes e da sua política de subordinação ao imperialismo, e de todos os fenómenos de corrupção que gangrenam o movimento operário (e não só no Brasil!)..., tudo isso tem que ser resolvido pelos operários brasileiros. Recusamos, pois, a prisão de Lula, exigimos a sua libertação, porque lutamos pelo direito do PT, dos operários que pagam quotas ao partido, a serem eles a escolherem os seus dirigentes e os seus candidatos. Não compete a Trump e aos seus lacaios escolher quem há-de representar os trabalhadores do Brasil e de qualquer parte. É uma questão de princípio.”*

Acrescentou o camarada: *“Não é um problema*

*brasileiro. Debatemo-nos com ele em todos os países. Em França, há três anos e meio, o secretário geral da CGT foi posto em causa por ter um estilo de vida anormal para um secretário geral de sindicato. E tinha! Mas nós dissemos: cuidado, é uma armadilha! Aqueles que vos estão a alertar para isto, não é o estilo de vida do secretário geral que os perturba, é a CGT como sindicato de classe. Recusamo-nos a pronunciar-nos sobre o assunto e apelamos aos trabalhadores para que cerrem fileiras, não em volta do secretário geral, mas do sindicato. E hoje é a mesma questão que se põe à confederação FO. Uma aliança sem princípios entre um sector do sindicato da metalurgia e a CCI conseguiu correr com o secretário geral da FO por ele manter um ficheiro dos dirigentes. Não é bonito manter um ficheiro. Porém, quem se atreverá a dizer que ele era o único a manter ficheiros? Devem estar a brincar! Na realidade, o que era preciso, era correr com um secretário geral que se tinha visto na contingência de declarar: vamos lutar para defender os regimes de aposentação contra o governo Macron. Nós dissemos: não alinhamos nesta operação de destabilização da organização sindical; se tal dirigente é um dirigente sem escrúpulos, é aos sindicalizados, aos trabalhadores que compete ajustar contas com ele, não a Macron nem ao patronato.”*

### Avaliação de um prognóstico

A discussão tratou das questões suscitadas no artigo *“Primeiras reflexões sobre a actualidade da IVª Internacional, oitenta anos após a sua fundação”*, publicado no nº 11 d’A Internacional, artigo que fora submetido à discussão preparatória do Comité Internacional. Se as razões que levaram à reproclamação da IVª Internacional em 1993 eram e continuam a ser perfeitamente correctas (falência do regime capitalista, necessidade vital da revolução proletária, de superar, portanto, a crise de direcção revolucionária, construindo a IVª Internacional e as suas secções), os membros do Comité Internacional debruçaram-se sobre as condições em que se terá ou não concretizado o prognóstico na altura formulado sobre as formas que revestiria a recomposição no movimento operário. A um camarada da **Bélgica** que exprimia as suas dúvidas sobre este *“erro de prognóstico”* — enquanto um camarada da Alemanha, inversamente, recordava de que forma o dirigente marxista alemão Franz Mehring reavaliava, em 1918, os prognósticos que Marx e Engels haviam contemplado setenta anos antes sobre os prazos da revolução proletária — o camarada relator explicou: *“Enganámo-nos? Parece-me que é uma formulação exagerada. O problema não está em nos termos ou não enganado. O camarada alemão focou, com muita razão, o que Mehring escreveu em 1918. É uma discussão tão velha como o movimento operário. Poder-se-á dizer que a regra é que todos os prognósticos históricos tiveram, a seguir, que defrontar a vida, e quantas vezes as coisas não sucederam como se previra. Engels escreve no Anti-Dühring o seguinte: “Não são a natureza nem a humanidade que se regem pelos princípios, são os princípios que só são verdadeiros se se coadunarem com a natureza e a história.” Faz-se, portanto, um prognóstico e, depois, as coisas sucedem de outra maneira. Não quer dizer que nos tenhamos enganado. Quer dizer é que a forma que os acontecimentos*



revestiram não foi a que se podia imaginar. Não implica que, no fundo, nos tenham enganado. No fundo, disséramos que o movimento operário se estava decompondo a alta velocidade e que, apesar disso, se dariam processos de recomposição com um novo eixo. E mantemo-lo. Só que a forma que os acontecimentos revestiram não é exactamente a que tínhamos imaginado. [...] Debatermos isto na secção francesa. Tínhamos imaginado que, além disso, no processo, segmentos inteiros do PC e do PS iriam porventura nesse sentido. Não foi o que aconteceu. Mas, no fundo, isso não muda nada. Muda quanto à forma e tem consequências na forma da transição, mas não quanto ao fundo, ao processo pelo qual nos temos que nortear. A saber, que novas camadas de trabalhadores e militantes que são o reflexo da recomposição do movimento operário com um novo eixo se decantam na acção, nos próprios processos da luta de classes.”

### Uma nova geração: ajudá-la a ganhar confiança em si própria

Que forma revestiram, então, os tais processos de recomposição? Um camarada de França evocou a discussão que se travou na direcção da Tendência Comunista Internacionalista logo a seguir ao êxito da conferência de delegados de 20 de outubro, que juntou 223 trabalhadores, jovens e militantes delegados pelos “comitês unitários” constituídos em mais de cento e cinquenta empresas. Estamos, explicou o camarada, perante “uma nova geração que surge na luta de classes, nas greves, nas assembleias gerais com os sindicatos, nos comitês de defesa e nos piquetes de greve”. Uma geração “de 30-40 anos, ou até menos”, referiu, “que não arca com o peso de décadas de traição do aparelho estalinista. Temos que ajudar esta geração a ganhar confiança em si própria”, recrutando nela os melhores lutadores para o partido mundial da revolução. Será um fenómeno “francês”? Não, explica o camarada, estabelecendo a relação com os processos em andamento nas dezenas de milhares de greves operárias que se desenvolvem na China. Greves em que os trabalhadores chineses afirmam cada vez mais nitidamente que “os operários têm que poder decidir livremente”, estabelecendo a junção com jovens estudantes que se reivindicam confusamente do marxismo, a ponto de deixar preocupada a imprensa imperialista favorável à restauração do capitalismo.

De modo mais geral, realçaria a resposta do relator, com formas diferentes em todos os países, “esta nova geração de lutadores que se destaca na luta de classes, que procura o caminho da revolução, que não se assusta nada em discutir da actualidade do marxismo e da revolução proletária, bem pelo contrário, que se põe na primeira linha das greves e manifestações, que não se assusta nem com a bandeira vermelha nem com a Internacional, que está convencida de que o capitalismo está arrastando a humanidade para a ruína e a barbárie, porque o vive no seu quotidiano, ainda que nunca tenha lido nada de teórico, é ela ou não é o processo de recomposição do movimento operário com um novo eixo?”

A um camarada do Chile, preocupado se não estaríamos a privilegiar os processos “nas cúpulas” em detrimento dos processos “nas bases”, responderia o relator: “Evitemos opor processos nas cúpulas e processos nas bases. Haverá sempre ambos.”

### Construir, com que estratégia? E que partido?

Porém, para se poderem voltar para estas novas gerações de lutadores na luta de classes, as organizações e militantes empenhados na luta pela reconstituição da IVª Internacional terão que definir qual a estratégia, no respectivo país, de construção do partido revolucionário.

O problema que em toda a parte se põe é o de como reagrupar por um verdadeiro partido classista. Um camarada da Tunísia não quis, por isso, deixar de acrescentar, depois de recordar o papel da organização de toda a classe operária desempenhado pelo União Geral Tunisina do Trabalho: “Sete anos volvidos sobre a queda de Ben Ali, faz-se sentir mais fortemente do que nunca a necessidade de um partido operário.” Um “autêntico partido dos trabalhadores” é também o eixo da luta da secção da IVª Internacional na Azânia / África do Sul, um partido, portanto, nas condições daquele país, da classe operária negra, que se ponha na vanguarda da luta pela terra para a maioria negra, pelo poder da maioria negra. Partido que, rompendo com as tradições estalinistas, também “respeite a existência interna de diferentes correntes e tendências que se situem no terreno do movimento operário”, especifica o camarada. Como se há-de traduzir esta perspectiva, numa situação em que dezenas de milhares e militantes se agrupam, alguns no partido *Economic Freedom Fighters* de Julius Malema, outros no partido impulsionado pelo sindicato dos metalúrgicos, o NUMSA, sindicato que rompeu com o governo tripartido ANC-Partido Comunista-COSATU após o massacre de Marikana? Daí, pois, a necessidade de a secção azaniana da IVª Internacional prosseguir a discussão sobre os eixos da construção do partido revolucionário na Azânia.

No Paquistão, explicou a nossa camarada, na véspera das últimas eleições, a secção reuniu-se várias vezes com um só ponto na ordem do dia: “Que partido representa, nestas eleições, a defesa dos interesses dos trabalhadores e dos camponeses? Estudámos pormenorizadamente o que dizia cada um dos candidatos e chegámos à conclusão de que nenhum dos partidos em liça defendia sinceramente os interesses dos trabalhadores. Como avançar, então, para um partido que os defenda? Esta discussão levou-nos a colocar na ordem do dia a publicação de um órgão de imprensa, que se irá basear num conselho de redacção nacional.”

Nos Estados Unidos, explicou um camarada, a organização trotskista — armada com a perspectiva do Labor Party, partido operário baseado nos sindicatos, rompendo com a subordinação ao Partido Democrata, perspectiva elaborada nos anos trinta por Leão Trotsky e pelos dirigentes do SWP — sentiu a necessidade de uma iniciativa de agrupamento, nomeadamente com os 50.000 militantes que acabavam de romper com Bernie Sanders depois de este se ter, logicamente, passado para o lado de Hillary Clinton, recusando-se a responder ao apelo para uma ruptura cerce com o Partido Democrata. Foi a partir dessa elaboração comum, explicou o camarada, que se lançou a iniciativa Labor Community Campaign for an Independent Party, que entretanto recolheu o apoio de mais de quinhentos militantes e uma dúzia de organizações, com vontade de apresentar candidatos independentes já em 2019. Isto põe à organização trotskista responsabilidades imensas, especialmente quanto ao esclarecimento do que são movimentos como *La France* >>>

## ● DISCUSSÃO - DOCUMENTOS

>>> *insoumise*, em França, o Syriza, na Grécia, em quem este ou aquele militante que rompeu com Sanders pode depositar ilusões. O que, por sua vez, suscita o problema do reforço numérico e político da organização trotskista a ir construindo ao construir a LCCIP.

Na **Alemanha**, explicou o nosso camarada, o ser o principal partido do proletariado alemão — o Partido Social-Democrata (SPD), parte do governo de “bloco central” com a burguesia — objecto de tal grau de rejeição, é, se não uma derrota do proletariado alemão, pelo menos, um abalo. É pouco provável que o bloco central se possa aguentar muito mais tempo na forma actual. Ora, Merkel tem desempenhado um papel decisivo na estabilidade da ordem imperialista no continente europeu e à escala mundial. Porventura a sua provável substituição por Friedrich Merz, um milionário directamente subordinado ao imperialismo americano, represente para este último uma garantia melhor; mas irá destabilizar as relações políticas na Europa. E corre, na própria Alemanha, por sua vez, o risco de tornar mais difícil a política de alianças da direcção do SPD com a burguesia. Em tais condições, como poderão os militantes trotskistas que participam na animação do jornal operário *Freie Plattform für Arbeiterpolitik* estabelecer laços, no SPD, com os militantes que querem romper com o bloco central, por uma política operária e um governo operário?

### “É correr com eles todos!”, populismo, particularismos — ou partido de classe

Em todas as latitudes, os trabalhadores deparam-se com tentativas de instauração, coroadas de maior ou menor êxito, de regimes bonapartistas que pretendem situar-se “acima das classes” — tendência constante, juntamente com o seu corolário, a tendência para instaurar regimes corporativistas (portanto regimes que pretendem integrar as organizações operárias, nomeadamente as sindicais, no Estado burguês), no período de decadência imperialista. É o caso na **Turquia**, explicou um camarada, onde o regime de Erdogan se ampara na repressão “e na destruição de todos os partidos, incluindo o dele”. Mas seria errado pensar que partidos e sindicatos só são postos em xeque pela classe adversa.

Os trabalhadores deparam-se, no mundo inteiro, de formas, embora, muito variadas, com o desenvolvimento de movimentos “populistas”, que pretendem, também eles, transcender as classes. Só que o surto do “populismo”, por exemplo na forma do actual governo italiano, não aparece do nada, conforme um camarada de **Itália** recorda: “O que abriu passo ao governo actual? O afundamento do Partido Democrata, último avatar da crise do Partido Comunista Italiano, que aplicou todos os planos dos capitalistas e da União Europeia. E, igualmente, o afundamento da Refundação Comunista, que tinha a pretensão de ser a alternativa àquele e, entretanto, desapareceu.”

Isto, sem contar a vaga do “é correr com eles todos!”, a qual se não confunda, conforme observou

um camarada da América Latina, com o grito das massas argentinas, “*Que se vayan todos!*” (“*Fora com todos!*”, palavra de ordem do *argentino* do ano 2000), tal como o *dégagisme* do “é correr com eles todos!” não se reporta ao “*Dégage!*” (“*Fora!*”) da revolução tunisina, dirigido ao aparelho de Estado policial do regime Ben Ali. Na raiz deste “é correr com eles todos!” está, conforme explicou um camarada de França, a “*negação do direito da classe operária a existir como classe através das suas organizações tradicionais, partidos e sindicatos*”. Este “é correr com o movimento operário!” foi, alguns dias mais tarde, em **França**, definido na perfeição do alto da tribuna de uma reunião do centro revisionista em Paris por um deputado do movimento *La France insoumise* a quem fora confiada a tarefa de concluir politicamente o comício; declarou: “*O movimento operário tradicional, que estruturou a luta política durante anos a fio, que foi, por vezes, o vector de conquistas sociais, encontra-se hoje, em virtude da sua adaptação, da sua capitulação, da sua traição, numa situação de crise tal, que uma série de formulações políticas [...] utilizadas durante anos deixaram de funcionar*.” Não terão sido, portanto, as direcções do movimento operário a falhar e a capitular, mas “o movimento operário tradicional”, com os seus partidos e sindicatos — , havendo, por conseguinte, que destruí-los. Esta política de destruição do movimento operário tem a sua raiz na ofensiva desenfreada do imperialismo para destruir as organizações operárias.

Tinha, assim, perfeita razão o camarada do **Haiti** que, na sua intervenção, realçou a importância das mobilizações de massas que têm ocorrido no seu país contra a dilapidação dos fundos do programa PétroCaribe pelos sucessivos governos a soldo do imperialismo americano... sem deixar de alertar: “*Demos todo o nosso apoio a este movimento, sem deixar de nutrir grandes preocupações, visto que a sua direcção e verdadeiro objectivo não são suficientemente claros. Ninguém sabe realmente quem puxa os cordelinhos desta mobilização: podem muito bem ser os inimigos do povo. [...] Tudo isto para dizer que cada vez mais se faz sentir a ausência de partido revolucionário, de organização de classe e de aparelho de luta ao serviço das massas laboriosas*.”

Do mesmo modo, o camarada da **Bielorrússia** manifestou “o seu acordo com o que se disse no relatório acerca da necessidade de unidade da classe operária e de esta se ter que opor a todas as formas de discriminação, sejam elas de raiz religiosa, sexual, etc. É justo não particularizar a sociedade em “comunidades” justapostas umas às outras. Esta “moda” tem contaminado uma parte da juventude do meu país com compromisso à esquerda, empurrando-a para os braços da “oposição liberal”.”

### Frente única ou frente popular

A necessidade de política independente da classe operária confronta-se, em toda a parte, com aquilo a que nós chamamos política de “frente popular”.

O que é a frente popular? É a política de alianças, lançada pelos estalinistas em 1935, entre partidos operários e partidos burgueses no âmbito e no respeito das instituições capitalistas. As frentes populares, conforme nos ensina o Programa da IVª Internacional, são, com o fascismo, “os últimos recursos políticos do imperialismo na sua luta contra a revolução proletária”.

A esta política de subordinação à burguesia (uma de cujas primeiras grandes manifestações foi a subordinação dos dirigentes mencheviques e SR do soviete aos sucessivos governos provisórios, depois de fevereiro de 1917, seguida da sua participação directa nesses governos), os revolucionários opõem a estratégia da frente única operária, que consiste em ajudar as massas a mobilizarem-se, impondo a unidade das suas organizações para defrontar a burguesia, o seu governo e o seu Estado “classe contra classe”, formulando, no fundo, a pergunta: “*Que classe há-de dirigir a sociedade?*”

Abandonará agora a burguesia as “frentes populares” por, por um lado, os partidos operários tradicionais se estarem a desfazer — por acção das suas próprias direcções — e os partidos burgueses estarem, por outro, em crise? Longe disso, assim o demonstrou o debate.

Na **Coreia**, explicou um camarada, há que caracterizar exactamente a política do governo do Partido Democrata do presidente Moon Jae-in, que sucedeu à “revolução das velas” (movimento popular de massas do inverno de 2016-17 que correu com a presidente Park Geun-hye, filha do antigo ditador). “Este governo”, explicou o camarada, “integrou na sua composição dirigentes de primeira linha do movimento sindical. Por outro lado, o Partido Democrata no poder envia emissários infiltrarem-se no movimento sindical”. E serve-se da campanha dos grupos ultra-reaccionários para apelar ao movimento operário para o apoiar. Porém, a política do presidente Moon “é desfavorável aos trabalhadores: paradoxalmente, as condições de vida dos trabalhadores pioraram com o governo actual em comparação com o governo corrupto e incapaz derrubado no final de 2016”.

Em **França**, explicou uma camarada, vereadora do POID numa grande cidade da cintura operária de Paris: “A vereação, dirigida pelo Partido Comunista Francês, aplica uma política de frente popular. A política de frente popular consiste, com efeito, à escala de uma câmara municipal gerida por partidos que se reclamam dos trabalhadores, em servir de correia de transmissão local da política do governo, privatizar, cercear serviços públicos... No entanto, sendo hoje a própria sobrevivência do Partido Comunista, em crise profunda, que está em jogo, o município acabou, num ponto concreto, por dar um passo na via da ruptura com a burguesia. Conforme no-lo recorda o Programa de Transição, “sob a influência de uma combinação absolutamente excepcional de circunstâncias, [...] os partidos pequeno-burgueses, incluindo os estalinistas, poderão ir mais longe do que eles próprios pretendem na via da ruptura com a burguesia”. No intuito de realojar em condições decentes trabalhadores imigrantes amontoados num imóvel insalubre, o presidente da câmara decidiu requisitar um prédio devoluto pertencente ao Estado. O Estado recorreu para os seus tribunais para anular a decisão do presidente da câmara, ameaçando mandar a policia desalojar os trabalhadores. O POID, pela sua parte, tomou de imediato posição em defesa da medida de requisição. Na manhã em que estava previsto que a policia viesse desalojar os trabalhadores, cento e cinquenta militantes e trabalhadores concentraram-se para defender a residência: trabalhadores da residência, militantes do Partido Comunista e militantes do POID. O que se constituiu foi, em condições muito específicas, um segmento de frente única.”

A camarada referiu que “na perspectiva das próximas eleições municipais, alguns responsáveis do Partido Comunista veriam com bons olhos a nossa presença na sua lista. Para nós, contudo, isso suportaria, como base, um programa de ruptura — que não é o da maioria actual. Sem isso, cair-se-ia numa política de frente popular, o que nos é impossível considerar”.

### Um instrumento indispensável: o jornal, organizador colectivo

Que instrumentos arranjar para elaborar, comunicar e agrupar em torno de uma política operária independente? O relatório apresentado à segunda conferência internacional do CORQI, em novembro de 2017 (reproduzido no nº 8 d’A Internacional) concluía-se do seguinte modo: “É, portanto, antes de mais nada, construir as nossas secções. [...] na actividade dos grupos, organizações, núcleos que constituem o CORQI, [...] há qualquer coisa que está a fazer caminho, que é a busca, por todas as formas possíveis, da expressão das nossas posições em publicações. [...] Pouco importa que, em alguns países, se tenha um semanário e noutros um jornal mensal, ou um simples boletim. O que importa é a regularidade da nossa expressão política. Não começamos a exprimir-nos determinando-nos pelo que os outros dizem, mas pelo que nós, pela nossa parte, temos a dizer sobre a situação dos trabalhadores, dos jovens, dos camponeses, pelas propostas que formulamos e pelas acções que propomos.”

Um ano mais tarde, uma parte importante da discussão do Comité Internacional foi consagrada a analisar já os passos em frente, já as dificuldades encontradas na publicação dos órgãos de expressão das organizações dos trotskistas (ou dos órgãos em que os militantes trotskistas participam).

A começar pela revista internacional do CORQI, *A Internacional*, que tem sido publicada trimestralmente desde a última conferência. No ano passado, *A Internacional* foi publicada em cinco línguas (alemão, espanhol, francês, inglês, português), sendo digno de nota ter, entretanto, passado a publicar-se em oito (com as edições em árabe, italiano e húngaro), acrescentando traduções parciais para outras línguas. No entanto, na discussão específica dedicada à nossa revista internacional, verificou-se que havia muitos progressos a fazer para tornar a revista no “organizador colectivo” — para retomar os termos de Lenine no *Que Fazer?* — do Comité Internacional. Urgia, mormente, cobrir mais temas, em artigos mais curtos, com um número alargado de redactores, conseguindo que pelo menos um artigo cubra a situação em cada continente. Assim, ao fio da discussão, um camarada proporia que cada número da nossa revista publicasse uma correspondência da Palestina. Outra proposta: fornecer aos leitores do mundo inteiro pelo menos um dos materiais publicados — infelizmente apenas em francês — na revista amiga *Les Cahiers du mouvement ouvrier* (tendo um camarada da **Rússia** lembrado que ela foi fundada conjuntamente, há vinte anos, pelo nosso camarada Jean-Jacques Marie e pelo historiador trotskista russo Vadim Rogovin). Proposta do camarada do **Zimbábue** de publicar, já a partir do nº 12, uma caracterização da política do novo governo face aos planos imperialistas, que visam comprometer a reforma agrária.

## ● DISCUSSÃO - DOCUMENTOS

>>>

Nos vários países, os camaradas referiram o estado das suas realizações em matéria de publicação de órgãos regulares para expor as posições independentes dos militantes do CORQI (ou das publicações em que os camaradas participam). Baseando-se na experiência da publicação semanal de *La Tribune des travailleurs* em **França**, um camarada venceu a importância da publicação regular de um órgão de imprensa: “*Que seja um semanário, um mensário ou outro, a publicação regular é fundamental: a cada semana, ou a cada mês, há um “fecho”, que nos obriga a elaborar colectivamente do que, e como, é que queremos falar, primeiro passo para podermos reflectir nas iniciativas independentes na luta de classes e de construção do partido revolucionário.*”

Assim referiram os camaradas dos **Estados Unidos** de que maneira a publicação regular do jornal *The Organizer*, que fora o ponto de partida da nossa expressão independente, nos tem permitido formular os nossos próprios considerandos para nos inserirmos nos processos de ruptura com o Partido Democrata no movimento operário. Outro tanto exprimiram os camaradas de **Itália** quanto ao lugar do jornal mensal *Tribuna Libera* e da sua difusão, permitindo-nos “*implantar-nos na luta de classes com o nosso jornal mensal*”, que se pronuncia tanto sobre questões políticas como no contexto dos processos que hoje ameaçam a principal organização operária de Itália, a CGIL. O mesmo exprimiram os camaradas do **Benim** e do **Togo**, que, com os camaradas da **Costa do Marfim**, acabam de publicar o quinto número do *Bulletin du Golfe*, cuja publicação regular tem permitido aos camaradas “*pronunciarem-se sobre uma questão fundamental para todos os nossos países: a luta contra o franco CFA, instrumento de dominação da antiga potência colonial francesa.*” Assim como, nas difíceis condições da ocupação militar da NATO e do caos que ela acarreta, a informação dada pelos camaradas do **Afganistão** sobre “*a publicação, de dois em dois meses, nas línguas nacionais, de um pequeno boletim destinado aos trabalhadores, que fala das greves e da resistência e publica regularmente material do CORQI*”. Podiam dar-se mais exemplos.

### Tomar iniciativas independentes na luta de classes

Como, partindo da definição da estratégia de construção do partido revolucionário — que, com um eixo embora comum, reveste evidentemente formas diferentes segundo as situações específicas de cada país — e da sua expressão nos órgãos de imprensa regulares, cuja difusão estrutura a construção das nossas organizações, se há-de dar mais um passo e conseguir tomar iniciativas na luta de classes que visem a ajudar os trabalhadores a tomar o seu movimento nas próprias mãos e a superar os obstáculos criados pelos aparelhos?

Longe da fórmula oca, antes da cisão agitada à guisa de machado pelos que viriam constituir o centro revisionista, a fórmula do “*aparelho político da luta*”, utilizada por Trotsky em 1935 — em textos consagrados à intervenção dos trotskistas no ascenso revolucionário em França — é perfeitamente válida. “*Dizer que os operários que se querem bater se devem poder agrupar politicamente contra os aparelhos, por nossa iniciativa, sem pedir licença às cúpulas das organizações, e sem lhes fazermos o ultimato de aderirem ao nosso partido, é*

*correcto*”, referiria o camarada relator na sua resposta, recordando que Trotsky acrescenta que tais “comités”, vocacionados para juntar todas as massas em luta, são igualmente um “*formidável trampolim para a construção do partido revolucionário*”.

A discussão encetada a propósito dos resultados da conferência de delegados dos comités unitários de 20 de outubro em Paris inspirou a reflexão dos membros do Comité Internacional. Assim, na **Bélgica**, os camaradas deram conta de uma iniciativa no sector do ensino, onde primeiras reuniões de trabalhadores e militantes contra a contra-reforma do ensino apelidada de “Pacto da Excelência” permitiram começar a pôr a questão de ajudar na luta pela unidade, apesar das reticências e da política de acompanhamento que prevalece nas cúpulas das organizações sindicais.

### Que iniciativa independente face ao novo acordo Canadá-Estados Unidos-México?

Esta questão põe-se em todas as latitudes. No **México**, referiu o camarada, após as eleições de 1 de julho que deram a vitória a Andrés Manuel Lopez Obrador e ao seu movimento MORENA, “*o povo e os trabalhadores mexicanos têm um governo em quem depositam maciças ilusões*”. Porém, como referiu o camarada, “*Obrador — que tomará posse no dia 1 de dezembro — já começou a modificar o seu discurso sobre a reforma educativa, cuja revogação deixou de reclamar*”.

Ora, é em tais condições que Trump acaba de impor tanto ao México como à burguesia canadiana um verdadeiro diktat em proveito do capital norte-americano, com o novo acordo de livre comércio Canadá-Estados-Unidos-México (em inglês: USMCA). Acordo este, conforme recordou o camarada do **Canadá**, “*com o qual Trump conseguiu a capitulação incondicional do primeiro-ministro canadiano, Trudeau, poucos minutos antes de findar o ultimato de Trump. Trudeau aceitou vender ao desbarato os interesses da burguesia canadiana ante as exigências brutais do capital norte-americano*”. No entanto, do lado mexicano, este acordo não foi negociado apenas com o governo Peña Nieto, mas também com os representantes de Obrador. “*Salientamos o significado do voto de 32 milhões em Obrador, que representa a vontade de reconquistar a soberania nacional e, por conseguinte, de romper com o tratado de livre comércio de Trump*”, venceu o camarada mexicano, colocando a questão dos comités pelo respeito do mandato do 1º de julho, constituídos com base numa “*Carta Aberta a Lopez Obrador e aos deputados do MORENA*”, lançada a 15 de setembro por militantes de organizações operárias e populares, nomeadamente os militantes do CORQI.

À escala continental, no entanto, na continuidade das conferências bi-nacionais “Contra o muro da vergonha de Trump e contra o acordo de livre comércio norte-americano (NAFTA)” realizadas nos Estados Unidos e no México, os camaradas do Canadá, dos Estados Unidos, do México e de Haiti decidiram tomar iniciativas comuns, a fim de reagrupar as forças que lutam, no movimento operário,

contra o novo tratado imposto por Trump.

### 11 de maio em Estrasburgo: “Esta Europa não é a nossa Europa”

À escala do continente europeu, a ruptura com a União Europeia continua a ser uma linha de clivagem essencial no movimento operário. Daí a importância do apelo lançado por cem militantes de vinte e três países, reunidos em Paris em conferência operária europeia nos dias 12 e 13 de maio últimos, à realização de uma concentração operária internacionalista em Estrasburgo, no dia 11 de maio de 2019, com a palavra de ordem “*Esta Europa não é a nossa Europa!*”

“*Estou impressionada com esta palavra de ordem que os camaradas do continente europeu formularam*” venceu uma camarada do **Paquistão**, recordando o destino atroz reservado pela União Europeia e seus governos aos milhões de refugiados que fogem da guerra e da miséria. Uma palavra de ordem de independência de classe, quando várias forças se situam no terreno do “populismo”, sejam elas originárias da extrema-direita ou mergulhem as suas raízes em partidos que reclamam filiação no movimento operário. Só um ponto de vista classista, que parta exclusivamente dos interesses da classe operária, permite encontrar orientação e desmascarar as pretensas “oposições” entre as instituições europeias e este ou aquele governo. Assim, explicou a camarada da **Hungria**, “*o governo Orban declara-se contra a UE para melhor aplicar a sua política de privatizações e destruição das conquistas operárias, a fim de consolidar a burguesia compradora*”. Em tais condições, uma comissão de trabalho do Comité Internacional que juntou os camaradas de todo o continente elaborou a forma de contribuição das organizações do CORQI para a constituição de delegações operárias à concentração de Estrasburgo. Tal supõe a elaboração de iniciativas específicas no terreno do internacionalismo. A exemplo da declaração recentemente publicada pelos nossos camaradas da **Grécia** contra o acordo de cúpula entre o imperialismo americano, a União Europeia, o governo grego de Tsipras e o poder fantoche de Skopje contra o direito do povo da Macedónia de escolher livremente o nome do seu país.

### “Lugar à juventude, lugar às mulheres trabalhadoras!”

No compromisso pleno de fazer viver o Comité Operário Internacional contra a guerra e a exploração e pela Internacional operária (COI), constituído na Conferência Mundial de Mumbai (Índia, novembro de 2016), e empenhados em permanência em ajudar as camadas mais oprimidas da classe operária — as mulheres trabalhadoras e os jovens — a tomarem em mãos os seus próprios destinos, segundo nos convoca o programa da IVª Internacional, militantes vindos do Afeganistão, de França e do Paquistão tomaram, por ocasião deste encontro e baseando-se nos testemunhos sobre a luta das mulheres trabalhadoras nos seus países respectivos, a iniciativa de lançar um apelo à emancipação das mulheres ligado à luta pela emancipação da classe operária, convidando a multiplicar iniciativas por ocasião do próximo 8 de março (leia-se o apelo, posteriormente publicado pelo COI, na caixa da p. 25).

Do mesmo modo, a pedido de várias organizações do CORQI que iniciaram um trabalho específico em direcção à juventude, o secretariado ficou mandatado para fazer propostas de iniciativas internacionais comuns de reagrupamento da juventude revolucionária.

### A continuidade da nossa defesa da revolução palestina

Vários camaradas se reportaram ao debate geral sobre o momento da revolução palestina. Um camarada de **Marrocos** alertou os membros do Comité Internacional para as conversas secretas em que andam envolvidos há vários meses “*os enviados especiais de Trump ao Médio Oriente, a NATO, o Estado de Israel, as monarquias do Golfo, o Egipto do Marechal Sissi e a monarquia jordana. Estas conversas secretas visam, à uma, preparar uma guerra imperialista contra o Irão e tratar de liquidar a revolução palestina*”. Estas conversas decorrem em paralelo com o regresso em força do “plano Baker” (plano americano que visava utilizar a questão do Sara Ocidental para desfazer as nações do Magrebe). Em Marrocos, como em muitos países da região, recordou o camarada, “*no movimento operário, a questão palestina é considerada uma questão de política nacional*”.

Ora, explicou um camarada da **Palestina**, “*o povo palestino sente-se hoje abandonado por todos, apesar de nunca ter desistido da sua legítima resistência contra a ocupação. Hoje, porém, confronta-se não só com o imperialismo e o sionismo, mas também com os governos cobardes dos países vizinhos, que se põem abertamente ao serviço do imperialismo*”. Nessas condições, disse o camarada, em que “*o novo plano Trump a única coisa que prepara é uma nova Nakba (em árabe, a “catástrofe” de 1948 — NdR), setenta anos volvidos sobre a expulsão em massa dos palestinos em 1948*”, é indispensável abrir novas perspectivas à revolução palestina, “*pois todos os partidos que se reclamavam da esquerda, e que se fundiram no quadro da Autoridade Palestina, ficaram reduzidos a nada*”.

Hoje, referiria o relator na sua resposta, “*até uma “solução institucional” que invoque dois Estados é demais para o imperialismo. Pois em “dois Estados”, há Estado e, portanto, o direito de um fragmento da nação palestina se constituir em, pelo menos, um fragmento de Estado. Por conseguinte, tem que se optar por dois mini-campos de concentração a céu aberto, a negação do direito à nação; e, nas cúpulas do movimento operário, toda a gente se cala. Enquanto Comité Internacional, nós temos que elaborar uma declaração reafirmadora do direito imperecível do povo palestino à nação, à terra, ao regresso, neste 70º aniversário da Nakba, consequência da partição da Palestina imposta pela ONU. É que mais ninguém o fará se não formos nós. Ora, o povo palestino, tal como a classe operária, não desiste, nas piores condições, de lutar, apesar das suas direcções, e continua a levantar-se todos os dias.*”

Acabaria, assim, por ser adoptada pelo Comité Internacional, por unanimidade, uma declaração sobre a Palestina (ler caixa, p. 24).

### Uma discussão: em que ponto está a China... e a Rússia?

No debate, um camarada focou a questão da China e dos >>>

## ● DISCUSSÃO - DOCUMENTOS

>>> artigos consagrados à questão chinesa publicados nos números 10 e 11 d'A Internacional. Contestava a formulação: “Não há classe burguesa chinesa.”

Na resposta, o camarada relator viria a fazer a seguinte proposta: “Esta discussão é importante, há que prosseguir-la e aprofundá-la entre nós. Ninguém tem ciência infusa, a situação é inédita, não se pode fazer simplesmente a analogia com o que aconteceu na URSS. Temos que ir mais além da objecção da camarada.

*Todos concordamos que há capitalistas na China, é indiscutível. Há indivíduos que se conseguiram apropriar de pedaços da propriedade estatal e, graças a financiamentos de vários sectores do imperialismo, amontoaram fortunas gigantescas. Haverá uma “classe burguesa”, enquanto tal? Eu diria que existe uma classe burguesa que se procura constituir como tal. Mas o processo não está concluído. Não creio, de resto, que o artigo d'A Internacional criticado pelo camarada o negue categoricamente. Pois, o que é, na definição de Marx, uma classe social? Ela é constituída por todos os indivíduos que ocupam posição análoga em relação às relações sociais de produção, independentemente da consciência ou vontade que dela possam ter. Bastaria, portanto, que houvesse 100 ou 1.000 proprietários de meios de produção que explorem a classe operária na China para dizer que eles constituem embrionariamente uma classe social. E há mais que 100 ou 1.000. A questão é: controla essa classe social, enquanto tal, o poder na China? Eu respondo que não. Há, portanto, uma contradição. Quem controla o poder na China? Um aparelho de Estado burocrático-político-militar, cuja origem não deixa de ser a parasitagem da propriedade estatal. Este aparelho tem ligações e passadiços com os fragmentos de classe capitalista que se tenta constituir, do mesmo modo que se vê em forte contradição com a constituição de tal classe capitalista, pois se esta última levar o processo até ao fim, a burocracia ficará, enquanto tal, condenada a ser eliminada como camada parasitária que centraliza e dirige o Estado. Coisa que ela não pode aceitar. Por outro lado, há que esclarecer que, ainda que uma classe capitalista se constituísse como classe dominante na China, ela viria a ser uma classe burguesa compradora, que apenas se poderia inserir no mercado mundial como apêndice — é, aliás, o caso de cada um daqueles capitalistas — do imperialismo dominante, que é o imperialismo americano. Acrescente-se que tal transição não se pode dar suavemente. Realizar-se-ia forçosamente, e não é o caso por agora, de maneira convulsiva e desarticulada, num choque entre diferentes sectores da burocracia, entre a classe operária e a burocracia, entre regiões e entre porções do aparelho. Acrescente-se que tal processo resultaria num enorme recuo e, com toda a certeza, num risco de desmembramento da China. Acrescente-se, sobretudo, que a classe operária ainda não disse a sua última palavra e que os processos da luta de classes na China de hoje barram este possível remate da constituição de uma classe burguesa que pegasse nas rédeas do poder. Abrindo, dessa forma, caminho ao outro ramo da alternativa: a revolução política.”*

Reflexão a prosseguir, que o camarada prendeu a outra questão: “Como caracterizamos a relação entre as

*classes sociais na Rússia, onde, ao contrário da China, se pode dizer que a restauração capitalista já se deu? Há uma classe burguesa russa? Parcialmente, há. Há capitalistas russos, evidentemente. Nem por isso deixa, no entanto, de ser uma classe burguesa de um género muito particular, com traços parasitários muito acentuados, de acentuada mafiosização, com laços absolutamente anormais com o imperialismo mundial. E, além disso, continua a haver uma espécie de aparelho parasitário, apesar de já não haver propriedade estatal, uma enorme excrescência, um aparelho burocrático-militar-industrial que deixou de ser parasita da propriedade estatal, passou a parasitar a sombra da propriedade estatal, que não desapareceu, e, também, a economia capitalista, mantendo, do mesmo passo, um certo peso na situação mundial. O que aqui estou dizendo é muitíssimo insuficiente. Isto significa, porém, que, se quiséssemos dar uma definição científica do momento do processo de desagregação ou de reagregação social na Rússia, não nos poderíamos contentar com categorias abstractas. Seria preciso consagrar tempo e meios a analisar este movimento que não está acabado.*

*O que os camaradas da Rússia e da Bielorrússia relataram sobre o significado da luta sobre os regimes de aposentação, ninguém me impedirá de pensar que, de maneira embora muito diferida, este considerável movimento de resistência se prende com o que subsiste das conquistas de Outubro de 1917 na consciência das massas e nas relações sociais. O que isto significa é, portanto, que todos os processos de restauração de um capitalismo mafioso, largamente encetados como estão, não fizeram desaparecer o que ainda resta das conquistas de Outubro de 1917, nas quais a luta da classe operária se ampara, num contexto, repita-se, que, consumada a restauração capitalista, não é comparável ao da China.”*

### **Dar vida ao Comité Operário Internacional**

Esta indispensável discussão sobre a China traz-nos de volta à questão: que fazer? como fazer? Há um aspecto que não se pode ignorar: os — consideráveis — processos de resistência da classe operária na China estarão destinados a simplesmente travar o processo em curso, ou terão, potencialmente, capacidade para contrariá-lo e abrir uma nova perspectiva? Essa é a discussão sobre a responsabilidade dos militantes que lutam pela reconstituição da IV<sup>a</sup> Internacional.

Há, na China, uma poderosa classe operária de 400 milhões de trabalhadores, em cuja consciência vivem as conquistas de 1949. O que se joga na luta de classes na China não é apenas a luta por preservar as conquistas da revolução de 1949, mas também por preservar o proletariado chinês e, por conseguinte, o proletariado mundial. Esta questão internacional põe-se muito para além das fileiras das organizações do CORQI. Assim, os militantes indianos que organizaram connosco a conferência mundial de Mumbai e têm desde então animado o Comité Operário Internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional operária, submeteram recentemente aos militantes do CORQI a proposta de tomar uma iniciativa nesta matéria essencial da luta de classes que é a luta da classe operária chinesa.

Tanto mais que a questão chinesa é uma questão

“interna” em muitos países. É o caso da **Índia**, referiu um camarada indiano, onde o governo ultra-reaccionário do partido nacionalista hindu BJP, dirigido pelo primeiro-ministro Narendra Modi, é um instrumento directo usado pelo imperialismo americano para a sua política de restauração capitalista na China. Dar força à resistência dos operários chineses em defesa das conquistas de 1949 equivale, assim, a lutar pela independência do movimento operário indiano da política anti-operária de Modi, que, nas vésperas das eleições gerais de 2019, está empenhado numa ofensiva feroz de repressão anti-operária. *“Durante a vaga de prisões de militantes dos sindicatos em Mumbai, vários militantes foram acusados de ligações à guerrilha naxalista (guerrilha camponesa de inspiração maoista — NdR), e a policia, à guisa de pretensa “prova”, brandiu panfletos de apoio à conferência mundial contra a guerra, a exploração e o trabalho precário realizada em Mumbai em novembro de 2016”*. Os membros do Comité Internacional, a maior parte dos quais integrara já plenamente a Conferência de Mumbai em novembro de 2016, comprometeram-se solenemente a participar nas iniciativas que o COI lançará contra a repressão que se abate sobre os militantes operários indianos.

### A deriva sem fim do centro revisionista

Quase três anos e meio passados da cisão provocada pelo centro revisionista na secção francesa da IVª Internacional e, a seguir, na Internacional, a discussão do Comité Internacional seguiu as recomendações do camarada relator a respeito do centro revisionista, a saber: *“Já ultrapassámos a etapa em que nos interrogávamos sobre as raízes da crise de 2015” e “Não quer dizer que possamos ignorar as actividades daquela gente. Porque eles levam a cabo essas actividades em nome do trotskismo e, em tantos casos, essa actividade em nome do trotskismo é prejudicial à IVª Internacional.”*

Nas posições mais recentes do centro revisionista que o conjunto dos camaradas da Internacional devem, todavia, conhecer, merecem nota os elementos dados pelo camarada dos **Estados Unidos** quanto à adesão oficial do centro revisionista ao Partido Democrata dos Estados Unidos, na forma da adesão da CCI à respectiva pretensa “ala esquerda” à volta de Sanders e da organização Democratic Socialists of America (DSA). Não é coisa de sobremesa: mandando às urtigas toda a tradição do trotskismo nos Estados Unidos de lutar pela ruptura do movimento sindical com o Partido Democrata e pelo Labor Party, eis que os nossos revisionistas passaram a ser fanáticos do político burguês Bernie Sanders... no preciso momento em que pelo menos 50.000 ex-partidários de Sanders rompem com ele, criticando-o pela sua capitulação sem vergonha ante o aparelho do Partido Democrata, um dos dois partidos da burguesia imperialista mais poderosa do mundo (leia-se caixa junta).

Donde a importância, salientaria o camarada relator na sua resposta, da *“intervenção do camarada do Estado espanhol. Na anterior conferência do CORQI, não havia delegação de Espanha; hoje, há camaradas que constituíram um grupo simpatizante, que propomos reconhecer como organização filiada de pleno direito. Estes camaradas publicam regularmente um boletim e uma carta de ligação que dão um ponto de vista político*

*sobre os acontecimentos no Estado espanhol e o que é preciso fazer. É o ponto de partida para resolver os problemas de construção a partir de uma orientação.”* O Comité Internacional votou, assim, por unanimidade a filiação no CORQI da organização do Estado espanhol que publica *La Internacional*.

### O momento da luta pela reconstituição da IVª Internacional

Na discussão, alguns camaradas, exemplificados pelo camarada da **Suíça**, fizeram questão de realçar que *“não é vocação da secção francesa dirigir a Internacional”*, o que não sofre contestação. Pois nunca foi sua vocação. Viu-se obrigada a isso durante algum tempo por força de vários acontecimentos concretos, alguns deles de natureza histórica que eram simples matéria de facto — nomeadamente o lugar da secção francesa na luta contra o pablismo liquidacionista em 1950-53, a seguir na longa luta pela reconstrução, depois a reproclamação da IVª Internacional em 1993. Não era, contudo, aquela a concepção de Lambert, nem foi em caso algum aquela a concepção que presidiu aos trabalhos do Comité Internacional de novembro de 2018.

Daqui partiria o camarada relator para, nas conclusões, levantar o problema seguinte — competindo ao Comité Internacional e ao secretariado do CORQI formular propostas para avançar na matéria:

*“Estamos aqui como Comité pela reconstituição da IVª Internacional. Quando nos haveremos de reconstituir; a que ritmo e com que condições? Alguns camaradas parecem pensar que quanto mais cedo, melhor. Pessoalmente, não acredito que seja de precipitar os ritmos, deixem-me explicar porquê.*

*A crise da IVª Internacional teve não somente como consequência rebentar com um quadro internacional, fez inclusive com que, durante anos, a discussão entre nós sobre as questões de orientação em cada país, sobre o que se há-de fazer, sobre as tarefas de organização, não se fizesse como devia. Há, ao mesmo tempo, um certo número de princípios que temos em comum e que nos faz estarmos aqui. Falamos a mesma língua. No entanto, numa série de matérias, por enquanto, ainda não respondemos claramente aos grandes problemas postos.*

*Um exemplo: há camaradas que têm actividade principalmente sindical, o que é correcto e condiz com os nossos princípios. No entanto, poderá uma secção da IVª Internacional existir unicamente através da expressão sindical? Não me parece, salvo situação excepcional. Há outros camaradas que têm uma actividade principalmente de propaganda, que é preciso fazer. No entanto, poderá uma secção construir-se unicamente pela propaganda? Também não me parece. Não há, portanto, nada de preocupante nisto, nem ninguém vai impor seja o que for a ninguém, mas o trabalho de elaboração e homogeneização principiou e tem que continuar. O que não quer dizer que não se deva estruturar nada.*

*Portanto, há uma discussão que vamos ter que fazer, que é: para onde vamos depois desta reunião? Fizemos a conferência do CORQI há um ano. Não será de definir melhor e com mais rigor algumas das formas das trocas, algumas medidas de organização, sem pretendermos ser quem não somos? Assim, teríamos trocas mais rigorosas, mais produtivas, mais reactivas em relação à situação. Que forma lhe havemos de dar? Um organismo inter- >>>*

## ● DISCUSSÃO - DOCUMENTOS

>>> *médio, a criar? Um boletim de discussão permanente? Está tudo em aberto. Teremos, portanto, que reflectir em como continuar. O camarada da Romênia tem razão em dizer que as massas estão prontas para a luta e em pôr a questão do partido; o camarada espanhol tem razão em*

*dizer que agora temos que caminhar para uma secção interventiva; o camarada do México tem razão em dizer que há necessidade de avançar para a reconstituição da IVª Internacional. Temos que ser capazes de acelerar os ritmos, sem por isso forçar demasiado.”* ●

### Declaração

## O povo palestino está em perigo!

O Comité Internacional do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI), reunido nos dias 1, 2 3 de novembro de 2018, alerta:

Depois das provocações de Trump, ao anunciar a transferência da embaixada americana para Jerusalém (decisão que, mal eleito, Bolsonaro, no Brasil, acaba de fazer sua);

Depois da decisão americana de deixar de financiar a UNRWA, pondo à fome e privando de cuidados e instrução cinco milhões de refugiados palestinos e seus descendentes, amontoados nos campos desde 1948;

Depois do apoio dado pela administração dos EUA aos massacres do exército israelita contra os manifestantes desarmados da Grande Marcha do Retorno, em Gaza;

Depois do voto pelo Knesset da lei racista de 18 de julho;

### **A administração Trump apresta-se para tornar público o seu “acordo do século”, que visa ao desaparecimento puro e simples do povo palestino!**

Há meses negociado em segredo pelo Estado sionista, por um lado, e pelos regimes árabes reaccionários, por outro, este plano incluiria nomeadamente:

- A transformação da prisão a céu aberto de Gaza em zona de facto sob tutela do Egipto do marechal Al-Sissi;

- A instauração de pretensas “fronteiras palestinianas provisórias” em metade da Cisjordânia, permitindo a anexação de facto da outra metade pelo Estado de Israel (a maior parte da “zona C” dos acordos de Oslo).

Este plano não passa do anúncio de uma nova Naqba, de uma nova expulsão em massa do povo palestino das suas terras, setenta anos após a catástrofe de 1948.

Este plano é o último avatar da política imposta pelas grandes potências imperialistas com a colaboração da burocracia soviética no âmbito da resolução nº 181 da ONU (novembro de 1947), que impôs a partição da Palestina.

Este plano é a conclusão lógica de todos os pretensos

“acordos de paz”, dos acordos de Camp David aos acordos de Oslo (1993), baseados na negação dos direitos nacionais do povo palestino, especialmente do direito ao regresso dos refugiados. Pretensos “planos de paz” que tiveram o apoio da União Europeia.

Este plano, elaborado em segredo com as monarquias saudita e jordana, os Emirados e o regime militar do marechal Sissi no Egipto, é uma nova demonstração da natureza reaccionária destes regimes, que procuram, num só movimento, estrangular a causa palestiniana, reprimir os seus próprios povos e pôr-se ao serviço da guerra americana contra o Irão!

O Comité Internacional do CORQI lança um apelo urgente aos militantes e organizações do movimento operário e democrático internacional:

### **O povo palestino está em perigo!**

Pela nossa parte, fiéis à posição adoptada pela IVª Internacional já em 1947, afirmamos:

- Ninguém se pode reclamar da democracia e do direito dos povos a disporem de si mesmos sem reconhecer o direito imperecível do povo palestino à nação, à terra e ao regresso de todos os refugiados;

- É ao povo palestino e só a ele que cabe decidir: Assembleia Constituinte, em que as duas componentes, árabe e judia, possam constituir a nação palestiniana, instaurando uma República laica e democrática em todo o território histórico da Palestina, garantindo a igualdade de direitos de todos os seus cidadãos.

Sem fazer desta posição uma condição prévia para a acção comum, apelamos a todos os militantes, a todas as organizações que se reclamam dos trabalhadores e do direito dos povos a porem em xeque o plano de Trump e a colocarem o povo palestino sob a protecção do movimento operário internacional.

**Adoptado por unanimidade pelos membros do Comité Internacional do CORQI vindos de:** Afeganistão, Alemanha, Azânia/Africa do Sul, Bélgica, Benim, Bielorrússia, Brasil, Canadá, Chile, Coreia, Estado espanhol, Estados Unidos, França, Grécia, Haiti, Hungria, Índia, Itália, Marrocos, México, Palestina, Paquistão, Peru, Portugal, Romênia, Rússia, Suíça, Togo, Tunísia, Turquia e Zimbábwe.



## Apelo à jornada internacional das mulheres 8 de março de 2019

**Em todas as partes do mundo, as mulheres trabalhadoras debatem-se com as suas condições de exploração e opressão e batem-se contra elas.**

### No Paquistão

- Todas as mulheres que trabalham nas fábricas, no sector agrícola, nas telheiras, são exploradas.

- O assédio sexual no trabalho, sobretudo às operárias têxteis (sector que emprega 42% de mulheres). A recusa de lhes pagar o salário, de lhes pagar horas extraordinárias, o assédio moral, o assédio sexual, piropos, apalhões, observações desmoralizadoras para as mulheres trabalhadoras.

- A exploração e o assédio das professoras, das médicas e das enfermeiras.

- Não há igualdade salarial.

- Em grande número de empresas em que a maioria dos trabalhadores são mulheres, os sindicatos são, na prática, proibidos.

- Diminuição da licença de maternidade.

- Ácido atirado à cara e corpo das mulheres.

- Violência doméstica: as mulheres são espancadas brutalmente pelos maridos e também por outros membros da família do marido.

- Ainda vigora no Paquistão o direito da xaria (o "hudud", lei contra a blasfêmia, permite condenar à morte), que inclui leis que permitem explorar as mulheres trabalhadoras.

- Têm aumentado as violações de meninas de seis a doze anos.

- Crimes de honra.

- Na cena política, as mulheres não acedem a postos elevados e são assediadas pelos seus homólogos masculinos.

- Diminuição do número de mulheres que participam em estruturas de decisão.

### No Afeganistão

- As mulheres não têm qualquer direito à instrução.

- As mulheres têm estatuto social de segunda classe.

- Defrontam-se com costumes e tradições que são contra elas.

- São vítimas de violência doméstica.

- Ainda se consideram as mulheres propriedade dos homens. São vendidas por dinheiro. Um homem de sessenta anos pode, por exemplo, casar com uma menina de dez anos, contanto que pague o preço pedido.

- Faltam equipamentos de saúde: não há maternidades, e mais de 5.000 mulheres morrem ao

dar à luz.

- Assédio sexual no trabalho.

- Ácido atirado à cara das raparigas na escola e na universidade.

- Nas regiões controladas pelos talibãs, não há escolas para raparigas. Elas não se podem mostrar em público, sendo raptadas e utilizadas como escravas, criadas ou objectos sexuais.

- Na maior parte das regiões, as raparigas são casadas entre os dez e os quinze anos.

- As mulheres trabalham muito duramente e em más condições nas fábricas e outros locais de trabalho.

- Nos últimos anos, muitas raparigas têm-se suicidado, algumas imolando-se pelo fogo, por causa das pressões sociais.

### Em França

- As mulheres sofrem dupla opressão: exploradas no trabalho, como todos os trabalhadores, e muitas vezes encarregadas das tarefas domésticas e familiares.

- A diferença salarial entre homens e mulheres é da ordem de 15%.

- Elas debatem-se, mais do que os homens, com a precariedade e o trabalho a tempo parcial forçado.

- Em consequência do restabelecimento do trabalho nocturno na indústria, as mulheres conhecem risco maior de cancro (seio, gastro-intestinal e da pele).

- Em quarenta anos, dois terços das maternidades fecharam (de 1.412 para 512).

- Fecharam igualmente, em consequência, centros de IVG, comprometendo, na prática, o direito ao aborto.

- Os lugares nas creches colectivas públicas são muito insuficientes, impedindo as mulheres de trabalhar.

- Em França, as mulheres lutam contra esta política no âmbito da luta global da classe operária (nos partidos operários e sindicatos).

**Ajudemos, portanto, a organizar este combate.**

**Propomos, assim, organizar uma assembleia pública de mulheres trabalhadoras, no dia 8 de março de 2019, por ocasião do Dia Internacional da Mulher.**

**Rubina Jamil**

(All Pakistan Trade Union Federation, APTUF),

**Hassina Sadet**

(Left Radical of Afghanistan, LRA),

**Christel Keiser**

(Parti ouvrier independant démocratique, POID).

&gt;&gt;&gt;

## Estados Unidos: o centro revisionista em campanha pelos “Friends of Labor” do Partido Democrata

**No nº 520 das *Informations ouvrières* (de 5 de julho de 2018):** “No mesmo dia em que o Supremo Tribunal pronunciava o seu acórdão, os democratas do Estado de Nova Iorque, para surpresa geral, varriam o favorito democrata, que estava indigitado para vir a ser o speaker (presidente) da Câmara, designando candidata às eleições intercalares de novembro próximo Alexandra Ocasio-Cortez, num Estado ampla e tradicionalmente dominado pelos democratas. Ocasio-Cortez era candidata em nome do grupo *Our Revolution* de Bernie Sanders, em que participam numerosos sindicalistas. A sua candidatura trouxe para o centro da discussão a generalização do Medicare (sistema de segurança social de pagador único, cobrindo uma parte das despesas de saúde das pessoas com mais de sessenta anos) [...] A imprensa realça a juventude da candidata, o facto de ser mulher e de origem hispânica; mas ela é, sobretudo, uma candidata que se reivindica explicitamente do movimento operário. No cerne do movimento operário americano, põe-se a questão de encontrar meios para defender as reivindicações: a greve dos professores não se extingue, tendo já arrancado aumentos de salários em vários Estados; ao mesmo tempo, vê-se que muitos militantes sindicais procuram um reagrupamento político, nomeadamente ao agruparem-se à volta de Sanders, que se tem implantado — registando mesmo uma vitória importante em Nova Iorque.”

**No nº 99 de *La Vérité*, de setembro de 2018** (página 60):

“O senador Sanders, que se reivindica do socialismo, aderiu ao Partido Democrata para se apresentar às primárias das presidenciais de 2016. Lançou, entretanto, um movimento, a “Nossa Revolução” (*Our revolution*), que tem encontrado amplo eco na juventude e nos sindicatos.”

**O nosso comentário:** Os “Friends of Labor” (portanto, “amigos do movimento sindical”) no Partido Democrata permitiram, durante décadas, que a direcção do aparelho sindical, assim como os estalinistas, justificassem a sua política de subordinação do movimento sindical àquele partido capitalista. Ora, hoje, as *Informations ouvrières* e *La Vérité* fazem campanha a favor de Bernie Sanders e dos agrupamentos que o apoiam no Partido Democrata (nomeadamente os Democratic Socialists of America, DSA, de que Ocasio-Cortez é membro), dentro, portanto, de um dos dois principais partidos da burguesia do principal país imperialista do mundo. O simples facto de apresentar Sanders como “socialista” é um logro político, pois Sanders é político burguês há mais de trinta anos, tendo sempre alinhado com o Partido Democrata, fora ou dentro dele.

## Zimbabwe

# O Imperialismo Dita a sua Lei ao Novo Governo

**N**ós defendemos as reformas agrárias no Zimbabwe, assim como o direito dos pobres e dos camponeses a possuírem a terra. Somos contra indemnizar os fazendeiros brancos que tiveram as terras expropriadas nos anos 2000 como condição prévia para o levantamento das sanções económicas internacionais contra o Zimbabwe.

Estes fazendeiros brancos expropriados reclamam, com efeito, ao novo governo uma indemnização de 9.000 milhões de dólares americanos em compensação pelas terras expropriadas no decurso da revolução agrária. Esta exigência foi apresentada pouco depois da tomada de posse do presidente Mnangagwa. Fazem igualmente pressão para se recorrer para o Centro de Arbitragem Internacional de Singapura. Mas quem indemnizará a África pelo colonialismo? A reivindicação dos fazendeiros brancos é ridícula.

Os fazendeiros beneficiaram do espólio que pilharam. Eles é que nos deviam indemnizar. Receamos que este governo se lance numa política pró-capitalista. Ele procura reatar laços com a antiga potência colonial britânica e as outras potências imperialistas mundiais. Querem estas potências, através das suas instituições financeiras internacionais, o FMI e o Banco Mundial, que o Zimbabwe aplique as suas reformas, disso fazendo condição prévia para o restabelecimento das relações com o país e para que ele regresse ao seu seio.

Na nova versão da lei em matéria de sanções que os Estados Unidos adoptaram, uma exigência central, que é condição para o levantamento das sanções, é que o Zimbabwe cumpra as decisões em matéria de reforma agrária do tribunal da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Ora, este tribunal proferiu vários acórdãos importantes favoráveis a fazendeiros brancos, e os senadores americanos que estão na origem da Lei Modificativa sobre a Democracia e a Recuperação Económica do Zimbabwe (conhecida como ZIDERA), agora, querem que esses acórdãos sejam acatados.

Os Estados Unidos estão neste momento a construir no Zimbabwe uma embaixada gigantesca, que custará o valor exorbitante de 200 milhões de dólares americanos. Anunciam que será a maior embaixada americana de toda a África. E constroem-na num país que apresentam como temível ameaça à política externa dos Estados Unidos! Este espantoso projecto

faraónico suscita muitas perguntas, enquanto o país se vai desfazendo sob o efeito devastador das sanções. O país possui abundantes recursos minerais. Recentemente, uma companhia de exploração mineira australiana descobriu petróleo e gás.

O lema do “Zimbabwe aberto ao negócio” iria acelerar o movimento em direcção a uma economia de mercado, que não traria nenhuma vantagem para os pobres e para a classe operária. As múltiplas reformas económicas anunciam a segunda edição do programa de ajustamento estrutural, terapia de choque neocolonial com novo nome: programa transitório de estabilização. O governo instituiu novos impostos e prevê reduzir os efectivos dos serviços públicos e privatizar as empresas semipúblicas. Estas medidas condicionam o acesso do Zimbabwe aos investimentos estrangeiros directos internacionais (IDI) que hão-de “reanimar” a economia. O resultado é que são os pobres e a classe operária que sofrem com todo o impacto destas reformas. Condenamos o regresso do FMI e instituições de Bretton Woods ao Zimbabwe. As dolorosas lembranças dos efeitos do programa de ajustamento estrutural dos anos noventa ainda não se apagaram.

Após a tomada de posse do presidente Emmerson Mnangagwa, que sucedeu a Robert Mugabe, várias multinacionais chinesas ou ocidentais atiraram-se ao Zimbabwe para lá realizar investimentos e assinar amplos acordos comerciais com o governo. As potências capitalistas mundiais travam guerras comerciais pelo controlo da energia, dos recursos naturais, dos mercados e dos eixos de transporte, para poderem explorar a África para seu benefício.

A tarefa mais importante do proletariado internacional é defender o Zimbabwe contra as sanções económicas. Os governos ocidentais submeteram a economia do Zimbabwe a terríveis provas por o país seguir uma via independente. As sanções ilegais do governo dos Estados Unidos e da União Europeia contra o povo do Zimbabwe visam destruir a sua economia, pôr em causa as conquistas revolucionárias, liquidar os sectores da classe operária na nossa sociedade e quebrar a vontade democrática do nosso povo. As sanções prejudicam o povo do Zimbabwe, sabotando a produção, o comércio e os serviços financeiros, impedindo o acesso à alimentação, aos medicamentos e aos produtos de base. ●

**Chimurenga Vanguard,**  
organização membro do CORQI no Zimbabwe

## Grã-Bretanha

# Há Dois Anos, a Vitória do Voto *Leave*

**Lutar por um governo do Labour Party é lutar pela ruptura efectiva com a União Europeia.**

**N**as vésperas do dia 23 de junho de 2016, um vento de pânico soprava nas cúpulas da União Europeia e das grandes potências imperialistas no seu conjunto. Rezava o cabeçalho de *Le Figaro* de 25 de junho: “*Sismo na Europa*”. A 23 de junho, os eleitores britânicos, convocados para, no âmbito de um referendo, se pronunciarem sobre se queriam manter-se na União Europeia ou sair dela, optaram maioritariamente pela ruptura com a União Europeia.

Dois anos mais tarde, a crise aberta pela votação de 23 de junho continua por superar. Domina toda a vida política a procura daquilo a que chamam o “*acordo de saída da União Europeia*”. No dia 20 de outubro de 2018, percorreu Londres uma significativa manifestação, que reclamava um segundo referendo sobre o Brexit que fizesse, portanto, marcha-atrás da decisão soberana do povo britânico de 2016 e mantivesse, ainda que de forma modificada, os laços de sujeição para com a União Europeia. Significará isto que se modificaram, entretanto, as relações entre as classes, entre a classe dos exploradores e a dos explorados, reveladas pelos resultados do referendo de 2016? Que inspira tamanha audácia aos sectores que pretendem a todo o custo preservar a União Europeia como instrumento indispensável contra os trabalhadores de todos os países da Europa?

Ao rematar-mos a redacção deste artigo, anunciava-se enfim a conclusão de um acordo entre os negociadores da União Europeia e a Grã-Bretanha, representada pela primeira-ministra, Theresa May. Conforme lucidamente observam aqueles responsáveis do seu partido, o Partido Conservador, que se opõem ao acordo: o acordo mantém o país no quadro da União Europeia, mas priva-o da possibilidade de influenciar a política desta. A Grã-Bretanha fica ligada ao mercado único e faz parte da união aduaneira (todos os governos ficam, por conseguinte, obrigados a acatar as regras do “comércio livre” dela derivadas). A Grã-Bretanha continua na dependência do Tribunal de Justiça da União Europeia e não terá a possibilidade de negociar acordos comerciais bilaterais à escala mundial; a Irlanda do Norte beneficiará — contrariamente à vontade proclamada por Theresa May — de um estatuto especial no plano comercial. Constitui este acordo uma “saída da crise”, tornando caduca a avaliação feita algumas linhas mais acima?

Bem pelo contrário, o acordo precipita e agrava a crise em todos os seus aspectos. O Partido Conservador, representação tradicional e institucional da burguesia britânica, vê-se mais do que nunca devastado por uma crise de desagregação. Theresa May, se bem que tenha conseguido que o seu governo aprovasse o acordo, só o conseguiu ao preço de uma cascata de demissões de ministros e secretários de Estado — mormente do ministro encarregado das relações com a União Europeia. Relativamente à ratificação parlamentar, indispensável para validar o acordo, bóia-se no desconhecido. Há quem já diga que a primeira-ministra se devia virar para a oposição, portanto para o Labour Party, à procura de apoios que compensem as previsíveis defecções no próprio grupo parlamentar, apesar de Jeremy Corbyn ter garantido que iria apelar a votar contra o acordo. O acordo aceite por Theresa May contém deveras aquilo que o Labour Party tem reivindicado desde o seu último congresso: a manutenção do acesso ao mercado único e a integração na união aduaneira.

Não vale a pena especular sobre as eventuais peripécias e reviravoltas desta crise interminável, que franqueia uma nova fase. Certo é que ela põe em relevo a total contradição entre o respeito pelos resultados do referendo de 2016 e as necessidades de sobrevivência do capitalismo britânico.

### Um choque que vem de longe

Para compreender a gravidade da situação actual, é preciso repor o foco no que aconteceu no dia 23 de junho de 2016.

O referendo é um procedimento concebido de modo que quem o organiza e faz a pergunta seja geralmente quem igualmente beneficia da resposta. Embora, com este referendo, procurasse também conseguir as melhores condições possíveis para o capitalismo britânico dentro da União Europeia, o primeiro-ministro conservador Cameron visava, antes de mais nada, tornar formalmente irreversível a filiação na União Europeia, estabilizando, do mesmo passo, o seu governo. Não havia poupado esforços para conseguir tal resultado. A direcção do Partido Conservador, partido de Cameron, pronunciava-se evidentemente por ficar (*Remain*); o mesmo fazia o Partido Liberal — a outra formação política da burguesia —, mas também a direcção da confederação sindical, o TUC, e a direcção do Labour Party. Adesão esta de peso, visto que esta direcção fora eleita em 2015 pelos militantes em revolta aberta

contra o aparelho dirigente do partido e a maioria do seu grupo parlamentar, sendo Jeremy Corbyn conhecido pela sua oposição de longa data à União Europeia.

Não era tudo: Barack Obama, então presidente dos Estados Unidos, e, com ele, numerosos chefes de Estado, intervieram, apelando aos eleitores britânicos para que proclamassem o seu apoio à União Europeia. Foi também o caso da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), que agrupa direcções confederais das organizações sindicais de todos os países da União Europeia.

Apesar disto, no dia 23 de junho de 2016, os eleitores britânicos pronunciaram-se maioritariamente pela ruptura com a União Europeia (a taxa de participação foi de 72,2%, maior do que nas eleições legislativas; o voto *Leave* teve 51,9%, e o voto *Remain* 48,1%). A imprensa britânica dava constância de uma votação classista particularmente clara. O *Leave* venceu de longe nas regiões de forte concentração operária, nos bastiões operários tradicionais, onde a devastação da desindustrialização fora mais profunda. Avaliou-se em 75% a percentagem de trabalhadores sindicalizados que votou pela saída da UE. Foi uma desautorização rotunda de todos os que pretendiam falar em nome dos trabalhadores, enquanto actuavam contra os seus interesses.

A propósito deste resultado escreveu o New York Times de 24 de junho: “*A antevisão de uma calamidade nunca é a mesma coisa que a própria calamidade. Muito se escreveu e disse sobre o que ocorreria ou poderia ocorrer se a Grã-Bretanha votasse por sair da UE, mas nada que valesse o choque e a confusão que a Grã-Bretanha e o mundo sentiram.*” As consequências para a ordem mundial da exploração foram referidas pelo mesmo jornal três dias mais tarde: “*A histórica votação britânica pela saída da União Europeia representa desde já a ameaça de se vir a desfazer um bloco democrático de nações que há décadas têm coexistido pacificamente. Ela é também fonte de incerteza quanto a um problema ainda mais vasto: estará a ordem imposta à escala mundial pelos Estados Unidos e seus aliados após 1945 a desfazer-se também?*”

A Grã-Bretanha continua a ser uma das principais potências imperialistas mundiais. Pelo tamanho da sua economia, ocupa o sexto lugar — a seguir aos Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e França —, desempenhando, contudo, um papel central como praça financeira. A composição da classe operária — dos assalariados — modificou-se em consequência de um declínio profundo do sector industrial, que fez dos serviços o principal foco de emprego. O capitalismo britânico deixou de ter meios para manter uma base industrial que correspondesse ao lugar que ainda ocupa à escala internacional, isto apesar de todas as medidas que tomou para extorquir ainda mais mais-valia na exploração da classe operária. A política dos governos conservadores desde a greve dos mineiros de 1984, prolongada pelo governo do New Labour de Blair, agravou a exploração: entre 2007 e 2015, o Reino Unido registou a maior baixa de salários reais da Europa. Calculava-se que, em 2014, três milhões e quatrocentos mil trabalhadores britânicos recebessem um salário inferior ao salário de subsistência. A classe operária britânica, que continua a ser uma das com mais forte organização da Europa, não deixou de lutar. É como expressão política dessa luta que o voto *Leave* se explica.

O “*choque e a confusão*” de que o New York Times fala reflectiam, na própria Grã-Bretanha, o medo da classe possidente e de todos os seus representantes de que os trabalhadores se viessem a mobilizar em cumprimento das aspirações em cujo nome haviam votado maioritariamente *Leave* apesar das imensas pressões sofridas.

### União Europeia e democracia política são contraditórias

A União Europeia é incompatível com a democracia e o respeito dos direitos dos povos. De cada vez que governos que a integram foram levados a organizar consultas populares a seu respeito, estas saldaram-se por uma rejeição (Dinamarca, França, Irlanda). De cada vez o resultado foi escamoteado, e mandaram-se os eleitores votar outra vez, sobre perguntas viciadas. No caso da Grã-Bretanha, a coisa era mais difícil, uma vez que o referendo incidira não nas modalidades de funcionamento da União Europeia, mas, claramente, em filiação ou não.

O governo de Theresa May tem afirmado respeitar a votação de 23 de junho de 2016, mas é claro que não tem feito nada disso. As peripécias que se têm sucedido nos últimos dois anos indicam claramente que a burguesia é hoje incapaz de respeitar a sua própria legalidade, as suas proclamações sobre a soberania do voto e sobre a democracia política, quando os seus interesses fundamentais estão em jogo. Verifica-se, assim, uma vez mais, que, na era do imperialismo, só a classe operária tem, como classe, interesse em defender a democracia até ao fim. A necessidade de sectores decisivos da burguesia britânica de manter laços com a União Europeia tem prioridade sobre as obrigações democráticas. Competia ao movimento operário defender a democracia, intercedendo pelo respeito do mandato. Porém, as cúpulas dirigentes e o aparelho que controlam tanto as organizações sindicais como o aparelho político e parlamentar do Labour Party recusaram-se a fazê-lo, presos que estão à classe dominante, por acatarem, acima de tudo, os limites necessários à manutenção da ordem burguesa.

Assim, o processo seguido estava viciado à partida pela noção de acordo prévio obrigatório, a noção, portanto, de que a União Europeia se arrogava o direito “de autorizar ou não a saída da União Europeia” em conformidade com o artigo 50º do Tratado de Maastricht. O voto *Leave* implica a anulação do Tratado de Maastricht, exactamente a questão que ninguém parece hoje ousar pôr na Grã-Bretanha.

Em suma, a Grã-Bretanha permanecia tributária da União Europeia apesar da votação de 23 de junho, e esta tinha o direito de fixar as condições em que aquela deixaria de fazer formalmente parte dela sem deixar de continuar a respeitar as regras da União Europeia. Neste sentido, Theresa May pode, hoje, chamar a atenção dos seus detractores para o facto de o acordo que subscreveu se situar perfeitamente no quadro fixado à partida e acatado tanto pelos dirigentes conservadores como pelos responsáveis do Labour Party.

Esta impostura não pôde, com efeito, impor-se como solução obrigatória senão porque as direcções estabelecidas do movimento operário, as das Trade Unions como a do Labour Party, se recusaram a deitar mãos ao >>>

## ● ANÁLISE

cumprimento do mandato dado pelo referendo de junho de 2016. A vontade do povo trabalhador, manifestada no voto *Leave*, significava a exigência ao Labour Party de se fixar como objectivo formar governo para cumprir as aspirações mais prementes do povo trabalhador da Grã-Bretanha, reivindicações que eram, todas elas, incompatíveis com os regulamentos da União Europeia e cuja satisfação implicava a ruptura efectiva com todas as obrigações da União Europeia. Foi isso que todas as componentes da sua direcção se recusaram a fazer. O que equivalia a deixar a iniciativa a todas as forças interessadas em pôr em causa a decisão tomada em junho de 2016, permitindo aos círculos reaccionários que se tinham pronunciado pelo Brexit e à extrema-direita aparecerem como únicos defensores do Brexit.

Esta política encontrou expressão nos recentes congressos da confederação sindical e do Labour Party. Quando do referendo de 2016, as cúpulas das maiores organizações sindicais britânicas, haviam apelado, em colaboração com a CES, a votar *Remain*. Foram desautorizadas pelos sindicalizados. O que não as impediu, porém, de recidivar, no último congresso, em que adoptaram o princípio de um segundo referendo sobre o acordo que o actual governo conservador viesse eventualmente a celebrar com a União Europeia.

Ainda antes do congresso, a secretária geral, Frances O'Grady, apelara, em comunicado conjunto com a Confederação Europeia dos Sindicatos e com o representante da associação europeia dos empregadores, a ficar no mercado único. Na prática, a não sair da União Europeia. Na declaração preliminar feita à abertura do congresso, pronunciou-se por um segundo referendo. As cúpulas dos maiores sindicatos da confederação, que, pelos mandatos de que são portadoras e que usam a seu bel-prazer, dispõem de peso decisivo no congresso, pronunciaram-se em tal sentido. Só o sindicato dos trabalhadores ferroviários e dos transportes marítimos (RMT) apelou a votar contra a declaração preliminar, especificando que o mercado único é a União Europeia e que, nesse quadro, seria impossível renacionalizar os caminhos de ferro.

No congresso do Labour Party, foi votado por braço no ar sem verdadeiro debate uma moção saída de um acordo entre as diferentes componentes da direcção. A declaração reza assim: “*Este congresso considera que necessitamos de uma relação com a União Europeia que garanta a participação plena no mercado único.*” Como então salientava Fawzy Ibrahim, responsável dos Sindicalistas contra a União Europeia, “*as regras do mercado único não permitem ajudas governamentais nem renacionalizações*”. Conforme pontificava o grande diário britânico Financial Times (15 de julho), “*Theresa May propõe a aplicação de todas as regras da União Europeia*”. Forçoso é averbar que a direcção do Labour Party se situa no mesmo quadro.

A mesma moção assegura que, “*a rejeitar o Parlamento um acordo celebrado pelo governo conservador, ou à falta de tal acordo, a melhor solução para o país seriam eleições gerais imediatas que pudessem correr com os conservadores do poder. Se não conseguirmos novas eleições gerais, o Labour Party*

*terá que apoiar todas as opções em aberto, incluindo fazer campanha por outro referendo.*” Com esta resolução, o Labour Party abre caminho a um novo referendo, que não pode significar outra coisa que não seja pôr em causa a decisão soberana dos eleitores britânicos de junho de 2016. A imprensa internacional bem o percebeu. O diário francês *Les Echos* (28 de setembro de 2018) observava: “*Os trabalhistas não excluem uma nova votação sobre o Brexit, dando corpo, pela primeira vez, ao projecto que é há meses o fantasma de alguns remainers.*” Conforme disse um representante da corrente que, dentro do Labour Party, se pronuncia pela reafiliação na União Europeia: “*Este congresso ficará nos anais como aquele em que o Labour Party içou no seu mastro a bandeira da União Europeia.*”

Nesta base podem hoje certos responsáveis do Labour Party afirmar, sem serem desmentidos, que o Brexit não é uma fatalidade e que é possível sair do impasse organizando outro referendo para ficar na União Europeia.

### Hora das inverdades

Instaurou-se, então, um clima que recorda a “novilingua” de Orwell, em que paz significa guerra, terror significa democracia, etc. Passou-se a dizer correntemente que ser “internacionalista” é defender a União Europeia, quando esta, organicamente ligada à NATO, faz parte integrante de todas as agressões imperialistas perpetradas no mundo e é uma máquina de guerra contra as conquistas e direitos de todas as classes operárias da Europa. Enquanto os governos e instituições da União Europeia organizam a caça aos imigrantes, pretende-se que, para defender os trabalhadores imigrantes, é preciso apoiar a União Europeia. Garante-se que os trabalhadores britânicos não se devem “separar” do seus irmãos dos outros países da Europa e que, para isso, é preciso ficar na União Europeia, quando a fraternidade com os trabalhadores da Europa só se pode, pelo contrário, afirmar na luta comum contra a União Europeia. Se estas inverdades podem ser despejadas com tanta facilidade, é porque beneficiam da caução dada pela direcção do Labour Party na sua totalidade. Foi, na verdade, Jeremy Corbyn quem justificou a sua posição a favor do voto *Remain* com a afirmação de que “*a União Europeia tem protegido os trabalhadores, trazido emprego e investimento à economia*” (*Le Monde* de 14 de abril de 2016).

O clima assim criado propiciou a manifestação de 20 de outubro, encabeçada por dirigentes Labour Party à mistura com responsáveis do Partido Conservador e do Partido Liberal. Esta manifestação de união nacional pela União Europeia caracterizou-se, como reconhece o jornal francês *Le Monde* — não sem um certo desprezo — pela ausência do “povinho”. O que equivale a reconhecer que trabalhadores, jovens, desempregados e habitantes das regiões devastadas pela desindustrialização, que quem tinha estado à cabeça do movimento pela ruptura com a União Europeia não desistiu nem mudou de opinião.

As trombetas da propaganda não nos podem fazer esquecer o essencial. Recordou-o, por ocasião do congresso do Labour, uma militante operária filiada no sindicato dos operários padeiros, Sarah Wooley, declarando: “É um insulto pretender que os direitos dos trabalhadores são protegidos pela União Europeia.” Num referendo inventado para reforçá-la, a rejeição da União Europeia afirmou-se como mais elevada expressão política do movimento da classe operária. Se, nesse sentido, o resultado do referendo de 23 de junho não era dado adquirido e constituiu um choque para quem o organizou, nada nele é, todavia, surpreendente ou inesperado: pelo contrário, o referendo reflecte, ao mais alto nível — e num terreno que não foi a classe operária a escolher — uma série de lutas travadas nos anos que o precederam e a profunda crise que essas lutas tinham trazido ao modo de dominação da burguesia britânica. As eleições legislativas de 2010 tinham levado ao poder o Partido Conservador, sucedendo a Tony Blair e ao New Labour. O Labour Party perdeu, nessas eleições, 4,5 milhões de votos em comparação com a eleição que levava Blair ao poder. Logo em dezembro de 2010, o governo adoptou uma nova bateria de medidas de austeridade na continuidade da política de Blair. O papel desta fora, à uma, ameaçar o Labour Party na sua própria existência e criar condições para um governo conservador que levasse a cabo uma política anti-operária e anti-democrática coincidente com as necessidades da União Europeia. A resistência da classe operária manifesta-se logo no início do ano de 2011: no dia 26 de março, 400.000 manifestantes juntam-se em Londres contra as medidas de austeridade do governo Cameron, que se vê obrigado a adiar a reforma — a destruição, portanto — do serviço de saúde (NHS). Em 30 de novembro do mesmo ano, há dois milhões de funcionários em greve.

### A vontade de acabar com tudo o que ficou ligado ao período Blair

As particularidades da história do movimento operário britânico e da sua organização (que se focarão mais abaixo neste artigo) levam a que, politicamente, esta resistência determinada da classe operária se manifeste acima de tudo numa vontade de reconquista do Labour Party, acarretando um reforço deste, reanimando a vida política nas suas instâncias e trazendo para a ordem do dia uma plataforma política baseada nas reivindicações da classe operária, o que equivalia a romper com a era Blair. Deu-se, da parte dos militantes, uma rejeição de todos aqueles que estavam associados à direcção Blair. Assim se explica o êxito de Corbyn em 2015, conhecido pela sua constante oposição, por ter votado no Parlamento contra as medidas anti-operárias — mesmo as tomadas pelos governos do Labour Party — e contra a guerra. O que não quer dizer, porém, que os fenómenos globais decorrentes da decomposição imperialista e de ameaça às instituições operárias enquanto tais não tenham tido expressão na Grã-Bretanha. Não houve “Occupy” nem houve “Podemos”, mas forças do mesmo género afirmaram-se à cabeça do próprio Labour Party, nomeadamente

através da formação da corrente “Momentum”, alguns elementos da qual reclamam à uma a necessidade de uma “nova direcção” e de ficar na União Europeia, que haveria que democratizar. Foi nesse contexto que, quando da abertura do congresso do Labour Party, alguns participantes clamavam: “De Corbyn gostamos, do Brexit, não”.

Assim, em setembro de 2015, como fruto deste processo contraditório, Jeremy Corbyn foi eleito chefe do partido contra a vontade do aparelho dirigente<sup>(1)</sup>.

A acção da classe operária aprofunda a crise de todas as componentes e de todas as instituições do poder capitalista na Grã-Bretanha. Uma crise que se enquadra no processo de desarticulação de toda a Europa de Maastricht e que, no caso da Grã-Bretanha, ameaça instituições seculares que tinham até então resistido a todas as reviravoltas<sup>(2)</sup>. Crise que se abate igualmente sobre o aparelho dirigente do movimento operário. No caso do Labour Party, ela reflecte-se na vitória de Corbyn, eleito com base na sua condenação de Blair e de tudo o que ele representava, no seu compromisso — se o Labour Party aceder ao governo — de pôr termo às políticas de austeridade, renacionalizar os caminhos de ferro, pôr termo à desregulamentação total e revogar a legislação anti-sindical. Que Corbyn não é quem o aparelho gostaria de ver no lugar de “chefe” é evidente. Logo a seguir ao referendo, a maioria da direcção do Labour Party — o seu Comité Executivo — e a maioria do grupo parlamentar (172 dos 230 deputados) adoptaram uma moção que desafiava Jeremy Corbyn. Isto não impediu que, em setembro de 2016, ele fosse reeleito com mais de 60% dos sufrágios<sup>(3)</sup>. Os militantes do Labour Party rejeitaram as aspirações do aparelho e de todos os nostálgicos do período Blair. O movimento de defesa de Corbyn, apesar da adesão deste à União Europeia, é tributário da vontade dos militantes e dos trabalhadores de correrem com os conservadores. Em nada implica, porém, uma submissão às posições políticas de Corbyn: pelo contrário, as tentativas do aparelho só podem ser quebradas pela expressão organizada de uma política independente, ditada unicamente pelos interesses da classe operária.

### O falso dilema

A crise aberta pelo voto de 23 de junho tem-se agravado sem parar. Theresa May provocou eleições antecipadas em 2017 no intuito de ampliar a base do seu governo. O resultado foi o oposto: o partido conservador deixou de ter maioria no parlamento.

Dentro do Labour Party, há quem queira fazer crer que o essencial, hoje, é que o Labour Party aceda ao governo através de eleições gerais que o favoreçam e que a questão do Brexit é uma diversão que divide as forças capazes de acabar com o governo conservador. A verdade é exactamente a oposta: com a sua atitude actual, a direcção do Labour Party põe em risco as suas possibilidades de vencer as próximas eleições, sacrificando-as à defesa da União Europeia.

Tenta-se fazer com que os trabalhadores britânicos aceitem que estão apanhados ao seguinte falso dilema: ou um governo do Labour Party acorrentado às instituições da União Europeia e incapaz de cumprir a

(1) O sentimento de vitória que os trabalhadores na altura tiveram foi, por exemplo, traduzido por John Sweeney, sindicalista e militante do Labour Party, hoje um dos signatários do apelo à concentração internacionalista de Estrasburgo, escrevendo, ao conhecer-se o resultado do referendo: “Os trabalhadores britânicos votaram pela saída da União Europeia para poderem reconquistar todos os seus direitos e regalias, que a União Europeia manda destruir.”

(2) O “chefe” do partido ocupa uma função institucional: é automaticamente primeiro-ministro se o seu partido for chamado a formar governo. Até lá, é oficialmente “chefe” da oposição de sua Majestade.

(3) Neste contexto, convém analisar o significado do referendo sobre a questão da independência realizado na Escócia em setembro de 2014. A continuação no Reino Unido venceu, mas o fundo da questão não reside nas reivindicações “nacionalistas” ou regionalistas, mas em quase metade dos eleitores — e a maioria dos jovens e dos assalariados — afirmarem claramente não verem nenhum futuro para eles na Grã-Bretanha tal como hoje constituída. Conforme escreveu na altura *The Guardian*, era um “repto” à ordem falida erguida por Margaret Thatcher e consolidada pelo New Labour de Blair. Este foi o repto que, à escala de toda a classe operária britânica, o voto *Leave* afirmou.

## ● ANÁLISE

>>> mínima promessa eleitoral, ou ruptura com a União Europeia cujo preço o governo conservador fará pagar aos trabalhadores. A realidade não é assim: a luta por um governo do Labour Party que ponha termo a anos de austeridade é inseparável da luta pelo respeito do mandato dado em 2016 pelo povo britânico. Abandonar esta reivindicação democrática elementar põe em causa a própria existência de um governo do Labour Party. No debate aberto pelo acordo celebrado entre Theresa May e a União Europeia, voltou a intervir pela primeira vez desde há muito tempo Blair, apelando a uma unidade “razoável” entre os partidários da União Europeia no Labour e os seus defensores no Partido Conservador. A direcção das Trade Unions repete que a participação na União Europeia é que é o garante da protecção do emprego e dos direitos dos trabalhadores!<sup>(4)</sup>

Pouco importam as considerações pessoais, a crença na habilidade táctica destes ou daqueles. Politicamente, os dados do problema não deixam ambiguidade. As principais forças apegadas à preservação da ordem estabelecida não podem aceitar que o povo britânico deixe de ser prisioneiro das regras da União Europeia. Estas são contrárias à satisfação das exigências e aspirações dos trabalhadores britânicos. Para os trabalhadores, a perspectiva de um governo do Labour Party só tem sentido na via da realização das suas reivindicações — o que exige romper com a União Europeia.

### A Grã-Bretanha, cadinho do capitalismo, cadinho do movimento operário

A Inglaterra foi, como se sabe, o cadinho do capitalismo. O capitalismo britânico assentou o seu poderio na industrialização, primeiramente a industrialização das ilhas britânicas. Durante todo o século XIX e até à primeira guerra mundial, foi a potência dominante do sistema capitalista à escala mundial, e foi no seu território que se constituiu o primeiro proletariado moderno. A organização da classe operária na luta contra a exploração é inseparável do facto de que, entretanto, os seus exploradores directos dominavam o mundo. Daí o poderio das suas organizações, mas, também, o poderem os seus dirigentes aceitar tão facilmente a ideia de que a exploração capitalista podia ser reduzida ou, até, eliminada por uma sucessão de reformas, posição essa alimentada pela capacidade da burguesia de fazer concessões, ao ponto de estas poderem parecer não ter limites. Como diz Trotsky em *Para Onde Vai a Inglaterra?*: “Enquanto a burguesia manteve em mãos recursos prodigiosos, graças à sua situação mundial”, ela pôde permitir-se “legalizar trade unions, abolir direitos sobre o trigo, aumentar salários, ampliar direitos eleitorais, aceitar reformas sociais”. Nessas condições se constituíram e desenvolveram, após o poderoso impulso dado pelo movimento cartista, as trade unions, e foi pela actividade destas que se veio a colocar a questão de uma representação política operária, de um partido, portanto. Conforme escreveu Trotsky na mesma obra: “Em nenhum outro país do mundo foi o carácter de classe do socialismo tão objectivamente revelado pela história, de maneira evidente, indiscutível, empírica, já que, ali, o partido operário nasceu das trade unions, portanto de uma organização de

classe dos assalariados.” Articula do seguinte modo a conclusão que daí tira, em artigo datado de 1935: “Fica a realidade de que, para uma organização revolucionária na Inglaterra, a sua atitude para com as massas e a classe coincide praticamente com a sua atitude para com o Labour Party, ele próprio assente nos sindicatos<sup>(5)</sup>.”

É também por esta razão que, nos primeiros anos da Internacional Comunista, ao passo que em toda a parte se colocava a questão da constituição de partidos comunistas separados das organizações social-democratas, Lenine recomendava aos comunistas britânicos que se batesses pela filiação da organização comunista britânica no Labour Party, visto este reunir todas as componentes da organização da classe operária enquanto tal. Esta particularidade histórica teve — e mantém — considerável importância. É ela que está por trás de o Labour Party ter continuado — fossem quais fossem as peripécias da sua história e as traições dos seus dirigentes — a ser o centro político do agrupamento da classe operária, na medida em que o partido se mantinha organicamente ligado à organização sindical e, portanto, à forma elementar e fundamental de agrupamento da classe operária em defesa dos seus interesses de classe. Os militantes da IV<sup>a</sup> Internacional têm defendido sempre esta posição de Lenine e Trotsky, razão por que sempre viram no Labour Party o campo de batalha da luta política pela independência da classe operária em relação aos aparelhos subordinados à ordem burguesa.

Do mesmo passo, porém, foi na Grã-Bretanha — acentuando-se qualitativamente, ao transformar-se o capitalismo em capitalismo imperialista — que a experiência da colaboração de classes, de emergência de uma camada de “*lugar-tenentes operários da burguesia*” conheceu os seus primeiros desenvolvimentos e se foi aprofundando.

A particularidade do desenvolvimento da organização da classe operária na Grã-Bretanha explica que, nos anos mais recentes, a rejeição da política social-democrata de aceitação e acomodação aos planos imperialistas não tenha redundado no desmoronamento do Labour Party, mas, pelo contrário, na expressão dessa mesma rejeição dentro do partido através de uma mobilização dirigida à liquidação do blairismo e de tudo o que lhe estava associado. Quem quisesse lutar contra a austeridade, pela defesa dos seus direitos, contra as guerras perpetradas pela União Europeia e pela NATO, aderiu ao Labour Party para travar essa luta.

Essa especificidade das relações entre o Labour Party e o movimento global da classe operária em nada modifica, repita-se, o papel da camada dirigente deste partido, ligada ao aparelho dirigente dos sindicatos. Este aparelho, na Grã-Bretanha como no resto do mundo, constitui, na realidade, uma camada social específica, que tira o seu lugar do papel de intermediário entre a classe operária e a classe exploradora e o seu Estado, de que ela se serve para procurar manter a acção da classe operária em limites compatíveis com a preservação do Estado burguês. Este papel é particularmente claro no caso da Grã-Bretanha, onde a alternância entre o Labour Party e o Partido Conservador tem dimensão institucional. A maneira em

(4) Foi Tony Blair quem começou por modificar as regras de eleição do “chefe”, achando que conseguiria controlar melhor a eleição se desse mais espaço ao voto “individual”. Foi este sistema que se virou contra ele, explicando contudo, também, que muitos dos que votaram em Corbyn não fossem representantes da base operária e militante do partido, ligada aos sindicatos, mas de elementos que ideologicamente se aproximam dos adeptos do Podemos ou de formações do mesmo género.

(5) *L'ILP et la IVe Internationale*, (artigo de 18 de setembro de 1935, *Œuvres*, EDI, tomo VI, página 232).



que Trotsky punha, em 1935, a questão da luta por um governo do Labour Party ilumina perfeitamente este ponto. Realça ele que, “em Inglaterra, por exemplo, a unidade orgânica da classe operária existe há muito tempo” (o tipo de laço que existe entre os sindicatos e o Labour Party faz, portanto, como mais acima se repetiu, com que a classe operária seja globalmente representada pelo Labour Party). Trotsky acrescenta: “Ela (a unidade orgânica) implica, porém, do mesmo passo, a unidade política com a burguesia imperialista. O traidor McDonald tem assento no governo conservador de Baldwin; o patriota pacifista Henderson representou, até ao fim dos seus dias, o governo conservador junto da Sociedade das Nações (SDN); o Major Attlee, o novo chefe do Labour Party, é pelas sanções imperialistas decididas pela SDN, ditadas pela Bolsa de Londres...”<sup>(6)</sup>

Têm os dirigentes oficiais do movimento operário britânico de depois da segunda guerra mundial sido diferentes dos descritos por Trotsky? Pelo contrário, os governos do Labour Party que alternaram com os governos conservadores até ao de Blair, por muito que tenham sido levados ao poder em consequência de mobilizações das massas exploradas e tido, por vezes, que satisfazer algumas das reivindicações destas, levaram sempre a cabo políticas em consonância com as necessidades do Estado burguês na Grã-Bretanha (respeitando sem falhas, nomeadamente, a instituição monárquica). Foram manifestação disso o constante apoio ao alinhamento pelo imperialismo americano (NATO) e pela defesa do colonialismo britânico (Índia, Quênia, Irlanda, etc.). No terreno da luta de classes nacional, as sucessivas direcções do Labour Party e das Trade Unions têm procurado constantemente, não, embora, sem contradições e crises, subordinar a acção da classe operária aos limites prescritos pelo bom funcionamento do sistema capitalista. Dizê-lo não é o mesmo que negar a profundidade da crise que hoje abala este aparelho, não é o mesmo que pretender que todos os elementos que a constituem são idênticos, nem é o mesmo que rejeitar à partida rupturas de que a classe operária se possa servir; dizê-lo é, sim, compreender a sua dinâmica e perceber que só uma política independente pode usar o desenvolvimento da crise por conta dos interesses da classe operária.

A contradição cristaliza-se hoje à volta da questão da União Europeia. Não é por acaso. A ruptura efectiva com a União Europeia abre, com efeito, uma brecha na própria ordem capitalista, e um governo que enverede por esse caminho ameaça os próprios limites da ordem burguesa no seu país. Foi diante desta realidade que, no caso da Grécia, Tsipras capitulou. Sabe-se o que se seguiu. Sem querer identificar as duas situações, o movimento operário na Grã-Bretanha chegou hoje à mesma encruzilhada.

### Ruptura efectiva com a União Europeia, condição para romper com a burguesia

Para o povo trabalhador da Grã-Bretanha, a marcha para um governo operário, um governo que rompa, portanto, com a ordem da exploração, que comece a tomar medidas urgentes que correspondam às necessidades de simples sobrevivência e às aspirações mais prementes da classe operária e de todos os

explorados e oprimidos, encontra expressão na reivindicação de formação de um governo do Labour Party. É esta a razão por que a IVª Internacional sempre tem apoiado, incondicionalmente, esta reivindicação. Fá-lo explicitamente, como passo na via da formação de um governo operário — no sentido em que, pela fórmula de “governo operário e camponês”, a Internacional Comunista de Lenine e Trotsky o levantava nos anos que se seguiram à revolução russa.

Nas condições de crise generalizada do capitalismo de hoje, esta questão coloca-se através da exigência de eleições gerais imediatas e de formação de um governo do Labour Party.

Como o atestam, apesar do alvoroço com as declarações “pró-Europeias”, as reacções dos quadros sindicais ligados à classe e de muitos militantes operários, esta perspectiva é indissociável da ruptura com a União Europeia.

“Por um governo do Labour Party! Pelo respeito do mandato dado pelo povo britânico: ruptura total com a União Europeia.”

Estes dois objectivos são inseparáveis. É para os conseguir que hoje, na Grã-Bretanha, os militantes da IVª Internacional se baterão ao lado de todos os que os partilham.

Como, ao conhecer-se o resultado do referendo, afirmavam os militantes e trabalhadores que se agruparam dentro do Labour Party e dos sindicatos pelo voto *leave* como voto conforme aos interesses dos trabalhadores:

“A decisão democrática tomada pelo povo deste país é uma vitória das enfermeiras, dos ferroviários, dos dois milhões de jovens e trabalhadores a contratos de zero horas, bem como de todos os consideram dever defender os seus direitos.”

O movimento operário ficou dividido. A questão, agora, não é recuar ao passado, mas ir para diante (...). As principais reivindicações da classe operária são:

- Acabar com a precarização, os contratos de zero horas e os salários de miséria. Os contratos de trabalho e os salários têm que ser regulamentados pelos acordos colectivos.

- Abertura das fronteiras aos trabalhadores migrantes, com igualdade de direitos.

- Saindo da UE, nós dissemos não às pretensas regras orçamentais. É mais do que tempo de travar a fundo a destruição-privatização do sistema de saúde e do ensino.

- É mais do que tempo de travar a fundo as escandalosas despesas armamentistas. É tempo de o Reino Unido sair da NATO e deixar de participar nas várias agressões e aventuras militares.

- O caminho de ferro, os correios e a energia têm de voltar a ser serviços públicos.

Que tipo de governo pode levar a cabo estas medidas?

Um governo do Labour Party apoiado pelos sindicatos. Um governo do Labour Party que leve à prática o mandato dado pelo povo no dia 23 de junho passado, um governo do Labour Party que se comprometa a satisfazer as reivindicações da classe operária.”

Estas linhas são mais actuais do que nunca. ●

(6) *La jeunesse socialiste à la croisée des chemins*, (Euvre, EDI, tomo VII, página 94). As personalidades políticas nomeadas neste extracto são: Stanley Baldwin (1867-1947), chefe do Partido Conservador, várias vezes primeiro-ministro, nomeadamente na altura da greve geral de 1926; Ramsey MacDonald, chefe do Labour Party a partir de 1922 e ministro no governo de união nacional de 1931; Arthur Henderson, um dos dirigentes do Labour Party, ministro no governo de união nacional, mais tarde presidente da conferência de Genebra pelo desarmamento, prémio Nobel da paz em 1934; Clement Attlee, chefe do Labour Party em 1935 e primeiro-ministro do governo do Labour Party a seguir à segunda guerra mundial, de 1945 a 1951.

# Devemos Ser Ambientalistas? Os Marxistas e o Ambiente

Este foi o título que encimou a publicação e difusão, em vários centenas de exemplares, de uma pequena brochura por militantes de juventude da secção francesa da IV<sup>a</sup> Internacional (Tendência Comunista Internacionalista). A brochura reproduz a exposição apresentada pelo camarada Daniel Gluckstein ao acampamento de jovens organizado no final do mês de agosto na região de Paris. A redacção d'*A Internacional* decidiu publicá-la, apresentando-a à reflexão dos seus leitores (os sub-títulos são da redacção d'*A Internacional*).

## A contra-corrente das ideias feitas

**P**ode ser, é até provável, que o que vos vou dizer choque alguns. Mas é de propósito. A ideia é propor-vos um ponto de vista que, em muitos aspectos, vai ao arripio das ideias aceites e geralmente comungadas. Sei bem que vocês têm a pouca sorte de ser a geração que se embebeu de ambientalismo com o leite do biberão. Que, no liceu, teve aulas sobre desenvolvimento “sustentável”, apresentado como dado intangível e indiscutível. Assim é que, praticamente, me vou ver obrigado a proferir coisas que vos vão parecer contraditórias, mas ponho-as à discussão.

Para começar, parece-me que é preciso conferir definições. O que é isso de ecologia? A ecologia é uma disciplina científica, aparecida em meados do século XIX, com um domínio bem definido: a relação entre os seres vivos e o seu ambiente. Mais nada. É, portanto, um ramo do tronco da ciência, como tantos outros. Sendo assim, não se percebe bem em que é que ser “ecologista” ou “ambientalista” há-de ser uma caracterização política. É-se ecologista como se é matemático, biólogo ou físico. Regista-se, por conseguinte, neste caso, um desvio de vocabulário — que merece uma reflexão.

Mais exacto será dizer que há gente, grupos e correntes que afirmam uma filiação no campo da “política ambientalista”. Isto já tem o mérito de se distinguir do ramo da ciência que há pouco evoquei. Mesmo assim, exige uma reflexão. Como que é que há-de poder haver uma corrente política chamada “ecologista” ou “ambientalista”? Volto ao exemplo que usei: é como se existisse uma corrente política que se definisse como “política biológica” ou “política matemática”. Não seria fácil defini-las. “Política ambientalista”, pela mesma razão, não quer dizer nada.

Ora, apesar disso, há uma corrente política que ostenta esse nome. Convém, pois, desde logo, interrogar-se sobre o significado de tal nome. No entanto, antes de passar a examinar esse significado e porquê nós, marxistas, nos sentimos obrigados a considerar esta corrente política como profundamente reaccionária, queria começar por discutir questões de fundo. Não a corrente política, mas a questão da relação entre a humanidade e o seu ambiente. Começar por responder a uma questão de fundo que é fonte de legítima inquietação: haverá uma ameaça à humanidade e ao seu ambiente? Haverá razões para estarmos preocupados? Ou estaremos, pelo contrário, diante de problemas inventados de cabo a rabo?

## Impende uma ameaça sobre a humanidade e o seu ambiente

Eu diria, desde logo, que o problema é real: a humanidade e o seu ambiente estão ameaçados, gravemente mesmo. O que não quer dizer que se possa tratar este assunto de qualquer maneira e dar-lhe uma resposta qualquer.

O problema da relação entre a humanidade e o seu ambiente não é novo, é tão velho como a própria humanidade. Está entre os problemas que existem “desde a noite dos tempos”, mas que, na época do capitalismo, assumem contornos e formas diferentes. Analogamente — foi a discussão que tivemos ontem — pode-se dizer que, embora a questão da opressão das mulheres seja tão antiga como a existência de homens e mulheres, ela assume formas particulares na época do capitalismo e exige respostas particulares. Passa-se a mesma coisa com as relações entre a humanidade e o seu ambiente.

Para quem, entre nós, é militante da IV<sup>a</sup> Internacional (que é quem organiza este acampamento), que objectivo temos nós? Temos o objectivo de libertar a humanidade das cadeias da exploração e da opressão, de acabar com o sistema de exploração que empurra a humanidade para a sua perda.

Ora, o que é a humanidade? Não é uma abstracção. A humanidade é o lento processo de uma espécie animal que, ao longo de centenas de milhares de anos, se foi içando acima das outras espécies animais e, gradualmente, ganhando um ascendente sobre as outras espécies, procurou dominar cada vez mais a natureza que a rodeava e pô-la ao seu serviço. A humanidade é isto. A civilização humana não é mais do que isto. Entre os nossos antepassados apenas saídos do reino simiesco e nós há toda esta lenta evolução que fez com que milhares de gerações, mais até, sem dúvida, fossem gradualmente dominando cada vez mais o seu ambiente — a natureza —, pondo-a ao seu serviço, conseguindo que esse domínio da natureza resultasse num desenvolvimento prodigioso da ciência e da técnica, aquilo a que se chama o “desenvolvimento das forças produtivas”. É por isso que a humanidade de hoje é capaz de produzir meios de

subsistência que tiram proveito de um desenvolvimento fantástico das ciências e das técnicas, que os nossos antepassados de há alguns milhares ou centenas de milhares de anos seriam incapazes de imaginar.

Todo este processo (evocado rapidamente) pelo qual a civilização humana se tem elevado acima do seu ambiente natural está hoje ameaçado. Ameaçado, porque a sobrevivência do sistema capitalista, sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção, tem — por razões que deixo para mais tarde — consequências destrutivas em numerosos domínios, a ponto de ameaçar a existência da humanidade e, portanto, indissociavelmente, o seu ambiente.

### Têm os marxistas ignorado a questão do ambiente da humanidade?

Neste sentido, o processo é real. Não há nada de artificial em dizer: cuidado, a humanidade e o seu ambiente estão ameaçados. Estão-no. Só que isso não resolve a questão de saber como enfrentar a ameaça.

É, pois, preciso começar logo por descartar uma ideia falsa, espalhada por muita gente: a de que os marxistas ignoram os problemas levantados pela sobrevivência da humanidade e do seu ambiente. De maneira nenhuma. Os marxistas não ficaram à espera dos pretensos “partidos ambientalistas” para encarar estes problemas. Podiam dar-se numerosos exemplos. Eu selecionei alguns para que vocês possam verificar por vós próprios.

Por exemplo, no *Capital*, Marx escreve: “A produção capitalista, com a sempre crescente preponderância da população das cidades que amontoa nos grandes centros, se acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, destrói, por outro lado, o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, a restituição à terra dos componentes desta consumidos pelo homem na forma de alimento e vestuário, eterna condição natural para a fertilidade duradoura dos solos. Destrói, assim, do mesmo passo, a saúde física dos operários urbanos e a vida intelectual dos trabalhadores rurais. (...) Cada progresso da agricultura capitalista é não só progresso na arte de espoliar o trabalhador, mas também na arte de espoliar o solo; cada progresso no incrementar a fertilidade do solo por um tempo dado, é um progresso simultâneo para a ruína das fontes duradouras dessa fertilidade (...). A produção capitalista só desenvolve, portanto, a técnica e a combinação do processo de produção social, esgotando, na passada, os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”<sup>(1)</sup>. Marx tinha, assim, uma posição clara: o desenvolvimento do capitalismo, subtraindo o desenvolvimento a quaisquer rédeas, esgota tanto a principal força produtiva — o homem — como a terra.

Engels, que, como sabem, contribuiu amplamente para os trabalhos de Marx, escreve no *Anti-Dühring*: “o próprio homem é um produto da natureza, que se desenvolveu no seu ambiente e com o seu ambiente”<sup>(2)</sup>.

Para os marxistas, é, por conseguinte, impossível opor “natureza” a “homem”, ou dissociá-los.

Dizer: preocupamo-nos com o futuro da humanidade, a natureza não nos interessa — é absurdo. Desistindo de dominar a natureza, a humanidade condenar-se-ia a desaparecer. Concretamente, se deixamos de ser capazes de tirar da natureza, no

mínimo, recursos alimentares, desaparecemos.

Em sentido inverso, porém, os marxistas contestam que se tente opor preservação da natureza a preservação da humanidade e fazer da primeira algo que valha por si só.

Escreve Engels na *Dialéctica da Natureza*, obra notável que mantém actualidade, ainda que se baseie em dados científicos hoje parcialmente ultrapassados, redigida que foi há 150 anos: “O animal apenas *usa* a natureza exterior, nela causando alterações pela sua simples presença; o homem põe-na ao serviço dos seus fins através das suas alterações, *domina-a* (...). Não nos deslumbremos, contudo, demasiado com as nossas vitórias humanas sobre a natureza. Ela vingá-se em nós de cada uma dessas vitórias.”<sup>(3)</sup>. De cada vez, pois, que o homem consegue dominar a natureza, há um coice, um efeito de bumerangue, e é preciso aguentar as consequências. Engels elucida: “Embora cada uma delas tenha, em primeira instância, as consequências com que contávamos, em segunda e terceira instância produz efeitos muito diferentes, imprevistos, que quantas vezes acabam por desfazer aquelas primeiras consequências.”<sup>(4)</sup> Diz ele, portanto: cuidado, que quando o homem domina a natureza — se, por exemplo, concretamente, eu arrancar à natureza uma série de elementos que quero consumir, — isso permite-me alimentar-me, mas tem consequências que eu não controlo e cujo ricochete me pode rebentar na cara. Se eu esgotar, por exemplo, esses recursos naturais, no ano seguinte, ou na geração seguinte, já não serei capaz de ir buscar à natureza aquilo de que necessito.

E Engels, de quem não se pode propriamente dizer que fosse um “verde”, acrescenta: “A cada passo somos recordados de como em nada o nosso domínio da natureza se assemelha ao de um conquistador que domina um povo estrangeiro, o de alguém que está de fora da natureza; antes lhe pertencemos em carne, sangue e cérebro e estamos no seu seio. Toda o nosso domínio dela consiste em podermos — prerrogativa que nos põe à frente de todas as outras criaturas — conhecer as suas leis e aplicá-las com critério.”<sup>(5)</sup>.

### O capitalismo opõe-se a que a humanidade se sirva da natureza “com critério”

“Com critério” diz tudo. Como veremos, o capitalismo, pela sua parte, opõe-se a que o homem se sirva da natureza com critério.

Convém, pois, ter presente que Marx, Engels, os marxistas em geral, nunca ignoraram o problema do futuro da humanidade (incluindo o do seu ambiente), tendo, sem dúvida, sido até a primeira corrente política a articulá-lo num só movimento indissolavelmente ligado. Nem, inversamente, ignoraram que o capitalismo ameaça a humanidade (incluindo o seu ambiente).

Importa, pois, clareza na avaliação que fazemos: o capitalismo (de que vocês falaram ontem e esta manhã com base em duas exposições anteriores) chegou a um estágio, o do imperialismo, em que ameaça a existência da humanidade, a inteira civilização humana, em todos os domínios. Guerras extremas, armamento nuclear,

(1) Karl Marx, *O Capital*, Livro I, capítulo 15, “Maquinaria e Grande Indústria”.

(2) Friedrich Engels, *O Sr. Dühring Subverte a Ciência*, primeira parte, capítulo III, “Apriorismo”.

(3) Friedrich Engels, *Dialéctica da Natureza*, capítulo “O papel do trabalho na transformação do macaco em homem”.

(4) *Ibidem*.

(5) *Ibidem*.

## ● ANÁLISE

>>> política armamentista de modo geral, destruição de todas as conquistas dos trabalhadores e dos povos — instrução pública, segurança social, saúde pública, etc. Em suma, a dominante do capitalismo na época imperialista é o ser tanto capaz de produzir riquezas de maneira ilimitada, de modo incomparável com o passado, como de, do mesmo passo, destruir forças produtivas em massa, especialmente a principal das forças produtivas, a força de trabalho do proletário, cujo valor compromete em todos os domínios. Aqui se enquadra a destruição do ambiente.

O que nós contestamos é que se considere que a ameaça ao ambiente deva ser separada do resto, como coisa em si, exigindo acção diferente do resto. A nosso ver, isto é completamente errado e leva a conclusões extremamente retrógradas. É a humanidade no seu conjunto que se encontra ameaçada, em tudo o que a informa, incluindo o seu ambiente. É evidente que os fenómenos de poluição maciça, química, nuclear ou outra qualquer, fazem parte da decomposição generalizada que ameaça a essência mesma da humanidade.

Mais é preciso dizer quais são as suas raízes e que tipo de medidas e acções são necessárias para contrariá-la.

Esta observação reforça, para nós, militantes da IV<sup>a</sup> Internacional, a convicção de que o que está ameaçado é a existência da própria humanidade. O programa da IV<sup>a</sup> Internacional refere que, sem vitória a curto prazo (à escala histórica) da classe operária, toda a civilização humana fica ameaçada de desaparecimento. Poder-se-ia ilustrá-lo com milhares de exemplos.

O jornal *Le Monde* consagrou, há três dias, uma reportagem de duas páginas à situação dos Rohingya, populações de origem muçulmana expulsas da Birmânia, obrigadas a refugiar-se no Bangladesh, onde não recebem grande acolhimento... As condições em que dezenas de milhares de mulheres são sistematicamente violadas pelo exército oficial da Birmânia, dirigido por um primeiro-ministro que recebeu o Prémio Nobel da Paz, são demenciais. É do domínio público, narra-o *Le Monde*. Porventura vos passarà pela cabeça: em que grau de barbárie caímos?

### A crise da humanidade exige acabar com o capitalismo

É um exemplo entre incontáveis outros. A crise da humanidade resulta directamente da decomposição e sobrevivência do capitalismo. Ela exige que se ponha termo ao capitalismo, levantando, portanto, o problema da classe operária, do seu movimento e da direcção da classe operária, logo, da construção de um partido revolucionário. Isto faz parte da discussão global que aqui se está fazendo.

Os problemas das relações entre a humanidade e o seu ambiente convergem, a nosso ver, para a mesma conclusão.

Porque nos achamos nesta situação? Escreve Engels na *Dialéctica da Natureza*: “*Todos os modos de produção precedentes visavam apenas a obtenção do efeito útil mais imediato, mais directo, do trabalho.*” É um facto: fosse qual fosse o modo de produção, o que interessava era o resultado imediato. Prossegue Engels:

“*Descuravam-se completamente as demais consequências, as que só se manifestariam mais tarde por repetição gradual e por acumulação.*”<sup>(6)</sup>. Dá o exemplo da Mesopotâmia na época em que se começaram a arrotear terras: quem arroteava não contemplava o problema do esgotamento das terras e das consequências longínquas disso. No dia em que as terras se esgotaram, mudaram-se para outro local. Compreende-se: o ser humano, como qualquer outro animal, guiava-se primeiro, e antes de mais nada, pela sobrevivência. Se era caçador de coelhos e dava com coelhos, não contemplava o problema de saber se depois sobrariam alguns, pois já ficava bem contente por, para já, não morrer de fome.

Acrescenta Engels: “*Todas as formas de produção superiores avançaram para a separação da população em classes distintas e, em consequência, para a oposição entre classes dominantes e classes oprimidas; ora, disto resultou que o interesse da classe dominante passasse a ser o motor da produção. Esta realidade assume a sua forma mais completa no modo de produção capitalista actualmente dominante na Europa Ocidental. Os capitalistas individuais que dominam a produção e a troca só se podem preocupar com o efeito útil mais imediato das suas acções. Mais: até esse efeito útil acaba por se eclipsar completamente, tornando-se o lucro a conseguir na venda em única mola propulsora.*”<sup>(7)</sup>. Se sou capitalista, interessa-me saber se a minha acção, portanto o meu investimento, me irá trazer lucro. Não tenho mais nenhuma preocupação a não ser se tal capital me vai dar tanto lucro. Engels explica: “*Produzindo e comerciando capitalistas individuais para obter um lucro imediato, essencialmente só os resultados mais imediatos podem ser levados em conta. Desde que venda com o lucrozinho habitual a mercadoria fabricada ou comprada, o fabricante ou comerciante individual fica satisfeito, e pouco lhe importa o que acontece à mercadoria ou ao comprador: Tão-pouco lhe importam os efeitos naturais dessas mesmas acções. Aos plantadores espanhóis que, em Cuba, incendiaram as encostas, encontrando nas cinzas adubo suficiente para uma geração de cafeeiros de alta rendibilidade, que mais dava que, depois disso, as chuvadas tropicais arrastassem a camada superficial do solo, assim desprotegida, deixando atrás apenas rocha nua?*”<sup>(8)</sup>. Não era problema deles, o problema deles era: irei produzir café suficiente e tirar lucro suficiente de uma geração de árvores? Depois? Como dizia Luís XV, “*depois de mim, o dilúvio*”. Engels é inspirado por uma reflexão de carácter mais geral: “*Tanto para com a natureza como para com a sociedade, com o actual modo de produção, essencialmente só o primeiro, o mais tangível resultado entra em linha de conta*”<sup>(9)</sup>.

É esta a resposta à pergunta: porque nos encontramos em tal situação? A sociedade está organizada com base num princípio fundamental intangível: o direito imprescritível do capitalista a realizar lucro, explorando tanto a força de trabalho do proletário como a natureza, no único propósito de extrair lucro. Ele preocupa-se exclusivamente com o seu interesse imediato. Por definição, as consequências a médio e longo prazo não o preocupam. Assim é, igualmente, no plano económico. O capitalista que se

(6) *Ibidem*.

(7) *Ibidem*.

(8) *Ibidem*.

(9) *Ibidem*.

lança num ramo da indústria procura saber se vai conseguir lucro imediato. Que os outros saiam arruinados não é problema dele.

Esta explosão desenfreada e totalmente anárquica da produção capitalista tem consequências demenciais no plano ambiental. Dos bairros das grandes cidades da América Latina em que as pessoas vivem em cima de montes de imundícies à catástrofe da fábrica química de Bhopal<sup>(10)</sup> na Índia, a Seveso<sup>(11)</sup>... o que conta é o lucro imediato.

### É possível organizar a sociedade de maneira diferente?

Uma questão política se põe; é a seguinte: será possível organizar a sociedade de maneira diferente, de tal maneira, que ela não se contente em concentrar-se, como diz Engels, no “efeito imediato”, no resultado imediato da produção? Será possível imaginar uma organização da sociedade, uma organização social capaz de levar em linha de conta não só as necessidades imediatas, mas as necessidades imediatas e as necessidades históricas da humanidade, o longo prazo?

A resposta a esta pergunta é que sim, é possível; mas em que condições? Na condição de a organização da sociedade não se basear na busca do lucro para alguns, mas na busca da satisfação das necessidades humanas no seu conjunto. Pondo a pergunta nestes termos, essa satisfação num sentido lato integra as necessidades imediatas da humanidade, mas também as necessidades no longo prazo, as das gerações vindouras, o que inclui tudo o que é necessário para preservar e desenvolver a espécie humana numa relação determinada com o seu ambiente.

Sim, é possível, mas pressupõe acabar com o regime de propriedade privada dos meios de produção, baseado no lucro. Exige pôr na ordem do dia a socialização dos meios de produção, a propriedade colectiva destes, a qual, partindo das necessidades da humanidade no seu conjunto, poderá responder a esta questão da relação com o ambiente. O que suscita o problema do poder da classe operária, dos conselhos operários, de uma revolução operária, pois só a classe operária tem interesse numa sociedade desembaraçada da busca do lucro. O que nos traz à necessidade do partido revolucionário.

É, a meu ver, por este caminho que convém demarcarmos claramente de todas as variantes de correntes políticas ditas ecologistas ou ambientalistas. Uma vez mais, este problema surgiu, na sua forma moderna, muito recentemente, à escala da história, há trinta, trinta e cinco anos. Muito antes de vocês nascerem, decerto, mas, à escala da história, pouca coisa. A política verde apareceu nos anos sessenta e setenta: de um dia para o outro, apareceu gente a decretar que “a natureza está em perigo, o problema é gravíssimo, ninguém deu por isto antes de nós, muito menos os marxistas, por isso é preciso fazer alguma coisa”.

A corrente política a que pertencemos não ignorou esta questão. Não é por uma questão ser instrumentalizada por más razões por alguns que se deve deixar de ter interesse nela e tentar dar-lhe respostas adequadas.

Gérard Bloch foi um militante trotskista — que morreu há trinta e um anos — e também um cientista de altíssimo nível. Preso pela polícia de Vichy em 1942,

foi condenado a doze anos de trabalhos forçados numa fortaleza no centro da França, sendo mais tarde transferido para as mãos dos nazis e deportado para Dachau. Libertado em 1944, retomou a sua actividade de militante trotskista até ao seu desaparecimento em 1987, não sem ter dedicado tempo e energia inigualados à publicação da biografia de Karl Marx por Franz Mehring (biografia que acaba de ser editada, na sua versão integral, em francês, e que apresentámos em *La Tribune des travailleurs*. Nela se encontram indicações preciosas sobre a vida e acção de Gérard Bloch).

### Um “Projecto de resolução sobre o ‘ambientalismo’” (1979) do nosso camarada Gérard Bloch

Em 1979, tirando partido da sua formação marxista e dos seus conhecimentos científicos, Gérard Bloch escreveu um projecto de resolução para o 23º congresso da secção francesa da IVª Internacional — que, nessa altura, se chamava OCI<sup>(12)</sup>, hoje TCI<sup>(13)</sup>, corrente do POID<sup>(14)</sup> —, intitulado “*Projecto de Resolução sobre o ‘Ambientalismo’*”. Nessa resolução, que é apaixonante e que seria útil reeditar, Gérard Bloch diz o seguinte: quanto mais se desenvolve a crise de agonia do capitalismo, a sua decomposição, mais aparecem movimentos que “*tomam a parte pelo todo*”. Que, portanto, isolam um problema, o problema do ambiente, do problema da crise da humanidade no seu conjunto, “*que separam um ou outro destes sintomas da crise da sociedade no seu conjunto, afirmam nele ver o problema essencial a resolver pela humanidade, independentemente da revolução socialista ou paralelamente a ela, tendendo, assim, a desviar a classe operária da sua luta de emancipação por se constituir em classe dominante, condição indispensável e exclusiva para a humanidade poder empreender a convalescença de todos os males acumulados pelo prolongamento da agonia da sociedade capitalista*”<sup>(15)</sup>. Explica ele: “*É, nomeadamente, o caso dos “ambientalistas”, que, no desperdício e destruição de recursos naturais operados pelo capitalismo (desperdício e destruição que, uma vez mais, os marxistas não contestam — NdR), que hoje, na sua época de decomposição, adquirem magnitude sem precedentes, julgam ver um problema novo, não previsto pelo marxismo (o que é falso — NdR), exigindo, por conseguinte, o seu abandono ou revisão. As diversas tendências “ambientalistas” têm em comum lobrigarem nos atentados ao meio ambiente e aos recursos naturais, que por vezes se dão ao ridículo de baptizarem “destruição da natureza”, um fenómeno independente do modo de produção, produto, antes, da “sociedade industrial” ou do desenvolvimento de novas técnicas.*” (16)

O que carece de esclarecimento é a questão política. Que querará dizer, em 1979 ou hoje, separar o objectivo de “salvar a natureza” do de salvar a humanidade ou a classe operária? Ou mesmo — uma variante — opor a salvação da natureza à salvação da humanidade? O que nos traz a uma questão a que não se pode fugir: quem domina o quê?

### Natureza abstracta, colocada acima da humanidade?

Há três respostas possíveis: a humanidade domina a >>>

(10) Explosão de uma fábrica de pesticidas, em 1984, que matou quase 25.000 pessoas.

(11) Propagação, em 1976, de uma nuvem de dioxina em Itália, a partir de uma fábrica química, que provocou numerosos cancros e malformações, o abate de 80.000 cabeças de gado e a poluição de solos e habitações.

(12) Organização Comunista Internacionalista.

(13) Tendência Comunista Internacionalista.

(14) Partido Operário Independente Democrático.

(15) Gérard Bloch, *Écrits*, tomo 2, “*Projet de résolution sur “l’écologie”*”.

(16) *Ibidem*.

## ● ANÁLISE

>>> natureza, a natureza domina a humanidade, ou está tudo empastado. Nesta matéria, é muita a confusão.

Antoine Waechter, que foi o candidato “ambientalista” às eleições presidenciais francesas em 1974, escreve o seguinte: “*Sanea-se de todos os discursos a palavra natureza, como se fosse indecente (...). O termo que se impôs foi “ambiente”, aparentemente mais credível (...). A escolha não é neutra. Etimologicamente, a palavra “ambiente” designa aquilo que rodeia; posta neste contexto, mais especificamente aquilo que rodeia a espécie humana* (correcto; é a razão por que os marxistas usam o termo “ambiente” — NdR). *Esta visão antropocêntrica (que enfurece Waechter e muitos dos seus amigos — NdR) está em consonância com o espírito da nossa civilização conquistadora, cuja referência exclusiva é o homem e cuja inteira acção tende ao domínio total da Terra (...). Esta concepção é um dos pontos de ruptura fundamentais com a filosofia ecologista, que apreende o ser humano como um organismo entre milhões de outros e considera que todas as formas de vida têm direito a existência autónoma*”<sup>(17)</sup>. Que isto é uma concepção, é; mas não é a nossa.

Engels diz: “*O homem pertence à natureza, são indissociáveis*”, mas pronuncia-se por que o homem domine a natureza (entendamo-nos: dizer que a humanidade domina a natureza não quer dizer que é necessário torturar os animais). Contudo, o domínio da natureza pelo homem é condição da existência e sobrevivência da humanidade.

Waechter opõe-se-lhe, para ele todos os organismos vivos são iguais em direito. É uma tendência que se vem desenvolvendo nos tempos que correm. Existe uma corrente política “anti-especista”, com “Cadernos Anti-Especistas”. Lá se encontram formas já presentes na literatura nazi<sup>(18)</sup>. A Greenpeace, organização ambientalista bem conhecida, escreve no seu jornal: “*Os sistemas de valor humanistas devem ser substituídos por valores supra-humanistas, que trazem toda a vida vegetal e animal para a esfera da consideração legal ou moral*”<sup>(19)</sup>.

Colocar uma natureza abstracta acima da humanidade é uma lógica diferente. A humanidade dominar a natureza — compreende-se o que isso quer dizer. A natureza dominar a humanidade é regressar aos períodos mais sombrios: não tendo o direito de arrancar um cereal para me alimentar nem comer carne ou peixe, nem tirar da madeira substância para me proteger... Ao fim de algum tempo, a espécie humana desaparece.

É necessário ter um ponto de vista claro nesta matéria: o domínio da natureza pelo homem é simplesmente o reflexo do desenvolvimento da civilização humana. Esse domínio escapa-lhe hoje por razões que se prendem com o capitalismo. Porém, a resposta não é a natureza dominar o homem.

Há uma categoria de política ambiental abertamente reaccionária, na qual se enquadram os adeptos do “anti-crescimento”, que entendem que a solução para o problema da humanidade é produzir menos e consumir menos, já que o problema estará em haver demasiado crescimento. Se houvesse menos produção, as coisas correriam melhor; a responsabilidade é da “sociedade industrial”. A isso respondem os marxistas: não, não é a sociedade industrial. É ela estar organizada segundo a lógica do lucro. Produzam-se um milhão de automóveis ou 100.000 automóveis, eles serão, assim como assim,

produzidos com o objectivo de dar e realizar lucro.

Estas teorias “anti-crescimento” não são novas. São a recuperação, com molho “moderno”, das teorias de um senhor chamado Malthus, do séc. XVIII, segundo o qual, para controlar o desenvolvimento da sociedade, era preciso reduzir a população ou, pelo menos, o seu crescimento em limites aceitáveis, função das possibilidades. É uma forma de malthusianismo económico: produz-se demais, se produzirmos menos, vai correr tudo melhor. Numa situação em que há já milhões de desempregados, em que milhares de milhões de pessoas não conseguem matar a fome, em que milhões de miúdos morrem todos os anos de sarampo por falta de vacinação, há-de-se produzir menos? Menos o quê? Vacinas, médicos? Não, é preciso produzir mais, mas segundo as necessidades da humanidade, não para o lucro. Produzir mais para que a humanidade viva ao abrigo da necessidade, o que não é hoje o caso de 90% da população.

Esta categoria de ambientalistas particularmente reaccionários não passa de uma variedade mística. Põem a natureza “acima” da humanidade. Como ninguém sabe muito bem o que é a “natureza”, é outra maneira de dizerem: ponho “deus” acima do homem. Por este caminho, tudo escapa à humanidade consciente, quem manda é a natureza (deus), a intervenção humana deixa de poder fazer grande coisa. O culto da “natureza”, em todas as suas formas, reduz-se à subordinação do homem à natureza.

### O que é o “eco-socialismo”?

Mais perniciosos e mais subtis são aqueles a que eu chamaria correntes “dualistas”. Por exemplo: os “eco-socialistas”. O termo foi inventado pelo NPA (Novo Partido Anti-Capitalista, francês) e recuperado por Mélenchon. Dizem eles que são ao mesmo tempo pelo socialismo e pela ecologia. É simpático, assim não precisam de se zangar com ninguém, topam a tudo. É, todavia, uma aparência enganadora. Ou isto são rótulos só para dar bom aspecto, e não interessam a ninguém, ou correspondem a um objectivo real.

O que é o socialismo? É uma sociedade norteada pela satisfação das necessidades humanas e que elimina todas as formas de lucro como motor da sociedade. As necessidades humanas passam também pela defesa do ambiente. Não há, portanto, “eco”-socialistas e socialistas não “eco”. Aparecer com o eco-socialismo faz supor que é necessário uma espécie de compromisso entre os dois. Nesta linha, olhe-se para o programa de Mélenchon. É um programa “topa-a-tudo”, o que é natural para quem quer ser presidente da República no âmbito das instituições e tem que tentar seduzir toda a gente.

Não se pode conciliar tudo. Ou é preciso ajudar a civilização humana a recuperar o domínio da natureza; ou então é preciso aceitar que a “natureza” leve a melhor sobre a espécie animal chamada homem. As duas ideias coexistem no programa de Mélenchon e não estorvam, porque estão em partes diferentes, o que tem por função atrair votos dê lá por onde der. Mas, para quem está à procura de uma política coerente, estorva. Há que dizer claramente que qualquer concessão ao ambientalismo político é perigosa. Deixem-me concluir, falando das consequências práticas desta discussão, dado que ela não é abstracta.

(17) Citado por Luc Ferry em *Le Nouvel Ordre écologique*.

(18) “No novo Reich, deixa de haver lugar para a crueldade para com os animais”: assim se pronunciou Adolph Hitler em discurso que inspirou a lei em matéria de protecção dos animais (“Tierschutzgesetz”) promulgada logo em novembro de 1933. Lei de 300 páginas com considerandos “filosóficos”, completada em julho de 1934 pela de limitação da caça (Reichsjagdgesetz) e, em julho de 1935, pela lei em matéria de protecção da natureza (Reichsnaturschutzgesetz), três leis ordenadas directamente pelo Führer e que levam a sua assinatura.

(19) *Chroniques*, abril de 1979.

Um grande perigo, actualmente, da maneira de tratar estes assuntos da política ambientalista é eles serem usados com um objectivo político imediato: a união nacional, ou o corporativismo. Vamos a um exemplo concreto. Para já, há um axioma indiscutível que parece que é obrigatório afirmar: há aquecimento climático. Ninguém tem o direito de discuti-lo, sob pena de excomunhão ou, se calhar, de fuzilamento.

Confesso que não tenho conhecimentos científicos específicos. Há muitos investigadores e cientistas que têm chegado à conclusão de que há uma tendência para o aquecimento do clima. Suponhamos que sim, que é certo. Uma vez isto dito, porém, ainda ficamos sem saber quais são as suas causas exactas, a magnitude, a trajectória, quais as consequências nocivas e o que se há-de fazer para as contrariar.

A vantagem de dizer “há aquecimento do clima” está em que ele é denunciado como “mal absoluto”, e, contra tal mal absoluto, deve-se fazer a união nacional. Foi assim que, em 2015, houve a cimeira da COP 21<sup>(20)</sup>, que toda a gente apoia (tirando Trump e certos lóbis do carvão e do petróleo, mas é marginal. Trump não é marginal, mas a oposição dele nesta matéria é marginal). Tirando ele, todos os governos do mundo, sejam de direita, de esquerda, ou do centro, dizem: viva a COP 21. E todos os partidos políticos dizem o mesmo.

O aquecimento do clima terá, pois, passado a ser o mal absoluto a combater. A COP 21 traçou a linha: manter o aumento médio da temperatura no limite de dois graus. Pois é, só que todos os relatórios do mundo dizem que se está muito, muito longe de estar prestes a atingir este objectivo. Por uma razão óbvia: toda a gente diz que a COP 21 é formidável... mas eu, pessoalmente, capitalista no sector dos hidrocarbonetos, eu, lá vou fazendo o que posso, mas infelizmente não posso grande coisa, por isso conto com os capitalistas meus concorrentes, com os países vizinhos, para lá chegar. E fica tudo na mesma! É que seriam precisos investimentos tais, que não temos recursos para os fazer: e além disso, se eu fizer, e o meu concorrente não fizer... sou eu que perco dinheiro.

Pela minha parte, não sei se o objectivo dos dois graus está certo ou não está. Tenho, sim, a certeza de que não será atingido. Entretanto, vai servindo de pretexto para uma impressionante união nacional. Dizem todos os partidos políticos, dizem todos os sindicatos que é preciso aplicar a COP 21. Toda a gente faz declarações nesse sentido. Porém, a COP 21 não será aplicada: é facto adquirido. Suponhamos que a medida corresponde às necessidades — mais uma vez, eu não faço ideia: porém, a única maneira de aplicá-la seria o sistema económico e social deixar de se basear na procura do lucro. Enquanto se basear no lucro, cada um despejará para cima do vizinho o cuidado de limitar as consequências e continuará a esgravatar para acumular mais dinheiro, sempre mais; a humanidade que se trame, amanhã.

### **União nacional contra o “aquecimento do clima”... é, para já, união nacional**

Esta união nacional, e internacional, “em defesa da ecologia” ou “contra o aquecimento do clima” é um poderosíssimo factor político pró-corporativismo, porquanto também os sindicatos operários são

convidados a tomar posição e a subscrever os objectivos da COP 21. Há até componentes sindicais das “coligações ambientalistas”.

A pretexto de lutar contra o aquecimento do clima (sem nenhum resultado prático), obriga-se toda a gente a situar-se num “quadro comum” e a aceitar, por exemplo, a destruição de uma série de empregos ditos poluentes a benefício de empregos verdes, empregos verdes que não oferecem aos operários as mesmas garantias que os empregos “poluentes”, etc.

Esta mistificação da política ambientalista vem, assim, a ser um tema imediato de lutas de classe, suscitando um problema último: poderemos confiar nas informações que nos dão em matéria de ambiente? Poderão os trabalhadores confiar nelas, numa espécie de “neutralidade”?

É evidente que a ciência, as ciências, não têm carácter de classe. Em si, deviam ser independentes das classes sociais. Na realidade, é mais complicado, já que dependem de subsídios e de critérios económicos. A investigação científica é orientada. Tal como as descobertas tecnológicas existem por si mesmas, mas a sua utilização é pautada pelas necessidades do capital. Vivemos numa sociedade em que tudo se pauta pelas necessidades do capital. Sendo assim, poderão os trabalhadores tomar pelo seu valor facial as informações que nos são facultadas em matéria de “desastres ecológicos” em curso, ou iminentes?

Vou voltar a pegar no exemplo do aquecimento do clima. Informações colhidas junto de camaradas que conhecem um pouco o assunto explicam-me que foi em meados do século XX que se começou a tentar medir se havia ou não aquecimento. Ao fim de cinquenta anos de estudo, os investigadores chegam, quase unanimemente, à conclusão de que há efectivamente um aquecimento de dois a três graus do clima. Parece desenharse um consenso de que esta aceleração do aquecimento terá como origem principal a actividade do homem. Mas que actividade do homem, mais exactamente?

Esta pergunta tem valido todo o género de respostas: a criação de bovinos, implicando um excesso de flatulência das vacas, mais o buraco na camada de ozono que dramaticamente se abriu e depois miraculosamente se voltou a fechar sem sabermos bem como, a que se seguiram os gases com efeito de estufa... Não sendo especialista na matéria, sou incapaz de dizer exactamente qual das actividades mais terá contribuído para o aquecimento. Calculo que por trás haja interesses económicos. Intei-rei-me a preceito de que a “solução” é eu arrumar cuidadosamente a embalagem de plástico num caixote de lixo diferente da embalagem de cartão, que não devo continuar a comprar cotonetes no supermercado, factor horroroso de poluição, e que tenho que pagar o saco de plástico das compras, porque, se não, fico a ser responsável pela morte dos peixes. Percebi que sou pessoalmente responsável por tudo o que se passa no mundo. O capitalista ao meu lado não é mais responsável do que eu, somos todos cidadãos iguais, todos nós responsáveis em partes iguais. Ele polui com fábricas sujas que despejam milhares de toneladas de petróleo no mar da China, eu, que deitei três cotonetes no caixote do lixo errado, sou tão responsável como ele, é mais do que óbvio.

(20) Conferência sobre as alterações climáticas, que viria a resultar num acordo internacional, dito de Paris, assinado pelos dirigentes de 195 países.

## ● ANÁLISE

Não somos nós constantemente bombardeados por isto, por esta espécie de culpabilização? Então é nos nossos actos quotidianos que vamos salvar o planeta? Será... mas, cá por mim, tendo a achar que isto é banha da cobra. Que os verdadeiros problemas não são esses (o que não quer dizer que eu faça propaganda por se deitarem os papéis para qualquer sítio). Não obstante, há uma manigância e manipulação da informação.

Onde se há-de, afinal, encontrar informação séria? Como saber realmente de onde vem o aquecimento do clima e quais são as suas consequências reais: que se calhar andam a exagerar, se calhar a desvalorizar. Hoje, porém, a classe operária vê-se incapaz de ter um ponto de vista independente, pois os elementos de informação que lhe são facultados são truncados, modificados em função das necessidades do capital.

Só a tomada do poder pela classe operária há-de permitir deduzir elementos de investigação científica livres da exigência do lucro e determinar se realmente há perigo, seja com o aquecimento do clima seja com outras questões, e acertar medidas condizentes com as necessidades da humanidade. Há com certeza medidas a tomar. Na condição, no entanto, que a investigação se pautе exclusivamente por isso, que a sociedade se pautе exclusivamente por isso.

O que nos volta a pôr face à questão da tomada do poder pela classe operária. Por isso, é preciso contemplar estas questões considerando toda a sua importância. E a única maneira de as encarar racionalmente é situá-las no contexto das questões que afligem a humanidade no seu conjunto. ●



# Saiu o número 79 dos *Cahiers du mouvement ouvrier*

Há vinte anos, em 1998, os historiadores trotskistas Vadim Rogovin, soviético, e Jean-Jacques Marie, francês, lançaram a publicação de uma revista, *Les Cahiers du mouvement ouvrier*. A revista publica documentos, muitos deles inéditos, artigos históricos e crônicas da luta contra as falsificações estalinistas e anticomunistas de ontem e de hoje.

Apesar do desaparecimento de Vadim Rogovin pouco depois da publicação dos primeiros números, a publicação dos *Cahiers du mouvement ouvrier* não se interrompeu.

Por ocasião do vigésimo aniversário da revista, a Biblioteca Estatal de História de Moscovo organizou, no dia 25 de setembro de 2018, uma mesa redonda em que participaram vários membros da redação.

Mediante o acordo da redação dos *Cahiers*, e no propósito de tornar alguns dos artigos disponíveis noutras línguas além do francês, este número d' *A Internacional* publica a apresentação do último número saído (o nº 79, do terceiro trimestre de 2018), consagrado, nomeadamente, ao centésimo aniversário da revolução alemã de novembro de 1918 e ao octogésimo aniversário da fundação da IVª Internacional (setembro de 1938).

**O** presente número é o primeiro de três números parcialmente dedicados à revolução alemã. Esta revolução, esmagada, inicialmente, em janeiro de 1919, representa um momento capital para a revolução russa. Para o perceber, basta recordar os debates que se travaram no Partido Bolchevique acerca de assinar — ou não — a paz de Brest-Litovsk. A discussão gira de imediato em volta desta interrogação: o que se passa com a revolução na Alemanha, para os bolcheviques placa giratória da revolução europeia e para quem Outubro não fora mais do que a primeira etapa, pesando nos seus ombros o “atraso” daquela?

No dia 8 de janeiro, discutem da paz uns sessenta quadros do partido de Petrogrado. Na véspera, Lenine redigira

as suas “*Teses sobre a celebração imediata de uma paz separada e anexionista*”. O exército camponês russo, esgotado e esfomeado, diz ele, é incapaz de se bater, mas muito capaz de se virar contra o governo e derrubá-lo. Ora, a situação internacional não permite em absoluto “*prever o momento provável da explosão revolucionária e do derrube de algum governo imperialista da Europa (incluindo o governo alemão)*”<sup>(1)</sup>.

No dia 11 de janeiro, Lenine insiste no comité central: “*A Alemanha está apenas grávida da revolução, ao passo que nós, pela nossa parte, já temos um viçoso recém-nascido a apresentar; (...) que, se começarmos a guerra, podemos estar a matar*”<sup>(2)</sup> (tanto mais que o recém-nascido, já ameaçado pelo fome e pela guerra civil larvar, não é tão viçoso como ele diz). No seu discurso de encerramento do IIIº Congresso dos soviéticos, a 18, Lenine afirma com optimismo que o congresso se conclui “*sob o signo do crescendo da revolução mundial*”, mas, dois dias depois, rejeita a ideia de “*basear a tática do governo socialista da Rússia em tentar determinar se a revolução socialista reberntará ou não na Europa e, sobretudo, na Alemanha, nos próximos seis meses*”. Não obstante, repete ele, “*sem revolução alemã, pereceremos*”<sup>(3)</sup>. No Comité central de 19 de janeiro, avança um novo argumento, que continua a ter por base a importância decisiva da revolução na Alemanha: “*Fechando a paz, poderíamos trocar logo prisioneiros de guerra e, assim, mandar de volta para a Alemanha uma massa significativa de homens que viram a nossa revolução em acção, que fizeram a escola dela: eles trabalharão mais facilmente para suscitá-la na Alemanha*”<sup>(4)</sup>.

Partidário da guerra revolucionária e de recusar assinar o tratado de paz, Bukharin põe, também ele, a tónica na Alemanha: “*Os sociais-democratas alemães têm interesse em que nós nos recusemos em assinar um tratado, dado que o movimento, na Alemanha e em Viena, se desenvolve exactamente a partir da luta pela paz*”<sup>(5)</sup>.

A 18 de fevereiro, Trotsky, ainda hesitante quanto a assinar, argumenta: “*É necessário esperar para ver que impressão tudo isto fará ao povo alemão (...). Não é impossível que uma ofensiva alemã provoque uma explosão séria na Alemanha*”<sup>(6)</sup>. No mesmo dia, Ioffé declara: “*Temos de continuar a apostar na revolução mundial*”<sup>(7)</sup>. No dia 23 de fevereiro, um dos argumentos decisivos de Lenine para assinar incide no estádio em que se encontra a revolução na Alemanha: “*A revolução alemã ainda não está madura. Precisa de alguns meses*”<sup>(8)</sup>. E a maioria do comité central vinca, respondendo, no dia 24 de fevereiro, aos partidários da guerra revolucionária que se demitem do comité central e de todas as suas funções: “*Se, aceitando dar batalha ao imperialismo alemão num momento inoportuno, lhe estivermos a facilitar o esmagamento da República dos Sovietes, estaremos a prejudicar, e não a socorrer; o movimento operário alemão e* >>>

(1) Lenine, *Obras completas* (em russo), tomo 35, p. 244

(2) *Les Bolcheviks et la révolution d'Octobre*, Maspéro, p. 234

(3) Lenine, *Obras completas*, tomo 35 pp. 289-90

(4) *Ibid.*, p. 244

(5) *Les bolcheviks et la révolution d'octobre*, p. 236

## ● A NOSSA HISTÓRIA

>>> *a causa do socialismo*<sup>(9)</sup>.

Conhecer e compreender o desenrolar desta revolução montante e as razões do seu fracasso consecutivo é, pois, essencial para quem queira compreender as razões profundas da evolução da revolução russa e da sua degenerescência.

Todos os textos aqui publicados tentam responder a este cuidado.

Introduz o dossiê sobre a revolução alemã a primeira parte de uma conferência proferida pelo historiador Pierre Broué, na altura membro do comité central da OCI, por ocasião de uma jornada de estudos, em 24 de novembro de 1968. A continuação desta conferência será publicada nos dois próximos números dos *CMO*.

Aos textos históricos de Rosa Luxemburgo e de Leão Trotsky juntamos extractos do livro de memórias do militante revolucionário Oscar Hippe<sup>(10)</sup>. Este operário alemão aderiu ao Spartakusbund de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht em 1916, aderindo depois ao PC alemão fundado por estes no dia 1 de janeiro de 1919 (o KPD). Quando o KPD é estalinizado, Hippe pertence à oposição dita bolchevique-leninista (trotskista), o que acaba na sua expulsão. Adere então às fileiras da IVª Internacional, é metido na prisão pelos nazis e, depois da guerra, pelos dirigentes estalinistas da RDA, só sendo libertado em 1955.

O ano de 2018 é um ano de aniversários políticos ligados à revolução russa.

O primeiro é o bicentenário do nascimento de Karl Marx. Este bicentenário foi marcado, como se sabe, pela publicação da biografia de Marx por Franz Mehring, enriquecida por um gigantesco aparelho de notas redigidas por Gérard Bloch. Os *Cahiers du mouvement ouvrier* celebram-no à sua maneira, reeditando o texto de uma conferência feita por ele, em 1985, sobre a actualidade do pensamento de Marx.

O segundo é o 80º aniversário da conferência de proclamação da IVª Internacional, realizada em 3 de setembro de 1938 em condições difíceis, impostas pelo desencadear do terror estalinista e por uma campanha internacional de calúnias e de difamação sem precedentes na história. Ilustramos este momento, publicando quatro documentos: um excerto da acta, a identidade dos 22 delegados, um excerto do *Programa de Transição* então adoptado, um excerto de um artigo de Leão Trotsky consagrado a essa conferência e um extracto das *Obras* de Trotsky, em que se apresenta a discussão entre o militante trotskista inglês C.L.R. James e Trotsky sobre a situação internacional em 1938-39 e o movimento trotskista após a fundação da IVª Internacional.

Outro aniversário indirectamente liado a este é o da greve de 30 de novembro de 1938 em França e da sua derrota, da brutal repressão que se lhe seguiu sob um governo presidido pelo radical-socialista Edouard Daladier, uma das figuras centrais da Frente Popular e do seu primeiro governo, inteiramente concentrado em conter e fazer refluir a greve geral de junho de 1936.

O quarto é o 50º aniversário da invasão da Checoslováquia pelas tropas da URSS, Polónia, Alemanha Oriental, Bulgária e Hungria, para esmagar a revolução que crescia naquele país desde janeiro de 1968, abalando de alto a baixo o Partido Comunista e ameaçando alastrar aos países vizinhos, ou seja, à Rússia e às democracias ditas por antífrase populares. Um movimento revolucionário, portanto, de envergadura internacional, como o sugere a carta do operário soviético Anatoli Marchenko, que pagará muito cara a sua vontade de manifestar publicamente a sua opinião sobre o regime da burocracia.

O artigo de Pierre Brocheux sobre “*a revolução russa e as suas consequências*” foi apresentado ao colóquio internacional de 2 a 4 de novembro de 2017 organizado na Maison du Peuple, em Bruxelas. ●

(6) *Ibid.*, p. 271.

(7) *Ibid.*, p. 275.

(8) *Ibid.*, p. 288.

(9) *Ibid.*, p. 309.

(10) Oskar Hippe: *Et notre drapeau est rouge*, La Brèche

## A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

### Assina!

**Assino A Internacional - 6 números: 24 euros**

Apelido, nome: .....

Endereço: .....

Endereço electrónico: .....

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

## *A Internacional*

publica-se em versões alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa



